

**JUCILENE SANTOS COSTA**

**PERCEPÇÃO DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO APÓS A  
IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA: O  
OLHAR DOS MORADORES DO VALE DO CAPÃO – BA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

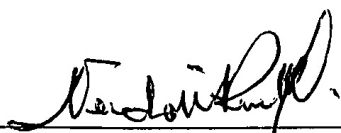
**VIÇOSA  
MINAS GERAIS- BRASIL  
2015**

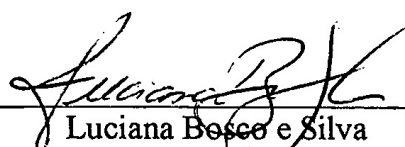
JUCILENE SANTOS COSTA

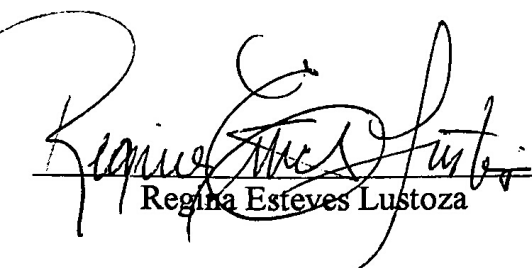
**PERCEÇÃO DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO  
APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA  
DIAMANTINA: O OLHAR DOS MORADORES DO VALE DO CAPÃO, BA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

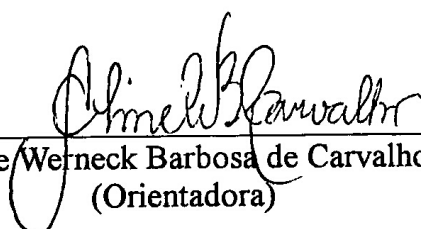
APROVADA: 8 de maio de 2015.

  
\_\_\_\_\_  
Neide Maria de Almeida Pinto

  
\_\_\_\_\_  
Luciana Bosco e Silva

  
\_\_\_\_\_  
Regina Esteves Lustoza

  
\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando Reis  
(Coorientador)

  
\_\_\_\_\_  
Aline Werneck Barbosa de Carvalho  
(Orientadora)

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal  
de Viçosa - Campus Viçosa

T

C837p  
2015  
Costa, Jucilene Santos, 1988-  
Percepção do ambiente natural e do ambiente construído após a  
implementação do Parque Nacional da Chapada Diamantina : o olhar  
dos moradores do Vale do Capão-BA / Jucilene Santos Costa. - Viçosa,  
MG, 2015.

xi, 116f. : il. ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Aline Werneck Barbosa de Carvalho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.103-109.

1. Ecologia humana. 2. Paisagens. 3. Percepção geográfica.  
4. Educação ambiental. 5. Parque Nacional Chapada Diamantina.  
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura e  
Urbanismo. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.  
II. Título.

CDD 22. ed. 304.2



À minha família de sangue e de coração.  
Ricos de pura beleza e amantes da natureza!

## AGRADECIMENTO

A Deus por aguçar a percepção de que podemos ir muito além do que imaginamos, basta ter fé e sabiamente ir juntando as pedras que surgem em nosso caminho, pois ao invés de atrapalhar, elas podem servir de suporte para futuras edificações.

À minha orientadora Aline Werneck pela paciência, compreensão, carinho e atenção. E ao meu coorientador Luiz Fernando pelas opiniões, críticas e colaborações.

À minha família guerreira. Especialmente, à minha mamãe Juceli e ao meu papai Jucelino, meus amores e maiores incentivadores. Às minhas irmãs, Jucimara, Girleide e Danúbia, pelo apoio constante e pela alegria contagiante. Aos meus sobrinhos (Dara, Davi, Thalita, Dandara e Matheus) por realçar a pureza de ser criança e fazer prosseguir minhas buscas com muita esperança. À Jackson Castro pelo companheirismo, pelas lágrimas e pelos sorrisos.

À Riomar, minha mãe do coração e minha grande inspiração!

À Professora Elaine Cavalcante Gomes pelos sábios ensinamentos em meio ao turbilhão de conhecimentos.

Aos meus amigos de coração espalhados por Minas Gerais, pela Bahia e por muitos cantos desse mundão. Aos meus queridos, Fernanda Mendes, Juliana Bellini e Jackson Tea, pela presteza e por disponibilizarem apoio com tamanha gentileza.

À comunidade do Vale do Capão e aos entrevistados, pela acolhida calorosa ao me receberem com cafés, sucos e muita prosa.

Aos funcionários, colegas e professores da Pós-DAU, pelo caminhar. À FAPEMIG por financiar.

Aos amigos do EGGMAU pela camaradagem, provas de amizade, pelas histórias e ansiedades, pelos encontros animados e pelos conhecimentos compartilhados.

A todos que direta e indiretamente possibilitaram e torceram pelo sucesso desta pesquisa. Mais um sonho que se tornou realidade e preencheu meu coração de tamanha felicidade! Gratidão!

*"... que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica, nem com balanças, nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós."*

*(Manoel de Barros)*

## SUMÁRIO

	<b>LISTAS</b>	VII
	<b>RESUMO</b>	IX
	<b>ABSTRACT</b>	XI
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	1
1.1	O PROBLEMA	1
1.2	MOTIVAÇÃO	3
1.3	JUSTIFICATIVA	4
1.4	OBJETIVOS	6
1.5	METODOLOGIA	6
<b>1.5.1</b>	<b>População e Amostra</b>	7
<b>1.5.2</b>	<b>Procedimentos de Coleta e Análise de Dados</b>	9
<b>1.5.3</b>	<b>Delimitação da Área de Estudo</b>	13
1.6	ESTRUTURA DO TRABALHO	15
<b>2</b>	<b>PERCEPÇÃO, ESPAÇO E LUGAR NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM</b>	18
2.1	O CONCEITO DE PAISAGEM	19
2.2	A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM	21
2.3	TOPOFILIA, ESPAÇO E LUGAR	22
<b>3</b>	<b>PARQUES NACIONAIS</b>	24
3.1	O PARQUE NACIONAL COMO CATEGORIA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL	25
<b>3.1.1</b>	<b>Conflitos socioambientais na implantação de parques nacionais</b>	27
<b>3.1.2</b>	<b>Atividades turísticas nos parques</b>	29
<b>3.1.3</b>	<b>Impactos da atividade turística em áreas (des)protegidas</b>	30
3.2	O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA	31
<b>3.2.1</b>	<b>Histórico de criação e implantação do PNCD</b>	32
<b>3.2.2</b>	<b>Caracterização do PNCD</b>	36

<b>4</b>	<b>O VALE DO CAPÃO</b>	<b>41</b>
4.1	PROCESSO DE FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO VALE DO CAPÃO	42
4.1.1	Um Vale entre Montanhas	42
4.1.2	Do Diamante à Cultura Cafeeira	54
4.1.3	A Chegada dos “Alternativos”	55
4.1.4	Estranhamento necessário? O turismo ecológico	59
4.1.5	Arte e cultura: a comunidade do Vale e suas manifestações populares	61
<b>5</b>	<b>O ESPAÇO PERCEBIDO E VIVIDO: A RELAÇÃO ENTRE O PNCD E O VALE DO CAPÃO SEGUNDO O OLHAR DOS MORADORES</b>	<b>64</b>
5.1	A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO VALE DO CAPÃO	65
5.1.1	O olhar dos moradores	65
5.1.2	O olhar dos comerciantes	84
5.1.3	O olhar dos representantes de Órgãos Públicos	88
5.2	ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO VALE DO CAPÃO	96
5.2.1	A paisagem segundo o olhar dos moradores	96
5.2.2	Topofilia, espaço e lugar no Vale do Capão	97
5.2.3	O impacto do turismo no Vale do Capão segundo o olhar dos moradores	99
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>101</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>103</b>
	<b>APÊNDICE</b>	<b>110</b>
	APÊNDICE A	110
	APÊNDICE B	111
	APÊNDICE C	113



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Vale do Capão visto de cima do Morro Branco	10
Figura 2	Vale do Capão visto de cima do do Candombá	11
Figura 3	Localização do Vale do Capão	13
Figura 4	Vista superior do Vale do Capão	14
Figura 5	Vila do Vale do Capão	15
Figura 6	Delimitação do PNCD	33
Figura 7	Localização do PNCD no contexto das microrregiões do Estado da Bahia	36
Figura 8	Localização do PNCD no contexto da microbacia do Paraguaçu	37
Figura 9	Queimadas no Morro da Rapadura e Serra do Candombá	39
Figura 10	Número de visitantes da Cachoeira da Fumaça	40
Figura 11	Localização do Vale do Capão no PNCD	43
Figura 12	O Vale do Capão	44
Figura 13	Estrada de acesso ao Vale	45
Figura 14	Vila do Vale do Capão	46
Figura 15	Adobes secando e construções com adobes	47
Figura 16	Principais vias do Capão	48
Figura 17	Cultivo e comercialização de produtos orgânicos no Vale	49
Figura 18	Cartazes convites para mutirões	52
Figura 19	Cenário natural do Vale do Capão	53
Figura 20	Vista do Vale do Capão nos anos 90 e 2015	55
Figura 21	Arte e educação ambiental no Vale	57
Figura 22	Manifestações artísticas no Vale do Capão	59
Figura 23	Manifestações Culturais no Vale do Capão	62
Figura 24	O que mais gostavam no Vale antigamente– Faixa etária 1	66
Figura 25	O que mais gosta no Vale hoje – Faixa etária 1	68

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Amostragem de acordo com a faixa etária	8
Quadro 2	Aspectos positivos da criação do PNCD e do turismo – Faixas etárias 1, 2 e 3	69
Quadro 3	Aspectos negativos da criação do PNCD e do turismo – Faixas etárias 1, 2 e 3	74
Quadro 4	Atuação dos moradores para preservação da natureza – Faixas etárias 1, 2 e 3	81

## ABREVIATURAS E SIGLAS

ACV – VC	Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão
APEA-CA	Associação de Pais, Educadores e Agricultores de Caeté-Açu
APPA-ECBC	Associação de Pais, Professores e Amigos da Escola Comunitária Brilho do Cristal
GAP	Grupo Ambientalista de Palmeiras
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PARNA	Parque Nacional
PARNASI	Parque Nacional Serra de Itabaiana
PNCD	Parque Nacional da Chapada Diamantina
SEDESP	Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Palmeiras
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação

## RESUMO

COSTA, Jucilene Santos, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2015. **Percepção do ambiente natural e do ambiente construído após a implementação do Parque Nacional da Chapada Diamantina:** o olhar dos moradores do Vale do Capão - BA. Orientadora: Aline Werneck Barbosa de Carvalho. Coorientador: Luiz Fernando Reis.

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto da implantação do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) na paisagem e na comunidade residente no Vale do Capão-BA, a partir da percepção dos moradores. A metodologia partiu da construção do referencial teórico onde foram abordados os conceitos relativos a paisagem, percepção ambiental e impactos da implantação de parques nacionais, seguida da coleta de dados documentais e pesquisa de campo, na qual foram utilizados métodos como: história oral temática e observação participante. Para a análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo por categorização, a partir das Convenções Jefferson de transcrição de entrevistas. Os resultados demonstraram que devido à forma como o Parque Nacional da Chapada Diamantina foi estabelecido, os impactos no Vale do Capão são crescentes e promovem conflitos socioambientais. De um lado, os órgãos gestores estabelecem normas e punem em prol da proteção ambiental, de outro, os proprietários/moradores se sentem indignados, acuados e muitas vezes sem alternativas ou desinformados sobre o desenvolvimento de atividades sustentáveis de manejo da terra e do uso e apropriação dos recursos naturais. No entanto, os moradores reconhecem o Parque como fator primordial para a preservação ambiental e desenvolvimento econômico da região. O turismo é visto pelos moradores como parcialmente positivo. Para o ambiente natural tem-se a convicção de que é altamente impactante, principalmente, quando não há manejo, nem estudo de capacidade de carga. Contudo, a atividade turística é vista como estimulante para a economia local, sobretudo porque se torna a principal fonte de renda da comunidade. Do ponto de vista das interações pessoais e do significado de lugar enquanto sentimento de pertencimento nota-se enfraquecimento nas relações e transformações contínuas na visão dos moradores, principalmente diante da implantação e evolução das tecnologias de comunicação e do aumento no fluxo do turismo. Isso se deve às consequências da dinâmica do capitalismo que opera segundo a lógica do lucro e individualiza, expropria e inclui de forma precária. A compreensão das mudanças na paisagem sob a ótica dos moradores do Vale do Capão traz

contribuições importantes para os estudos de Percepção Ambiental, pois revela o impacto e a avaliação que os usuários fazem sobre seu ambiente e sobre os projetos que nele são introduzidos.

## ABSTRACT

COSTA, Jucilene Santos, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, may, 2015. **Perception of the natural environment and the built environment after the implementation of Chapada Diamantina National Park:** the look of the residents of the Vale do Capão - BA. Advisor: Aline Werneck Barbosa de Carvalho. Co-Advisors: Luiz Fernando Reis.

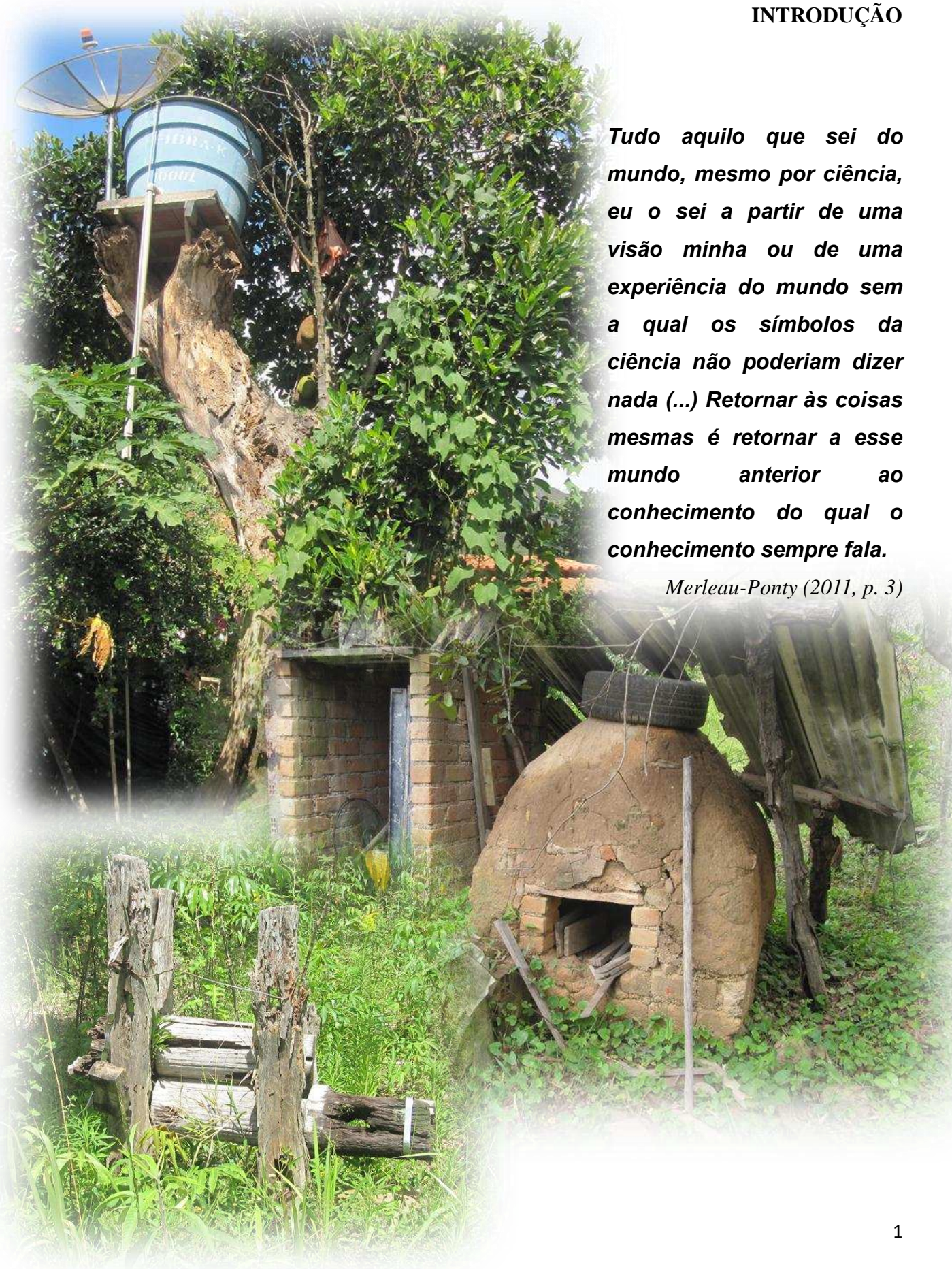
This study aimed to understand the impact of implementation of the Chapada Diamantina National Park (PNCD) in the landscape and in host community in Vale do Capão-BA, from the perception of residents. The methodology came from the construction of the theoretical framework, where the concepts of landscape, environmental perception and the impact of the implementation of national parks were addressed. Then there was the collection of documentary data and field research, through methods such as oral history and participant observation. For data analysis was used Content Analysis technique, using the Jefferson method for transcribing interviews. The results showed that, because of the way the Chapada Diamantina National Park has been created, the impact on the Vale do Capão is growing and promoting environmental conflicts. On the one hand, the administrative bodies are setting standards and punish for environmental protection. On the other hand, the owners / residents feel outraged, cornered or uninformed about the development of sustainable management activities, land use and appropriation of natural resources. However, residents recognize the Park as a key factor for environmental preservation and economic development of the region. Tourism is seen by locals as partially positive. The impact in natural environment is very strong, especially because there is no study about its ability of environmental management. However, they see tourism as a stimulant factor to the local economy, especially because it becomes the main source of income of the local population. From the point of view of personal interactions and sense of place as sense of belonging, there is a weakening in social relationships and continuous transformations in the view of residents, especially in face of the implementation and evolution of communication technologies and of the increase the flow of tourists. That due the consequences of the dynamics of capitalism that operates according to the logic of profit and individualizes, expropriates and includes precariously. The study of changes in the landscape from the perspective of the Vale do Capão residents brings important contributions to the study of environmental perception, because it reveals the impact and the evaluation that users do about their environment and the projects which are introduced.



## INTRODUÇÃO

*Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada (...) Retornar às coisas mesmas é retornar a esse mundo anterior ao conhecimento do qual o conhecimento sempre fala.*

*Merleau-Ponty (2011, p. 3)*





# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 O PROBLEMA

As áreas de preservação ambiental, principalmente os grandes parques, estão sujeitas a diversos problemas de crime ambiental como queimadas, pesca predatória, desmatamento e poluição das mais diversas. Uma falha na implementação desses parques, e que vem sendo apontada por muitos pesquisadores (ALMEIDA, 1994; AMARAL et al., 2002; DIEGUES, 2000; ZELLER, 2002), é o fato de não considerar o ser humano como parte integrante da natureza e importante sujeito afetivo, ativo e possível colaborador ou não de práticas preservacionistas.

De fato, sabe-se que, geralmente, ocorre o crescimento populacional em razão do incremento da atividade turística nas comunidades no entorno de grandes parques. Para atender as demandas e desejos dos turistas, constroem-se novos imóveis residenciais e comerciais, abrem-se novos loteamentos, implementam-se serviços como eletrificação, abertura e melhoria de estradas, hotéis, pousadas, *campings* entre outros (SEABRA, 2012); e para isso, há a criação e o deslocamento de mão de obra local e das cidades circunvizinhas. Porém, via de regra, esses novos espaços se transformam em cenários vazios de significados e são utilizados e admirados pelos turistas de forma superficial, sem uma apropriação afetiva (ausência da topofilia<sup>1</sup>). No entanto, há uma apropriação da comunidade local que vive e trabalha nesses espaços, de modo que, para essas pessoas há afeição e esses são considerados não mais como espaços<sup>2</sup> e sim, como lugares que eles vivenciam.

O distrito de Caeté-Açu, conhecido como Vale do Capão, localizado no município de Palmeiras – BA, faz divisa com o Parque Nacional da Chapada Diamantina e durante décadas se destacou como relevante produtor de café e de banana. Nos anos de 1920/1930, ocorreu o auge das atividades ligadas ao garimpo de diamante e carbonato na região, que se tornou de grande importância para a economia local. Entretanto, com o fim do ciclo do diamante e a queda dos preços do café, o Vale do Capão mergulhou numa longa recessão. Os anos de 1970 e 1980 foram sinônimos de emigração de muitas famílias para São Paulo à procura de

---

<sup>1</sup> Segundo Tuan (1980), o termo topofilia associa sentimento com lugar.

<sup>2</sup> Nesse estudo entende-se que lugar é mais intrínseco e carregado de valor afetivo do que espaço.

trabalho e melhores condições de vida (BANDEIRA, 1997; BOMFIM; CAVEDON, 1994; FUNCH, 2007; NOGUEIRA, 2003).

Contudo, a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, em 1985, atraiu maior visibilidade ao potencial turístico do Vale do Capão. Desde então, os moradores encontraram mais oportunidades de emprego e retornaram para suas terras. No entanto, a ausência de planejamento do setor turístico vem impulsionando a especulação imobiliária, a elevação do valor de mercado da paisagem e, conseqüentemente, uma significativa descaracterização da mesma, bem como, impactos socioculturais junto à população residente.

Vinte nove anos após a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, poucos trabalhos foram realizados acerca dos impactos de sua criação no cotidiano dos moradores do Vale do Capão, que vivenciaram e continuam vivenciando esse processo acelerado de transformações. Diante do exposto, questiona-se: qual a percepção dos moradores do Vale do Capão, acerca das transformações no ambiente natural e no ambiente construído, ocorridas após a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina? Até que ponto estas transformações impactam a paisagem?

Assim sendo, o objeto de estudo deste trabalho é a percepção dos moradores do Vale do Capão-BA acerca das transformações ocorridas no ambiente natural e no ambiente construído<sup>3</sup> após a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Entende-se que uma análise do período em que o turismo ecológico<sup>4</sup> passou a se intensificar representará importante contribuição para a reflexão sobre o impacto da implantação de novos parques nas comunidades tradicionais residentes em seu entorno. Além disso, poderá orientar a realização de projetos futuros nesse distrito e em áreas com características similares.

## 1.2. MOTIVAÇÃO

As vivências e observações durante minha infância e adolescência no Vale do Capão e, posteriormente, em visitas, determinaram a realização desse estudo. Ouvi e ouço inúmeras ponderações dos moradores, principalmente dos mais idosos, acerca das restrições de uso dos recursos naturais impostas e a falta de apoio, esclarecimentos e informações sobre o Parque

---

<sup>3</sup> Considera-se ambiente construído como o espaço modificado pelo homem.

<sup>4</sup> Entende-se turismo ecológico a atividade em que se realiza o manejo da paisagem local.



Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) por parte do poder público. É notório que a criação do PNCD deu maior visibilidade à região e propiciou o aumento da atividade turística, porém a comunidade do Vale do Capão não foi preparada para lidar com esse novo e diferenciado público, o que acarretou impactos socioambientais.

A partir desse contexto, as indagações foram surgindo em relação à população local que, de um lado louva a criação do Parque e diz “*nunca ter visto o Vale tão verde*” e, do outro, julga como negativas as restrições dos órgãos ambientais. Passei, então, a questionar se os atuais moradores percebem essas transformações nos ambientes natural e construído do Vale e como eles percebem.

Recorrendo à literatura, ainda durante um Curso Técnico em Meio Ambiente na Escola Técnica de Viçosa, em 2011, percebi que essa problemática não se restringia apenas ao caso do Parque Nacional da Chapada Diamantina e, possivelmente, era decorrente do modelo proposto para criação de parques no Brasil e a forma de gestão estabelecida para administrar essas Unidades de Conservação. Em 2012, cursando uma disciplina como aluna especial do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, tive contato com o artigo de Machado (1999), “Paisagem Valorizada: a Serra do Mar como espaço e como lugar”, o qual instigou ainda mais os meus anseios em compreender como a população do Vale percebia o espaço/ lugar/ paisagem e as relações com o PNCD. Ao ingressar no mestrado vi uma oportunidade de atender a minha aspiração em realizar um estudo de caráter científico sobre a comunidade do Vale do Capão, mas que fosse acessível à população e mostrasse a percepção deles a respeito da temática.

### 1.3. JUSTIFICATIVA

A maneira como são criados os parques nacionais, baseado em modelos norte-americanos, é criticada por diversos autores (DIEGUES, 1999; LIMA et al., 2012; THOMAS, 2014), os quais consideram que tal prática propicia o surgimento de conflitos e disputas entre gestores públicos e comunidades residentes no interior ou no entorno das áreas de reserva. Na análise de Thomas (2014),

A criação do primeiro parque, Yellowstone, é um modelo de UC de mercado, visto que se disseminou por vários países e culturas desconsiderando as heterogeneidades de cada lugar. Claro que um modelo externo de área protegida foi importante como instrumento de proteção ambiental, porém,

deve-se buscar a adaptação ao contexto local para que haja respeito aos saberes tradicionais e para que as externalidades não agridam a identidade local. ( p. 32).

O caráter mais preservacionista da legislação ambiental se defronta com as complexas interações, historicamente estabelecidas, entre a população “nativa” (agricultores, pescadores, coletores...) e o ambiente onde se inserem. Tal contradição de criar área de proteção desconsiderando a comunidade local, residente dentro e no seu entorno, é criticada por Diegues (1999):

Reconhecer a importância do saber tradicional é, implicitamente, reconhecer que as populações tradicionais são sujeitos históricos, portadores desse conhecimento e que, portanto, devem ser considerados como agentes fundamentais no conhecimento e sobretudo na gestão e manejo das áreas chamadas naturais. (p.77).

Além disso, após a criação de parques, tem-se a mercantilização da paisagem, com o advento do turismo, como principal alternativa de renda para as comunidades locais. Porém, a atividade turística sazonal exige capacitação e infraestrutura para recepção do público. Entretanto, a ausência de orientação e fiscalização é o mais recorrente. Por causa disso, na maior parte dos casos, a atividade turística ocorre de maneira desordenada e gera impacto, tanto para a comunidade local, quanto para a natureza. De acordo com a análise de Silva (2011),

O turismo utiliza as características peculiares da paisagem para atrair seus consumidores. Quanto maior for a singularidade dos elementos naturais, maior será a valorização de tais áreas, que, conseqüentemente promoverá o agrupamento de turistas, serviços e equipamentos turísticos. [...] As pressões provocadas por desmatamentos, processos de ocupação desordenada, poluição do ar, estética e sonora, resíduos sólidos, etc. demonstram sinais de super-exploração dos recursos naturais e seus reflexos no meio social começam a surgir por meio dos problemas e conflitos ambientais. (p. 51).

Assim, condizente com essa perspectiva, percebe-se a relevância de uma análise da percepção acerca das transformações ambientais e dos conflitos socioambientais decorrentes da criação e do processo de regulamentação do PNCD, sob a ótica dos moradores. Busca-se nessa pesquisa apresentar a percepção dos moradores acerca das transformações ocorridas nos ambientes construído e natural, fazendo um recorte temporal do ano de 1985, ano de criação do PNCD, até 2015, data de conclusão deste estudo.

#### 1.4 OBJETIVOS

Esta pesquisa tem o intuito de compreender o impacto das atividades turísticas decorrentes da implantação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, na paisagem e na comunidade residente em seu entorno, a partir da percepção dos moradores do Vale do Capão.

Especificamente busca-se:

- i. compreender os principais conceitos envolvidos com a implantação de parques;
- ii. caracterizar o processo de formação e transformação do Vale do Capão;
- iii. caracterizar o processo de criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina na etapa em que inclui a área no entorno do Vale do Capão;
- iv. analisar a percepção dos moradores do distrito do Vale do Capão acerca das transformações ambientais, no ambiente natural e construído, ocorridas após a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

#### 1.5 METODOLOGIA

Este estudo partiu da premissa que os impactos da implantação de um parque não podem ser analisados numa perspectiva isolada desconsiderando o contexto das condições de existência de grupos sociais em dado momento.

Na abordagem adotada, procurou-se apreender a realidade da vida dos moradores do Vale do Capão a partir de uma concepção na qual o espaço por eles vivenciado relaciona-se com as suas condições sociais, econômicas, culturais e afetivas com o lugar.

Como percurso metodológico procurou-se relatar o modo de vida e a percepção do grupo pesquisado — os moradores do Vale do Capão — ao longo do tempo, cronologicamente

subdividido em três períodos: antes, durante e depois da implantação do Parque Nacional da Chapada Diamantina<sup>5</sup>.

Nessa perspectiva, optou-se por uma pesquisa descritiva e exploratória, amparada numa abordagem qualitativa, pela qual se buscou informações extraídas de documentos textuais (Plano de Manejo do PNCD, Plano de Referência Urbanística Ambiental do Município de Palmeiras, Política Municipal do Meio Ambiente e da Proteção à Biodiversidade) e iconográficos (fotos antigas) e da experiência social das pessoas envolvidos com a questão estudada. A pesquisa qualitativa assumiu a forma de uma etnografia. De acordo com Geertz (2008):

Praticar a etnografia é mais do que estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, visto que o que a define é o tipo de esforço intelectual que ela representa, ou seja, uma descrição densa. (p.4).

Para tanto, a metodologia proposta para este estudo foi composta por pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Para realizar a etnografia utilizaram-se técnicas como história oral temática (ALBERTI, 2004; DELGADO, 2010; MEIHY, 2005) que considera parte da vida do entrevistado ligada ao tema de estudo, e observação participante. Para a análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2004; LAKATOS, 2011; LAVILLE e DIONNE, 1999).

### **1.5.1 População e Amostra**

A população de estudo compreendeu os moradores do Vale do Capão, os proprietários dos empreendimentos locais que abastecem o Vale e os representantes de órgãos que contribuem para a administração do Vale do Capão e do Parque Nacional da Chapada Diamantina, principalmente na área que abrange o Capão.

---

<sup>5</sup> O Parque Nacional da Chapada Diamantina foi criado em 1985. Portanto, considerando a faixa etária dos entrevistados, para o período antes da criação do Parque, considerou-se, pessoas nascidas antes de 1963, pois essas pessoas tinham vinte anos ou mais quando o Parque foi criado e têm lembranças do período antes da criação do Parque. Para o período de transição, pessoas nascidas entre 1963 (50 anos) e 1975 (38 anos). E para o período depois da implantação do Parque, considerou-se pessoas nascidas entre 1976 (37 anos) e 1995 (18 anos) ou que residem no Vale há cinco anos ou mais (2008).

Os moradores do Vale do Capão entrevistados foram previamente subdivididos em três faixas etárias ou em função do tempo de moradia no local, de acordo com os períodos relacionados com a criação e o processo de implantação do Parque Nacional da Chapada Diamantina: o período antes da criação, a transição pós-criação e o período atual.

Como amostragem, periodizando, para o período antes da criação do Parque (antes de 1985), entrevistou-se pessoas acima de cinquenta anos; para o período de transição (1963 – 2000<sup>6</sup>), pessoas entre trinta e oito e cinquenta anos ou que já moravam há vinte e oito anos ou mais no Vale; e para o período atual (2000 – 2013) pessoas entre dezoito e trinta e sete anos, ou que moram no Vale há mais de cinco anos e menos de vinte e oito anos. (Quadro 1). Com esta subdivisão pretendeu-se captar o olhar dos moradores que vivenciaram / experienciaram o Parque de formas diferentes.

**Quadro 1 – Amostragem de acordo com a faixa etária**

	<b>Antes da Criação Faixa etária 1</b>	<b>Transição Faixa etária 2</b>	<b>Período Atual Faixa Etária 3</b>
<b>Moradores</b>	Acima de cinquenta anos	Entre trinta e oito e cinquenta anos ou que já moravam há vinte e oito anos ou mais no Vale	Entre dezoito e trinta e sete anos, ou que moram no Vale há mais de cinco anos e menos de vinte e oito anos

Elaborado pela autora.

Os proprietários dos empreendimentos locais entrevistados corresponderam aos moradores envolvidos com o comércio que abastece o Vale do Capão, principalmente, nas áreas alimentícia, de transporte, de hospedagem e de materiais de construção.

Os representantes de órgãos que contribuem para a administração do Vale e do PNCD corresponderam aos presidentes das Associações: Associação de Pais, Educadores e Agricultores de Caeté-Açu (APEA-CA), Associação de Pais, Professores e Amigos da Escola Comunitária Brilho do Cristal (APPA-ECBC) e Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão (ACV-VC), além do chefe do Parque Nacional da Chapada Diamantina e do

<sup>6</sup> O ano 2000, quinze anos após a criação do PNCD, foi adotado como data de referência para o período de transição, pois, em 2013 o Parque completa 28 anos de criação. Além disso, segundo relatos de história oral, foi entre 1998 e 2002 que ocorreu a intensificação do turismo.

secretário da SEDESP – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Palmeiras.

### **1.5.2 Procedimentos de Coleta e Análise de Dados**

De modo a alcançar os objetivos estabelecidos, primeiramente realizou-se uma revisão bibliográfica com a finalidade de construir um arcabouço teórico que possibilitasse esclarecer questões referentes à percepção ambiental, paisagem, espaço, lugar, topofilia e turismo ecológico. Ainda por meio da pesquisa bibliográfica, almejou-se conhecer projetos de criação de parques, com a finalidade de relacioná-los com o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Posteriormente estabeleceu-se contato com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), uma autarquia ligada ao Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal que administra o Parque Nacional da Chapada Diamantina, com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Palmeiras (SEDESP) e outros órgãos administrativos e ambientais. Tais contatos visaram o acesso a pessoas e documentos textuais necessários para realização da pesquisa documental. Considerando Laville e Dionne (1999) quando ponderam que a análise documental pode se constituir como uma técnica valiosa de abordagem de dados, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvendando aspectos novos de um tema ou problema, optou-se pela utilização dessa técnica para caracterizar o processo de criação do Parque na etapa em que incluiu as localidades no entorno do Vale do Capão.

Em seguida, iniciou-se o trabalho de campo, que incluiu técnicas como história oral temática, observação participante e entrevistas. Diferentes autores (ALBERTI, 2004; DELGADO, 2010; MEIHY, 2005) defendem a história oral como um importante procedimento para a produção do conhecimento histórico e destacam a história oral temática como relevante por considerar a parte da vida do entrevistado ligada ao tema de estudo. Para Delgado (2010),

a história oral traz em si o duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento (o tempo passado) e sobre a época no qual o depoimento foi produzido (o tempo presente). Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades. (p. 16).

De acordo com esse entendimento, utilizou-se a história oral aliada a outros métodos com o objetivo de analisar a percepção dos moradores do distrito do Vale do Capão, acerca das transformações ambientais ocorridas após a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Considerando Lakatos (2011) quando defende que a observação participante implica em conhecer e aprofundar as situações sociais mantendo uma reflexão contínua e observando detalhes dos sucessos, dos eventos e das interações, o trabalho de campo foi realizado por meio da vivência durante quatro meses contínuos em meados de 2013, mais visitas à comunidade do Vale do Capão em 2014 e início de 2015. Neste período foi possível percorrer trilhas como a subida do Morro Branco (trecho da estrada do garimpo) e da Serra do Candombá, no intuito de complementar a pesquisa com a observação da área de estudo a partir dos seus pontos mais elevados, registrada por meio de fotografias. (Figura 1 e 2)



**Figura 1** – Vale do Capão visto de cima do Morro Branco  
Fonte: pessoal (2015).





**Figura 2** – Vale do Capão visto de cima do do Candombá  
Fonte: pessoal (2015).

Além disso, foram realizadas observações participantes da vida local com participação em conversas informais, eventos comunitários de cunho político, reuniões de associações de moradores, manifestações artísticas e culturais e mutirões comunitários.

Ainda concordando com Lakatos (2011) de que as entrevistas, com riqueza de detalhes, são eficientes para complementar outros métodos e aprofundar na temática pesquisada, realizou-se, durante os meses de setembro e outubro de 2013, trinta e sete entrevistas de história oral<sup>7</sup> com gravação de voz e filmagens, totalizando 13h24min de gravação. Dessas entrevistas, efetivou-se oito com moradores da faixa-etária 1, três com a faixa-etária 2, dezoito com a faixa-etária 3, três com comerciantes locais e cinco com

---

<sup>7</sup> O roteiro de questões consta no Apêndice B.



representantes de órgãos públicos que contribuem com a administração do Vale. Dos entrevistados apenas o chefe do PNCD não era morador do Capão. As datas, horários e locais das entrevistas foram previamente combinados visando a comodidade do entrevistado e as condições para as gravações. Dessa forma, a maioria ocorreu no local de trabalho ou na residência do entrevistado e foram complementadas por prosas informais, passeios na propriedade e apreciação de fotos antigas.

O número de entrevistados não foi definido *a priori*. A saturação das informações nas entrevistas de história oral levou a interrompê-las, por considerar satisfatórios os dados coletados. Neste estudo optou-se por utilizar as falas dos entrevistados preservando a forma como foram coletadas no trabalho de campo, buscando demonstrar os diversos posicionamentos acerca das transformações no decorrer dos processos (antes, durante e após a criação do Parque), mas respeitando o direito ao sigilo. Para isso foi designada notação própria para cada grupo de entrevistados. Para as faixas etárias 1, 2 e 3 utilizou-se o nome Morador seguido de um número ordinal. Para os comerciantes conservou-se o nome Comerciante seguido, também, de um número ordinal. E para os representantes dos órgãos públicos optou-se pela indicação do cargo exercido pelo representante seguido da sigla do órgão correspondente.

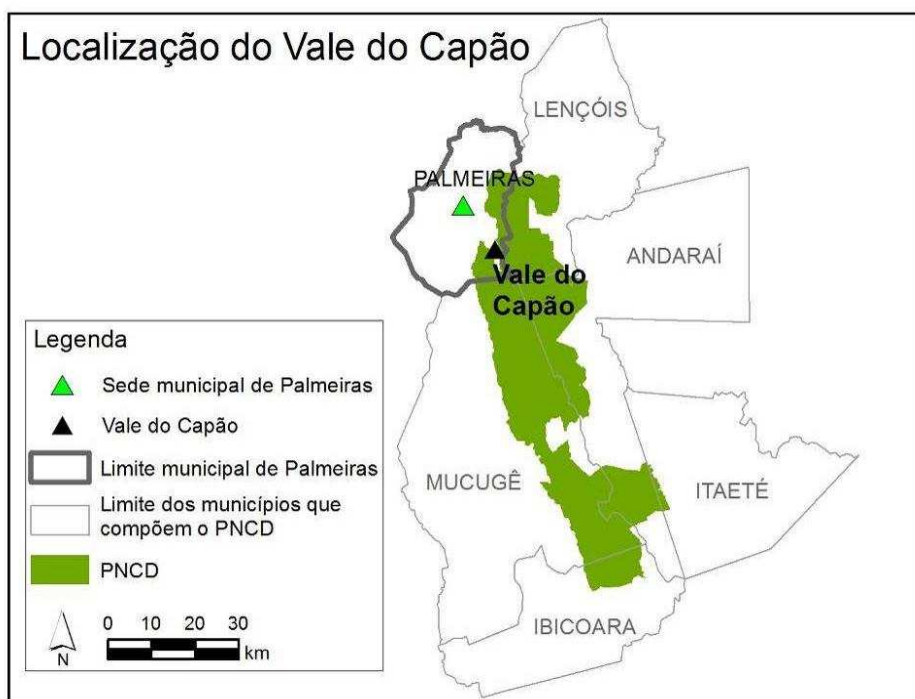
Por meio dessas entrevistas de história oral foi possível resgatar a história local, para qual considerou-se, sobretudo, o depoimento dos mais velhos, complementada por meio de fontes documentais, registros fotográficos e pesquisa bibliográfica.

Para concluir os estudos, efetivou-se a compilação dos dados documentais e das pesquisas de campo; em seguida, e concordando com Gago (2002, p.91) de que “uma transcrição não é um produto final, acabado, perfeito e que permanecerá inalterado ao longo do tempo”, iniciou-se os procedimentos de transcrição das entrevistas através das Convenções Jefferson de transcrição (Loder, 2008), o qual possibilitou, durante a análise maior profundidade na descrição das informações verbais e não-verbais (gestos, olhar, posturas corporal). O sistema Jefferson de transcrição é um conjunto de convenções estabelecidas por sinais gráficos que, detalhadamente, busca registrar as elocuições tal qual foram produzidas pelo entrevistado. Portanto, são registrados aspectos como entonação, volume de voz, velocidade da fala, risos, inspirações e expirações, lapsos de tempo medidos em décimo de segundo, etc.” (GAGO, 2002; LODER, 2008).

A análise do material compilado foi realizada por meio da análise de conteúdo. Laville e Dionne (1999, p.214) definem a análise de conteúdo como “um estudo minucioso do conteúdo, das palavras e frases que o compõem, procurando dar sentido, captar as intenções, comparar, avaliar, descartar o acessório, reconhecer e selecionar o essencial em torno das ideias principais”. Apesar da utilização da técnica de análise de conteúdo se mostrar delicada ao uso e exigir paciência e perseverança por parte dos pesquisadores, mostrou-se eficaz para alcançar os objetivos propostos nessa pesquisa.

### 1.5.3 Delimitação da Área de Estudo

A área de estudo abrange o distrito de Caeté-Açu, popularmente conhecido como Capão ou Vale do Capão. É um distrito pertencente ao município de Palmeiras (22 km ao sul da sede), no estado da Bahia, Brasil. Caeté-Açu está localizado a 1000 m de altitude no entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina, por isso é considerado Zona de Amortecimento do PNCD (Figura 3).



**Figura 3** – Localização do Vale do Capão.  
Fonte: IBGE (2015) e ICMBio (2015).

Cercado por montanhas (serras do Sincorá e do Candombá), o Capão possui uma temperatura média anual de 19°C e possui uma população residente de, aproximadamente, 1.500 habitantes segundo o Censo Demográfico de 2010, e 1900 habitantes conforme dados do Projeto Sustentabilidade em Ação<sup>8</sup> (Figura 4). Com um conceito de vida alternativa, o Capão busca promover uma relação consciente com a natureza por meio das diversas atividades desenvolvidas pelas escolas, grupos ambientalistas, movimentos artísticos e associações.



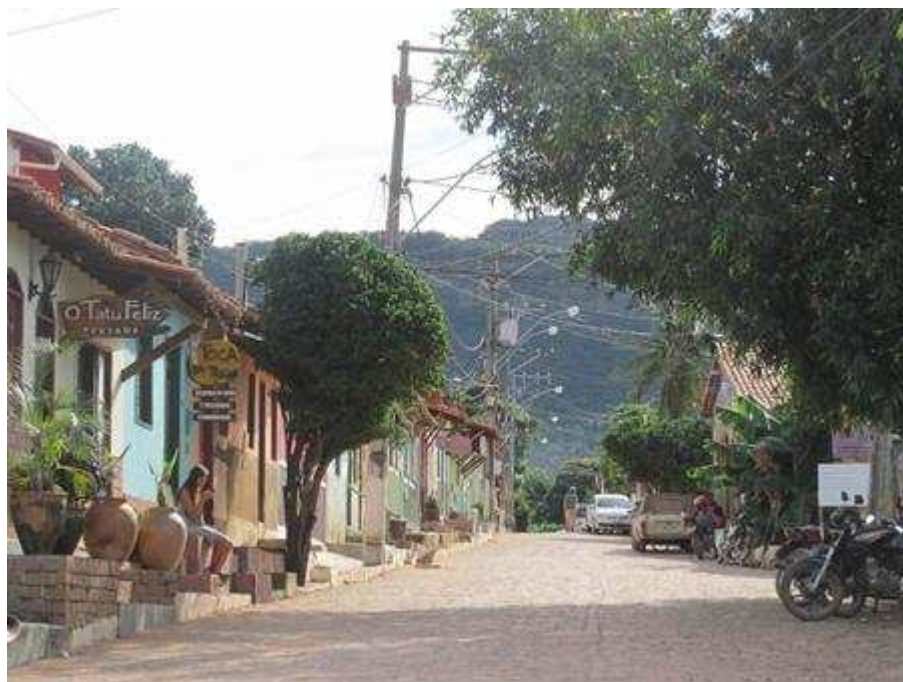
**Figura 4** – Vista superior do Vale do Capão.  
Fonte: Arquivo Pessoal, 2014.

O Vale possui uma pequena vila onde se concentram os principais pontos comerciais e serviços (correio, posto de saúde, lojas, mercadinhos, bares, restaurantes, lanchonetes, pizzarias, coreto, salão de festas, farmácia, dentre outros) (Figura 5). As inúmeras associações (Pais, Professores e Amigos, Agricultores, Apicultores, Guias,) e grupos como o Circo do Capão, o Coral do Vale, o Grupo Instrumental do Capão e a Capoeira se organizam para fazer

---

<sup>8</sup> Projeto Sustentabilidade em Ação: articulando educação ambiental e mobilização de políticas públicas em Saneamento na Chapada Diamantina – Bahia. Financiado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia através do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente (FERFA) por meio do Edital de Projetos em Educação Ambiental – 2012.

reinvidicações juntos aos órgãos públicos e manter o calendário cultural nos períodos de alta e baixa estação.



**Figura 5** – Vila do Vale do Capão.

Fonte: Girleide Costa, 2015.

A população fixa do Vale do Capão é, em sua maioria, de base familiar constituída por ex-garimpeiros e agricultores familiares que sofreram e ainda sofrem impactos socioambientais, a partir do início da implantação do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Com o fechamento dos garimpos e a desvalorização do preço do café, os ex-garimpeiros e agricultores buscam alternativas que possam mantê-los e às suas famílias.

O cenário natural do Vale do Capão é basicamente composto por grandes cachoeiras, áreas de Mata Atlântica, montanhas de até 1.500 metros e espécies endêmicas da flora e da fauna. As belezas naturais e a cultura local fazem do Vale um lugar singular e atraem anualmente turistas do mundo inteiro.

## 1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está organizado em seis capítulos, nos quais se contextualiza a temática e se realiza a abordagem empírica, dando ênfase à percepção ambiental sob a ótica

dos moradores do Vale do Capão que vivenciaram as mudanças locais ocorridas após a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Na Introdução foi apresentado o problema, a motivação para realização da pesquisa, seguida da justificativa, objetivos, metodologia e da delimitação da área de estudo.

O capítulo 2 busca estruturar a revisão de literatura em tópicos. No tópico 2.1. pondera-se acerca da construção dos conceitos de percepção ambiental, paisagem, topofilia, espaço e lugar.

No capítulo 3 o tópico 3.1 traça um histórico de Parques Nacionais (PARNAS) no Brasil quanto à legislação pertinente e destaca sua importância como Unidades de Conservação da biodiversidade brasileira. Aborda a relação entre turismo e parques, dando ênfase ao turismo ecológico, principal modalidade da atividade turística desenvolvida em parques nacionais. Ainda nesse tópico, é realizada uma crítica quanto aos impactos da atividade turística em áreas denominadas protegidas, que muitas vezes sofrem com o desenvolvimento dessa atividade de maneira desordenada.

O tópico 3.2 traz o histórico de criação e implantação do Parque Nacional da Chapada Diamantina evidenciando os principais acontecimentos e sua caracterização, considerando as riquezas naturais, os impactos socioambientais e as principais dificuldades para sua manutenção.

A área de estudo é abordada detalhadamente no capítulo 4, onde apresenta o processo de formação e transformação do Vale do Capão desde o Ciclo do Diamante e do Carbonato, passando pelo do Café e chegando ao Turismo Ecológico. Ainda, discorre sobre a chegada dos “alternativos<sup>9</sup>” e as contribuições deixadas por eles, principalmente nas áreas de arte, educação e meio ambiente.

O capítulo 5 apresenta os resultados e a análise das entrevistas de história oral realizadas com os moradores de distintas faixas etárias, com os comerciantes e com os representantes de órgãos que auxiliam na administração do Vale do Capão. Também trava uma discussão cotejando os dados das entrevistas com afirmações dos principais autores que nortearam essa pesquisa.

---

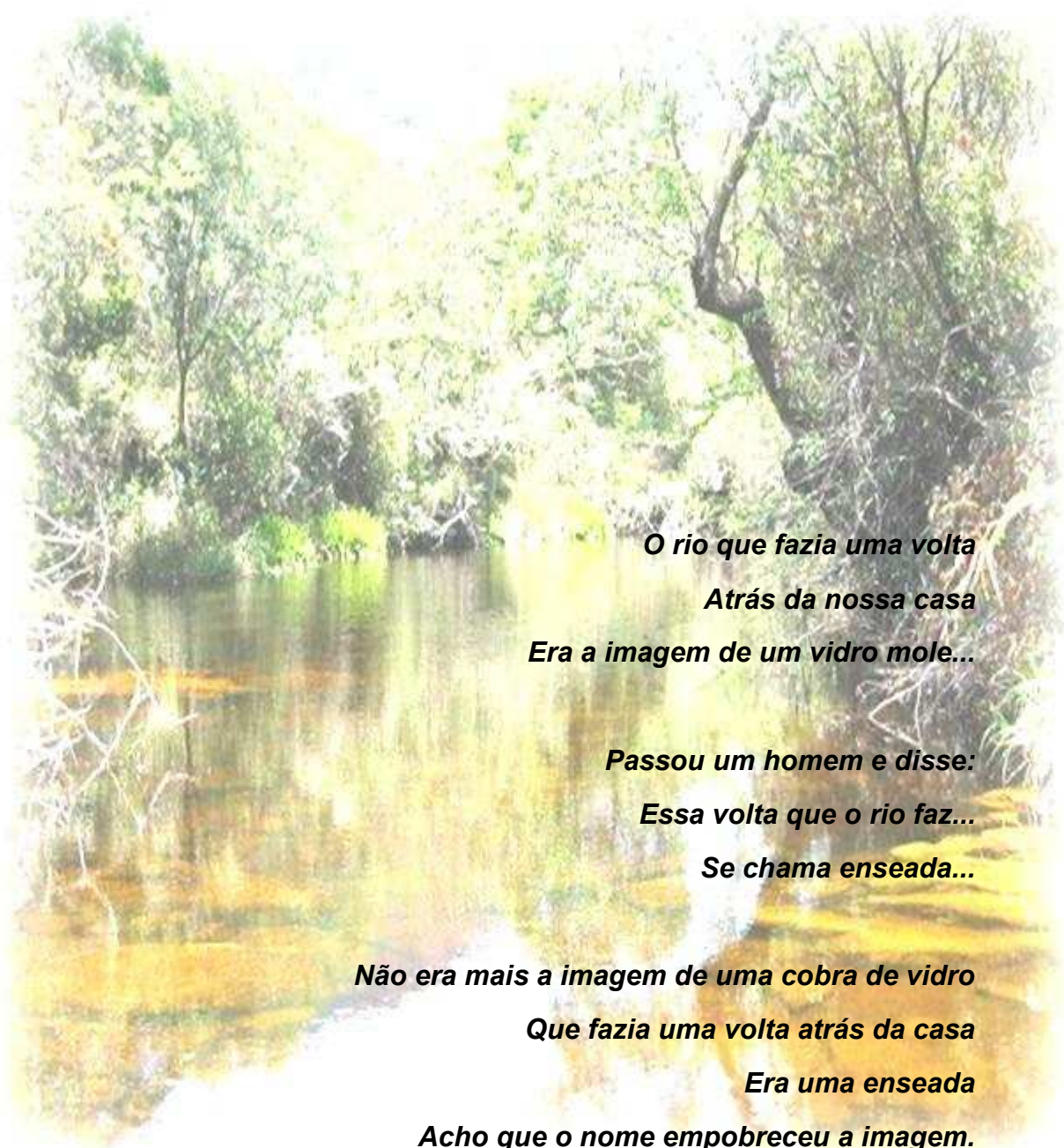
<sup>9</sup> Denominação atribuída às pessoas que chegaram ao Vale no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Eles tinham como perspectiva uma vida tranquila longe dos centros urbanos, que possibilitasse um maior contato com a natureza e a busca por seu autoconhecimento.

A conclusão reporta as principais constatações acerca da percepção dos moradores sobre as mudanças ocorridas, no ambiente natural e construído, após a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina.



## REVISÃO DE LITERATURA

### PERCEPÇÃO, ESPAÇO E LUGAR NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM



***O rio que fazia uma volta  
Atrás da nossa casa  
Era a imagem de um vidro mole...***

***Passou um homem e disse:  
Essa volta que o rio faz...  
Se chama enseada...***

***Não era mais a imagem de uma cobra de vidro  
Que fazia uma volta atrás da casa  
Era uma enseada  
Acho que o nome empobreceu a imagem.***

*Manoel de Barros*

## 2.1 PERCEPÇÃO, ESPAÇO E LUGAR NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM

Ao destacar a paisagem como manifestação formal do espaço, a ênfase é dada na materialidade ou na aparência da paisagem, por meio de seus elementos naturais e construídos. Por outro lado, o conceito torna-se mais amplo quando se enfatiza a paisagem como lugar, pois o lugar é mais intrínseco e carregado de valor afetivo.

Lugar, espaço e paisagem se intercomunicam. À medida que se desenvolve a percepção ambiental, a relação espaço-lugar e memórias é fundamental no despertar do sentimento topofílico e pode auxiliar na preservação ambiental e cultural, respectivamente, da Unidade de Conservação e da comunidade local.

### 2.1 O conceito de Paisagem

Na Geografia Humana, a paisagem é entendida como um produto cultural resultado do meio ambiente sob a ação humana. De acordo com Claval (2009),

A paisagem não se apresenta tão somente como um reflexo do funcionamento passado ou presente da sociedade. As relações emocionais entre a paisagem e o observador são analisadas. O papel da paisagem nas estratégias de poder e de dominação é explorado. A significação da paisagem na construção ou na preservação das identidades é ressaltada. (p. 26).

Essa perspectiva é considerada na nova abordagem cultural da Geografia que visa compreender a ação humana. Para Schier (2003) determinadas paisagens apresentam, na sua configuração, marcas culturais e recebem, assim, uma identidade típica.

Os estudos de paisagens passaram por uma transição na forma de abordagem, sobretudo a partir da década de 1980, estabelecendo o que hoje se conhece como “Nova Geografia Cultural” que é um campo da “Geografia Humana”. A paisagem passa a ser analisada dentro dessa perspectiva como um possível recorte da realidade, ou seja, como um objeto de estudo em constante transformação, composto por tempos passados e presentes, constituído de elementos construídos e naturais e, entre estes, os homens e suas relações. Tal conceito implica em escolhas subjetivas e, portanto, cheias de intencionalidades e não neutras. (SILVEIRA, 2008, p.21).



Tradicionalmente, os geógrafos estabelecem diferenças entre a paisagem natural e a paisagem cultural considerando as influências das questões culturais e ambientais na contextualização da paisagem. A paisagem natural refere-se aos elementos combinados de terrenos, vegetação, solos, rios e lagos, enquanto a paisagem cultural, humanizada, inclui todas as modificações feitas pelo homem como nos espaços urbanos e rurais. (SCHIER, 2003, p.80).

Diante desse contexto, Santos (2009) considera que os elementos que nos rodeiam podem ser caracterizados como naturais - que não foram feitos por nós, como rios, vales, montanhas, cachoeiras, árvores, flores - e construídos - que são criação do homem e modificados no decorrer do tempo. Ambos os elementos são imaginados e pensados como elementos de uma ideia, a paisagem. Segundo Santos (1988), tudo aquilo que nós vemos e que nossa visão alcança é paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível; não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. Tanto no ambiente natural, como no ambiente construído, a percepção da paisagem se distingue para os diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, Del Rio e Oliveira (1999, p.97) ressaltam que “todos nós somos artistas e arquitetos de paisagem, criando ordem e organizando espaços, tempo e casualidade, de acordo com nossas percepções e predileções”. A significância da paisagem para quem observa superficialmente é muito diferente de quem a vivencia diariamente (LYNCH, 1980; TUAN, 1980). Aquele que passa por um local só tem uma ideia superficial da vida naquele ambiente, mas naqueles que convivem diariamente desperta um sentimento de pertencimento, de apropriação do espaço e sua transformação em lugar. É na vivência que desperta a familiaridade com os elementos da paisagem e se confere a ela um significado especial.

Contudo, Santos (2009) afirma que a paisagem nada tem de fixo, de imóvel, pois cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a paisagem se transforma para se adaptar às novas necessidades. Assim como o espaço, a paisagem altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade. A forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar a uma outra forma que atenda às novas necessidades da estrutura social. Porém, transformações de determinadas paisagens em larga escala e sem planejamento, podem gerar impactos negativos ao meio ambiente e à população local.

Assim sendo, nesse estudo entende-se por paisagem a expressão da interação de elementos construídos e naturais e entre estes e os homens.

## 2.2 A Percepção Ambiental na Construção do Conceito de Paisagem

Os estudos de percepção ambiental no Brasil tiveram como marco inicial a publicação em 1960 do livro “A imagem da cidade” de Kevin Lynch. Posteriormente as ideias do geógrafo Yi-Fu Tuan ficaram conhecidas e foram socializadas pelas traduções dos livros “Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente”, “Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência” (1983) e “Paisagens do Medo”, realizadas pela professora Livia de Oliveira.

Para compreensão da percepção ambiental na construção do conceito de paisagem, iniciou-se o estudo com a consideração de Santos (2009) para quem,

diante de uma paisagem, nossa vontade de apreendê-la se exerce sobre conjuntos que nos falam à maneira de cartões postais ou, então, nosso olhar volta-se para objetos isolados. De um modo ou de outro, temos a tendência de negligenciar o todo. Mesmo os conjuntos que se encontram em nosso campo de visão nada mais são do que frações de um todo. A paisagem não é muda, mas a percepção que temos dela está longe de abarcar o objeto em sua realidade profunda. Não temos direito senão a uma aparência (p. 35).

Com essa definição o autor mostra que a dimensão da paisagem varia de acordo com a dimensão da percepção do sujeito que a aprecia em um dado momento. Assim sendo, Santos (2009, p.54) afirma que “a paisagem é resultado da acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção de espaço, essa acumulação é diferente”, ou seja, “os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção”. Para Del Rio e Oliveira (1999) é, portanto, o homem quem percebe e vivencia as paisagens, atribuindo a elas significados e valores, e essa compreensão se dá por meio da percepção ambiental.

Matos (2010) define percepção ambiental como sendo

o processo de interação do homem com o ambiente, compreendendo desde o momento em que este ambiente é percebido, passando pelo momento em que o homem o interpreta, e chegando ao ponto em que este ambiente assume determinado valor, seja este: positivo, negativo ou indiferente. (p. 66).

Concordando com esse conceito<sup>10</sup>, considera-se que as vivências da população local do Vale do Capão, com o ambiente natural e construído, atribuem maior significância na

---

<sup>10</sup> Assim entendido, o conceito de percepção confunde-se com o de cognição. Porém, alguns autores não distinguem entre os dois termos. Para efeito deste trabalho, percepção e cognição serão usados como sinônimos.

percepção da paisagem. A maneira como eles percebem o ambiente se distingue dos pesquisadores e turistas viajantes que se estabelecem por lá em curto período de tempo.

A relevância de se considerar a percepção dos moradores no estudo da interação entre homem e paisagem é ressaltada por Del Rio e Oliveira (1999). Para os autores, é inegável que há uma profunda diferença entre um cenário descrito e estudado, e um cenário experienciado e vivido. Esses mesmos autores defendem que “transformar uma paisagem em um conjunto de significados implica importante atividade perceptiva que organiza, seleciona e interpreta o fluxo de dados sensíveis até que alcancem uma mensagem, um significado” (p.107).

De fato, nos moradores que vivenciaram os Ciclos do Café e do Diamante, a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina e a atividade turística, a apreensão e compreensão das mudanças no ambiente natural e construído são carregadas de um valor sentimental. Nesse contexto, Diegues (2000) considera que a percepção ambiental das comunidades tradicionais atribui a existência de uma simbiose entre o homem e a natureza, que se manifesta, tanto no campo das atividades do fazer, do conhecer e das técnicas patrimoniais, quanto no campo simbólico.

### **2.3 Topofilia, Espaço e Lugar**

O espaço não é apenas formado pelas coisas e elementos geográficos naturais e artificiais da paisagem, mas também pela sociedade, principal componente responsável por traçar o perfil dos lugares (SANTOS, 2008).

Santos (2008) determina cinco elementos que compõem o espaço: o homem, as firmas, as instituições, o meio ecológico e a infraestrutura. O objetivo desta fragmentação, que ele mesmo afirma ser uma totalidade, é facilitar seu estudo e compreensão. Ainda para Santos, o espaço só pode ser entendido a partir da sociedade e esta só se concretiza através de seu espaço.

A visão de Lefebvre (1999), que decodifica o espaço social em espaço percebido, espaço vivido e espaço concebido, proporciona a compreensão da pluralidade de espaços que agregam o espaço social. Espaço vivido, ou espaço de representações, é aquele diretamente vivido através de suas imagens e símbolos associados, o espaço que a imaginação procura mudar e apropriar. Espaço concebido, ou representação do espaço, é o espaço dos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas e engenheiros sociais (LEFEBVRE, 1999). Em outras

palavras, é o espaço que os especialistas projetam e de certa forma enxergam sobre o espaço real. Isto significa que os projetos de intervenção espacial criados por estes especialistas podem não coincidir com o que os leigos imaginam para o mesmo espaço. Por sua vez, o espaço percebido diz respeito às práticas espaciais, ao consumo e ao cotidiano dos indivíduos que nele atuam ou dele participam. Neste espaço é que se identificam também os fluxos materiais de produtos e pessoas.

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. (TUAN, 1983, p, 6). As ideias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra, embora não haja limites precisos entre espaço, paisagem e lugar como fenômenos experienciados: lugares contêm paisagens, paisagens e espaços contêm lugares (RELPH, 1979, apud DEL RIO; OLIVEIRA, 1999).

Santos (1988) busca diferenciar os conceitos de espaço e lugar. Já Tuan (1983) os correlaciona com a topofilia, este elo afetivo entre a pessoa e o lugar claramente presente em comunidades tradicionais. De fato, iniciativas que estimulem os sentimentos topofílicos para que os espaços se tornem lugares podem ser eficazes na preservação da paisagem.

Claval (2009) pondera que,

O espaço jamais aparece como um suporte neutro na vida dos indivíduos e dos grupos. Ele resulta da ação humana que mudou a realidade natural e criou paisagens humanas e humanizadas. Os lugares e as paisagens fazem parte da memória coletiva. A lembrança do que aconteceu no passado dá forte valor sentimental a certos lugares. (p. 24).

Do ponto de vista do significado do lugar enquanto sentimento de pertencimento, um grande impacto vivido pela comunidade local do Vale do Capão foi sobre seu cotidiano, que se alterou e continua em transformação devido a estímulos do turismo. Os próprios moradores veem com outros olhos o lugar, através da sua ligação com o global, por meio, principalmente da implantação e evolução das tecnologias dos meios de comunicação.

### 3. PARQUES NACIONAIS

Após a Revolução Industrial, a população passou a sentir as consequências dos impactos ambientais decorrentes das grandes indústrias. A poluição dos rios, do solo e do ar, o desmatamento, entre outros problemas, causaram danos diretos à saúde da população dos países de Primeiro Mundo e alertaram para a urgência em desenvolver práticas preservacionistas de proteção à vida selvagem. Daí surgiu a concepção das áreas protegidas que, de acordo com Diegues (2000), tem como ideia subjacente que, mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do mundo natural em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana. Como modalidade de área protegida foram criados os Parques Nacionais (PARNAS).

Assim sendo, PARNAS são áreas destinadas a fins de conservação, pesquisa e turismo e podem ser criados no âmbito nacional, estadual ou municipal, em terras de seu domínio, ou que devem ser desapropriadas para esse fim. Os parques nacionais constituem unidades de conservação, terrestres e/ou aquáticas, normalmente extensas, destinadas à proteção de áreas representativas de ecossistemas, podendo também ser áreas dotadas de atributos naturais ou paisagísticos notáveis, sítios geológicos de grande interesse científico, educacional, recreativo ou turístico, cuja finalidade é resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos científicos, educacionais e recreativo (ICMBio)<sup>11</sup>.

O primeiro parque nacional de que se tem registro no mundo é o Parque de Yellowstone nos Estados Unidos, que foi criado em meados do século XIX de acordo com a corrente preservacionista norte-americana que vê os parques nacionais como a única forma de salvar a natureza dos impactos do desenvolvimento urbano. Este modelo de conservadorismo se espalhou rapidamente pelo mundo recriando a dicotomia entre “povos” e “parques”. A transposição do “modelo Yellowstone” de parques sem moradores, vinda de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/categorias.html>>. Acesso em 05 ago. 2014.

tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas (DIEGUES, 2000, p.37).

No Brasil, o primeiro parque nacional implantado foi o do Itatiaia, em 1937, o qual está localizado na Serra da Mantiqueira, na divisa dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em 2015 o Brasil possui cerca de sessenta e nove parques nacionais que são administrados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Estes parques apresentam características e objetivos distintos e estão espalhados nos diferentes biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Marinho), porém alguns foram criados e não regulamentados, enquanto outros dependem de regularização (ICMBio)<sup>12</sup>.

O modelo de Parque Nacionais norte-americanos importados para o Brasil é criticado por diversos autores (DIEGUES, 2000; LIMA et al., 2012). De acordo com Diegues (2000), os modelos de paisagens intocadas destinadas a áreas de proteção integral no Brasil e nos Estados Unidos são distintos. Para os norte-americanos, os parques nacionais foram decretados em paisagens relativamente selvagens onde os colonizadores ainda não haviam ocupado, embora em muitas destas áreas houvesse presença de povos indígenas. Já no Brasil, para implantação de alguns parques, foram utilizadas áreas onde já havia concentração populacional e de atividades humanas. Estudos apontam que a forma como esses parques são criados e administrados tem impulsionado impactos socioambientais nas comunidades em seu entorno e, devido a isso, nem sempre conseguem cumprir a função de preservar.

### 3.1 O PARQUE NACIONAL COMO CATEGORIA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

Os problemas ambientais em prol do desenvolvimento econômico e a ausência e/ou falta de fiscalização de políticas públicas de uso e proteção dos recursos naturais trouxeram e vêm trazendo danos irreversíveis para o meio ambiente. No Brasil, a obrigação de preservar o ambiente natural foi legalmente instituída em 1988 a partir da Constituição Federal, que dedicou um capítulo ao meio ambiente, visando assegurar sua preservação e defesa como responsabilidade do próprio Estado e da coletividade. Assim,

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)<sup>13</sup>

Em agosto de 1981 foi instituída a Política Nacional de Meio Ambiente<sup>14</sup> a qual visa preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental do país através do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente). No Brasil, a Lei n.º 9.985 de 18 de julho de 2000 estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), onde foram definidos critérios e normas para a implantação e gestão das unidades de conservação (UC's). Dentre elas, estabeleceu que as UC's devem ser criadas por ato do Poder Público, após a realização de “estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade” (BRASIL, 2000, Art. 22)<sup>15</sup>.

Os parques nacionais são a mais popular e antiga categoria de Unidades de Conservação (UC)<sup>16</sup>. De acordo com a Lei n.º 9.985/2000, o parque nacional é conceituado como uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, ou seja, onde é admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Seu objetivo básico, segundo a legislação brasileira é,

a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (caput do Art. 11 da Lei n.º 9.985/2000).

O Regulamento dos parques nacionais brasileiros, contido no Decreto Federal n.º 84.017/1979, estabelece as normas específicas, tanto com relação ao uso público, como com relação às demais atividades a serem exercidas. De acordo com o Art. 27 da Lei 9.985/2000, as unidades de conservação devem apresentar um Plano de Manejo e, conforme o Art. 29,

---

<sup>13</sup> Capítulo VI da Constituição Federal de 1988, artigo 225. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 05 ago. 2014.

<sup>14</sup> Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.

<sup>15</sup> BRASIL. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Acesso em: 10 jul. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>. Brasília, 2000. Art. 7º. § 1º.

<sup>16</sup> <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/categorias.html>. Acesso em: 05 ago. 2014.

todas as unidades de conservação do grupo integral devem dispor de um conselho consultivo formado pelos órgãos gestores, representantes do poder público e da sociedade civil. O conselho deve acompanhar a elaboração, implantação ou revisão do plano de manejo, buscar a integração da unidade de conservação com seu entorno, avaliar o orçamento e relatório financeiro anual da unidade entre outras atribuições (BRASIL, 2000).

De acordo com a legislação em vigor, a normatização para uso dos recursos e da área dos Parques Nacionais carece de regulamentação. Tal processo é definido por Guanaes (2006) como:

Um longo processo que exige várias etapas, a primeira delas é o levantamento fundiário da área estabelecida no decreto de criação do parque, incluindo os recursos naturais e benfeitorias existentes nessa área; num segundo momento é elaborado um plano de zoneamento e manejo para definir especialmente e organizar as regras de uso e apropriação das terras e recursos disponíveis; para então chegar a etapa final que é a desapropriação ou remanejamento dos moradores que se encontram no perímetro do parque. (p.19).

A etapa de desapropriação ou remanejamento dos moradores apresenta-se como conflituosa, pois tem gerado desconforto e insegurança para as populações em que parte de suas terras foram incluídas em áreas de parque nacionais.

### **3.1.1 Conflitos Socioambientais na Implantação de Parques Nacionais**

Experiências de criação de grandes parques apontam impactos socioambientais, positivos e negativos, nas pequenas comunidades localizadas no seu interior ou no seu entorno. De fato, produz mudanças no modo de vida e impulsiona uma nova organização socioespacial do morador da comunidade abrangida.

Historicamente, os processos de criação dos parques nacionais no Brasil não tem considerado o ser humano como parte da natureza e importante sujeito afetivo, ativo e possível colaborador de ações em prol da preservação/conservação da natureza. Para Figueirêdo e Souza (2013),

A institucionalização de Unidades de Conservação perpassa por uma política ambiental que desconsidera as peculiaridades socioeconômicas e culturais de cada território, contexto que contribui para a incidência de conflitos e impede o desenvolvimento de uma gestão eficaz. Daí a insatisfação regional e o desgaste da imagem dos órgãos responsáveis pela administração das áreas protegidas. (p. 160).



De acordo com essa perspectiva conclui-se que tais conflitos são decorrentes do equívoco no entendimento da natureza como intocável ao realizar os projetos de parques. A consideração de natureza intacta significa desassociar os seres humanos também como seres naturais pertencentes à natureza. Hübner (2013) considera o conflito socioambiental como

uma expressão de resistência aos modos de apropriação por um grupo “economicamente” dominante, numa tentativa de mudança do status quo atual. Tal atitude reflete a recusa dos atores sociais marginalizados a seguir a orientação de organização dos espaços e das formas de apropriação do território e dos recursos naturais preconizadas pelos grupos hegemônicos. (p. 93).

Na mesma linha de pensamento, porém mais especificamente, Brito (2005) aponta que os problemas de conservação das áreas de proteção brasileiras estão vinculados a: falta de condições de infraestrutura para efetiva implantação das unidades (recursos humanos e financeiros, capacidade administrativa, elaboração e execução de planos, fiscalização, etc.), indefinição quanto à propriedade das terras e desapropriações, contexto histórico da criação das unidades com conseqüente representatividade dos biomas (área total protegida e condições de proteção) e conflitos com populações (do interior e entorno).

Pode-se considerar que os conflitos socioambientais envolvem interesses individuais e coletivos. Na análise de Botelho (2009, p.43),

a institucionalização de parques em um determinado território implica formas distintas de apropriação material e simbólica de uma mesma unidade territorial compartilhada e, portanto, desencadeia contrariedades entre os atores sociais com relação às novas regras de uso e apropriação do território.

Em muitos casos os moradores não recebem esclarecimento acerca da criação e implementação dos parques, nem mesmo da inclusão dos seus territórios dentro dos parques e nas áreas de amortecimento.

Os conflitos em parques surgem, então, a partir do confronto de práticas, valores e interesses com relação ao território protegido (parque), estabelecido em um campo de forças que busca legitimar as diferentes formas de apropriação técnica, social, cultural e simbólica do território em disputa. (BOTELHO, 2009, p. 43).

### 3.1.2 Atividades Turísticas nos Parques

A verdadeira arte de viajar...  
A gente sempre deve sair à rua como quem foge de casa,  
Como se estivessem abertos diante de nós todos os caminhos do mundo.  
Não importa que os compromissos, as obrigações, estejam ali...  
Chegamos de muito longe, de alma aberta e o coração cantando!

*Maria Quintana*

A atividade turística é identificada por pesquisadores (RODRIGUES, 1999; IRWING; AZEVEDO, 2002; PAES; OLIVEIRA, 2010) como uma nova e distinta forma de urbanização que parte do consumo e não da produção, como nas cidades industriais apontadas por Lefebvre (1999). Do ponto de vista daquele que o pratica, o turismo pode ser considerado como fuga e afastamento do cotidiano urbano, que se configura por trânsitos caóticos, poluições sonora e visual, violências e altos índices de criminalidade, ausência de áreas verdes entre outros fatores, e como idealização de um outro espaço por um curto período de tempo.

Nos grandes parques em que são permitidas visitas e conseqüentemente nas localidades em seu entorno, a atividade turística propõe novas formas de produção, apropriação, consumo e organização do espaço. Este novo espaço proposto e configurado dificulta a sua classificação como rural ou urbano. Sem perder as características de comunidade rural, esses espaços são equipados de bens e serviços provenientes de práticas urbanas no intuito de satisfazer o seu novo e passageiro público.

Nesse contexto, remete-se a Dias (2003) quando defende que para o desenvolvimento do turismo em unidades de conservação devem-se levar em consideração as diretrizes emanadas pelo Plano de Manejo, pois ele regulamenta as atividades nos locais onde deverão ser praticadas atividades de lazer relacionadas com o turismo alternativo, em particular o ecoturismo.

Considerado como uma modalidade de atividade turística voltada para a apreciação de ecossistemas, em seu estado natural, respeitando a vida selvagem e a população nativa, o ecoturismo ou turismo ecológico é uma prática presente nos Parques Nacionais. Os defensores de sua prática argumentam que o turismo ecológico contribui para a preservação do ambiente

natural e da cultura regional e pode ser considerado como uma importante alternativa de desenvolvimento sustentável no interior dos parques nacionais e nas comunidades do entorno, por ter como premissas a conservação ambiental e a melhoria na qualidade de vida da população local. Além disso, constitui-se uma opção de transformação econômica local e da dinâmica social da comunidade envolvida. No entanto, para isso é necessário que haja uma exploração turística ordenada, que minimize os efeitos negativos ao ambiente e à comunidade residente.

### **3.1.3 Impactos da Atividade Turística em Áreas (Des)Protegidas**

A procura por áreas em contato com a natureza como alternativas ao lazer, sobretudo nos parques nacionais, vem aumentando com a popularização do turismo em ambientes naturais. Contudo, os gestores locais e a comunidade nem sempre são capacitados para receber o público e, conseqüentemente, a atividade turística acaba ocorrendo de forma desordenada e resultando em danos socioambientais. Na análise de Beni (1997), se a atividade turística não for bem planejada pode causar impactos negativos para o meio ambiente, para a economia e para a cultura das comunidades tradicionais.

O Banco do Nordeste (1999) aponta como principais impactos negativos da atividade turística o aumento da geração de resíduos sólidos, da demanda de energia elétrica e uso da água, aumento do tráfego de veículos, aumento sazonal de população com diversas implicações sobre a área afetada, sua infraestrutura e sua população nativa e, conseqüentemente, alteração sobre o estilo de vida das populações nativas e deslocamento e marginalização das populações locais. E ainda, a contaminação da água dos rios e mares, devido ao aumento de esgotos não tratados, a degradação da flora e fauna local, devido aos desmatamentos, caça e pesca predatória, a degradação da paisagem, devido à construção inadequada de edifícios e a necessidade de implantação de obras de infraestrutura tais como estradas, sistemas de drenagem e aterros com grande movimentação de terra.

## O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA



**Cantando minha Terra Diamantina  
Que beleza igual já não se cria  
Onde o sol ama a terra todo dia  
Coroné no garimpo fez chacina**

**Uns pescado, outros garimpando a sina  
Nessa terra dotada de magia  
Veja os versos da minha cantaria  
Exaltando a Chapada do Sertão  
As estrelas clareiam a escuridão  
Espantando da estrada a livuzia**

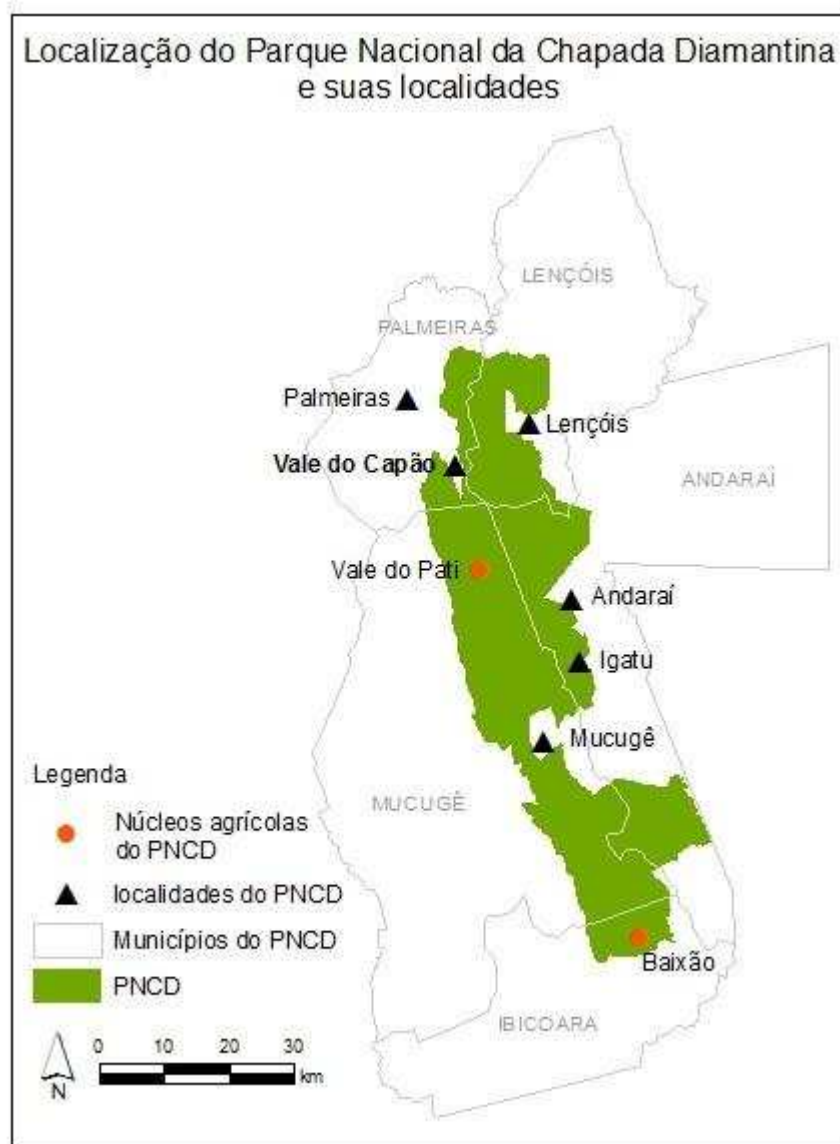
*Ivan Soares*

## 3.2 O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA

### 3.2.1 Histórico de criação e implantação do PNCD

A área que compreende o Parque Nacional da Chapada Diamantina foi inicialmente habitada por indígenas Maracás. Posteriormente, no início do século XVIII a região foi ocupada por pessoas que buscavam ouro próximo ao Rio de Contas Pequeno e em meados do ano de 1710 começaram a chegar os primeiros bandeirantes e exploradores. Em 1844, a colonização foi impulsionada pela descoberta de diamantes valiosos no Rio Mucugê fazendo com que comerciantes, colonos, jesuítas e estrangeiros povoassem as vilas da região. A exploração do ouro perdurou por quase um século e, após o declínio iniciou-se a exploração de diamantes que durou quase 30 anos, entrando em decadência em 1871. Ainda no século XX, entre 1980 e 1996, a economia da região foi reaquecida com a extração mecanizada de diamante, tendo esta atividade sido proibida e fiscalizada pós-criação do Parque Nacional (GANEM;VIANA, 2006).

O Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) foi criado pelo Decreto Federal n.º 91.655, de 17 de setembro de 1985, diante da mobilização de grupos ambientalistas e das forças políticas regionais e estaduais. Ocupando uma área de aproximadamente 152.400 ha, o Parque abrange parte dos municípios baianos de Mucugê, Andaraí, Itaetê, Palmeiras, Lençóis e Ibicoara (Figura 6).



**Figura 6** – Delimitação do PNCD.  
 Fonte: IBGE (2015) e ICMBio (2015).

As sedes desses municípios, assim como a vila de Caeté-Açu (Capão Grande), Igatu (Xique-xique de Andaraí) e Barro Branco, foram excluídas da reserva pelos ajustes dos limites do Parque. Existem dois núcleos agrícolas significativos dentro do Parque Nacional da Chapada Diamantina, o Pati e o Baixão, ambos situados em vales profundos e de escarpas abruptas. O Pati fica próximo ao centro da área da reserva e apresenta um desafio para a administração. O Baixão fica num ponto no extremo Sudeste da reserva (FUNCH, 2007. p.170).

Situado no centro do estado da Bahia, o Parque tem por objetivo “proteger amostras

representativas da Serra do Sincorá e as proximidades das áreas de nascentes” (Decreto n. 91.655/85). Visa, especificamente, proteger a nascente da bacia do Rio Paraguaçu, a qual é responsável pelo abastecimento de 60% da população de Salvador (ICMBio)<sup>17</sup>.

Diversos grupos ambientalistas, como o Gambá, Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP), Germen e Orpet, além de outros, promoveram uma jornada em dezembro de 1994, em Caeté-Açu, no município de Palmeiras, visando à conscientização sobre a necessidade de preservação dos ecossistemas da Chapada Diamantina e, principalmente, a regulamentação do Parque Nacional da Chapada Diamantina (BANDEIRA, 1997, p.122).

Por iniciativa da Procuradoria da República em setembro de 1997 foi realizado o seminário “Meio Ambiente e Patrimônio Cultural - Integração para o Terceiro Milênio”. Tal encontro culminou no estabelecimento de um acordo para realização do levantamento fundiário do PNCD no ano seguinte. O IBAMA promoveu o levantamento fundiário entre o período de janeiro a Agosto de 1998, direcionado por uma equipe técnica composta de engenheiros agrônomos, geógrafo, consultora em conservação ambiental e bacharela em Direito. Diante desse contexto Heloisa Orlando lamenta que,

o grande engano cometido no trabalho de levantamento fundiário foi não ter empreendido maiores esforços de conscientização junto às comunidades residentes no seu interior. Essa seria a maneira mais sensata de se implementar uma unidade de conservação que detém apenas um Decreto de criação. Muitas dessas populações só tiveram conhecimento que viviam numa área protegida, durante os trabalhos do levantamento fundiário, realizado treze anos depois da sua criação. (Orlando *et al*, 2000, p. 2).

Em junho de 2000 num encontro denominado “Encontro de Pessoas Interessadas na Conservação do Parque Nacional da Chapada Diamantina” foi criado, por meio de uma oficina participativa, o Núcleo Pró-Parque Nacional da Chapada Diamantina. Esse Núcleo visava “pensar ações e fortalecer instituições já existentes, além de estabelecer alianças com entidades que estavam em luta no Brasil e no mundo por implementação de Parques”. (RELATÓRIO DO ENCONTRO DE PESSOAS INTERRESADAS NA CONSERVAÇÃO DO PNCD, 2000, p.4).

O Parque Nacional da Chapada Diamantina foi um dos primeiros parques brasileiros a implantar o conselho consultivo, o CONPARNA-CD, em 2001. O CONPARNA-CD tem democratizado a gestão do Parque por meio da participação da sociedade civil, a qual

---

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/caatinga/unidades-de-conservacao-caatinga/2129-parna-da-chapada-diamantina.html>>. Acesso em: 22 set. 2014.

desempenha atribuições fundamentais como acompanhamento da elaboração, implementação e revisão do plano de manejo e manifestação sobre obra ou atividade causadora de impacto no Parque Nacional<sup>18</sup>.

Apenas em 2007, vinte e dois anos após a criação do PNCD, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que na época atuava como gerenciador, apresentou o Plano de Manejo, o qual visava nortear a gestão, o zoneamento e as normas para orientar o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Em 2009 o Plano foi aprovado e publicado no Diário Oficial da União através da Portaria nº 09, de 06 de março de 2009.

Diante de todo esse processo, há incidências de vários conflitos socioambientais na área pertencente ao PNCD. Funch (2007) associa esses conflitos à localização do Parque que foi implantado numa área com uma história secular de ocupação e exploração. Segundo o autor, nas principais serras na área do Parque Nacional ainda predominam atividades econômicas como os garimpos, o uso do pasto nativo, a agricultura familiar, a caça, a coleta de flores naturais e animais nativos e a retirada de pedras.

O apêndice 1 ilustra, resumidamente, o histórico de criação e o processo em trâmite para implantação do PNCD desde o declínio do Ciclo do Diamante, passando pelas mobilizações ambientais pró-Parque e chegando em 2015.

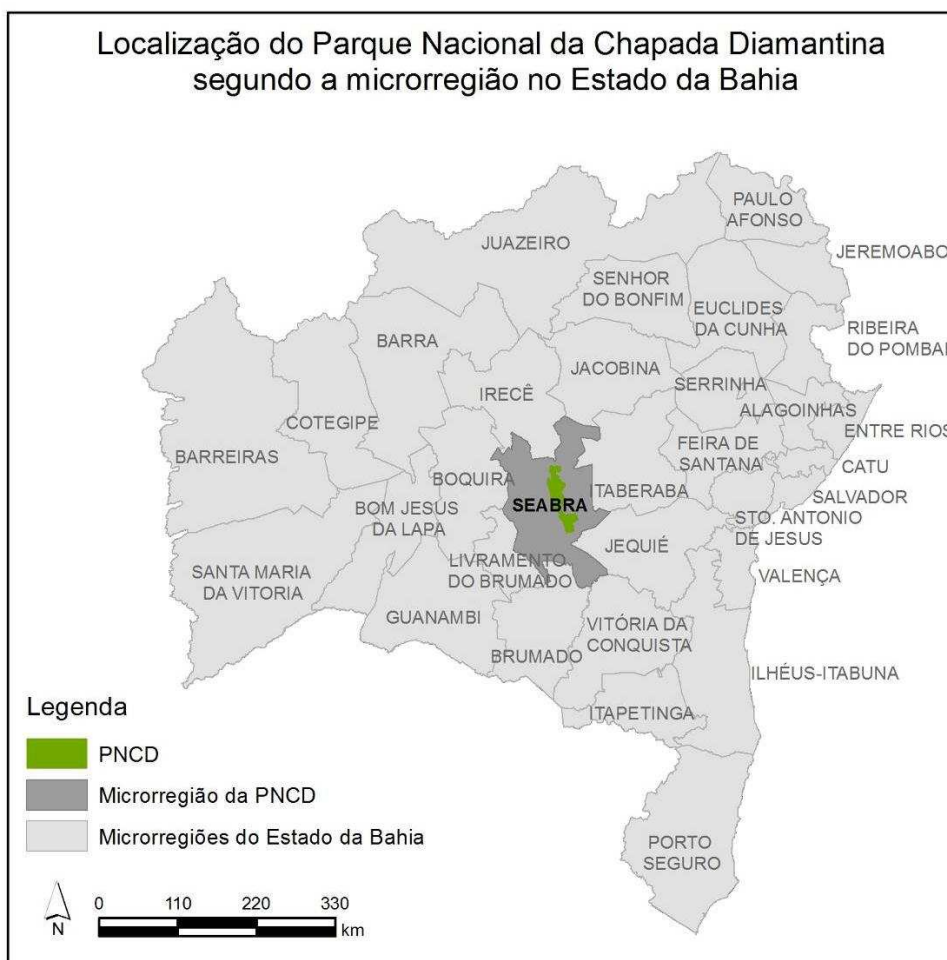
---

<sup>18</sup> <http://parnachapadadiamantina.blogspot.com.br/p/conselho-consultivo.html>, acesso em 04/03/2015.



### 3.2.2 Caracterização do PNCD

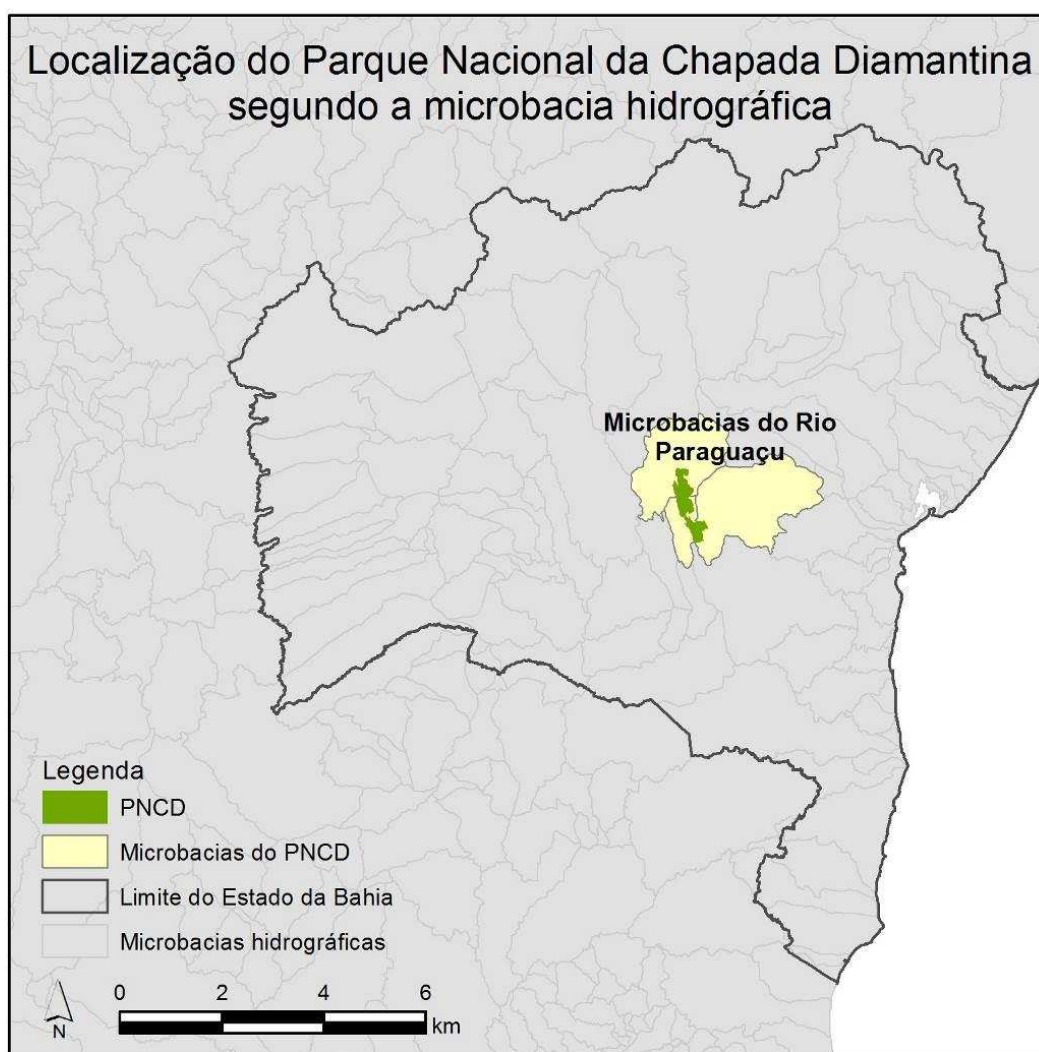
O Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) está localizado no centro do estado da Bahia na região da Chapada Diamantina, especificamente na microrregião de Seabra (Figura 7).



**Figura 7** – Localização do PNCD no contexto das microrregiões do Estado da Bahia.

Fonte: IBGE (2015) e ICMBio (2015).

A região da Chapada é um grande “reservatório de água” no semiárido, com nascentes que contribuem para formar os rios de Contas e Paraguaçu, cujas bacias estão inseridas integralmente na Bahia, além de tais nascentes formarem as bacias dos rios Paramirim, Salitre e Jacaré, tributários da margem direita do Rio São Francisco. O PNCD está integralmente inserido na bacia do Rio Paraguaçu. (ICMBio, 2007). (Figura 8).



**Figura 8**– Localização do PNCD no contexto da microbacia do Paraguaçu.  
 Fonte: IBGE (2015) e ICMBio (2015).

Com 152.141,87 ha, o PNCD é considerado um dos maiores parques de preservação do Brasil localizado fora da região Amazônica. A área por ele compreendida apresenta distintos ecossistemas, tais como a caatinga, campos rupestres, cerrado e resquícios de mata atlântica (no Vale do Pati).

Em função da localização geográfica, encontrando-se numa área tropical, a fauna da Chapada é bastante variada, com espécies de grandes felinos (onça-pintada e suçuarana), serpentes constritoras<sup>19</sup> (jibóia, sucuri), roedores de médio e grande porte (capivara, preás e

<sup>19</sup> Grupo de serpentes que constroem a caixa torácica de suas presas no sentido de paralisá-las por asfixia.

mocós), aves (gavião-pé-de-serra, urubu-rei e o endêmico beija-flor-gravatinha-vermelha), veados, peixes variados (bagre-cego-albino), cotias, cachorros-do-mato e antas. Com o crescimento das vilas e, principalmente, do fluxo de pessoas devido à prática do turismo, os animais se recolheram em locais de mais difícil acesso (fundos dos vales, grotões e áreas florestais mais densas), como forma de proteção. (ICMBio, 2007).

A flora que compõe a área do PNCD é rica e variada, tanto nas regiões mais secas, como nas beiras dos rios. Jardins naturais, matas ciliares, capões de matas e campos rupestres compõem a paisagem natural. É possível encontrar grandes áreas cobertas por sempre-vivas, canelas-de-ema, bromélias e orquídeas em meio à vegetação mais baixa. (ICMBio, 2007).

A administração do Parque é de responsabilidade do Estado por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), uma autarquia ligada ao Ministério do Meio Ambiente, que trabalha exclusivamente em prol das áreas de preservação ambiental.

Apesar de ter quase trinta anos de criação, ainda não houve a regularização fundiária da área do Parque. De acordo com Funch (2007, p. 172), “a ocupação humana no Parque chega a um total, mais ou menos, de 300 pessoas, ou uma pessoa para cada 5 quilômetros quadrados”. Para o mesmo autor, “seria quase impossível criar uma unidade de conservação com essa proporção em qualquer parte do mundo e não enfrentar problemas ligados à ocupação ou uso humano”.

O Plano de Manejo (ICMBIO, 2007) aponta como principais atividades conflitivas o uso indevido de fogo, caça, pesca, apanha e captura de animais silvestres, agricultura, pecuária, presença de animais domésticos, captação de água, pastagem, extração mineral<sup>20</sup>, linhas de transmissão de energia elétrica, rodovia asfaltada, populações humanas residentes, abertura e reabertura de trilhas para visitação, coleta indevida de plantas e demais materiais biológicos, desmatamento e corte seletivo de madeira e, por fim, trânsito de veículos automotores.

Para Bandeira (1997), um dos principais problemas do Parque são as queimadas que ocorrem com frequência após o mês de setembro, quando as matas estão rigorosamente secas. Em 2014, o Parque Nacional da Chapada Diamantina se destacou enquanto unidade de conservação brasileira com ocorrência de maior número de incêndios florestais. Durante os períodos críticos da seca (de agosto a fevereiro) o combate a incêndios florestais é realizado

---

<sup>20</sup> Garimpo (manual e mecanizado) de diamantes, retirada de areia, argila, pedra e cristais.

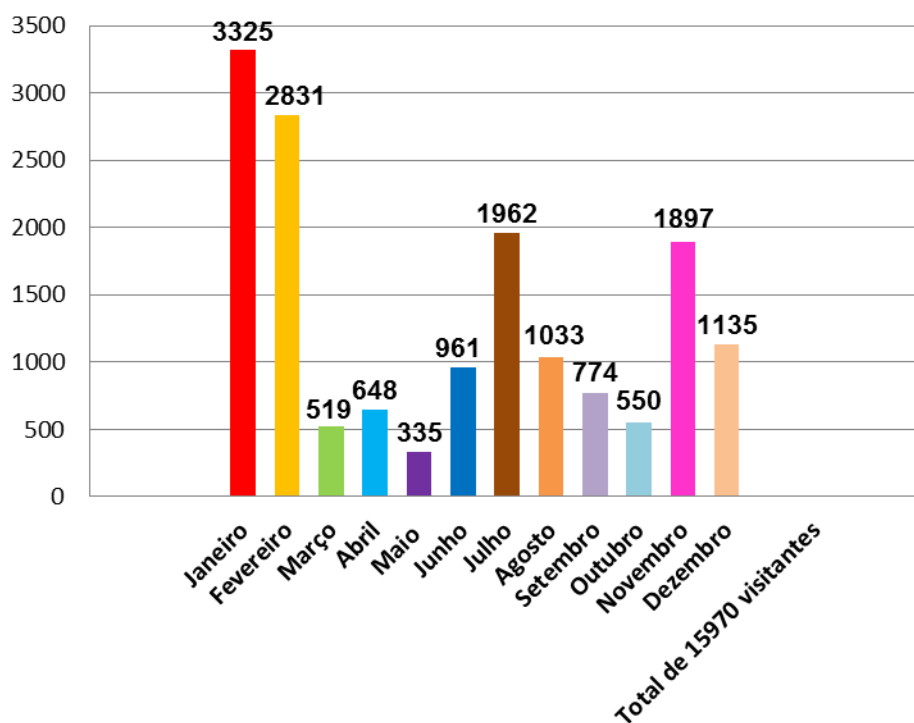
pelos funcionários contratados do ICMBio, mas principalmente pelos brigadistas voluntários, na maioria membros das associações de condutores de visitantes e moradores das comunidades do entorno do Parque (Figura 9).



**Figura 9** – Queimadas no Morro da Rapadura e Serra do Candombá.  
Fonte: Arquivo pessoal, 2013.

O PNCD dispõe de uma sede administrativa na cidade de Palmeiras, mas o ICMBio não tem uma portaria nem desempenha o controle de acesso e a atividade de visitação ao Parque ainda não está regulamentada, contudo, ocorre intensamente em diversas áreas. As principais atividades realizadas são: caminhadas, banhos, escaladas, rapel, acampamentos, registros fotográficos, passeios para contemplação, ciclismo, entre outras.

O controle de visitantes é realizado pela Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão (ACV-VC) no principal atrativo turístico do Parque, a Cachoeira da Fumaça, sendo esse o único levantamento de dados sobre a visitação que o PNCD possui. Localizada entre os municípios de Palmeiras e Lençóis, com acesso apenas por trilhas e uma queda d'água de 340 metros de altura, a Cachoeira da Fumaça atrai visitantes do mundo inteiro em todas as épocas do ano. De acordo com os registros da ACV-VC, que já realiza o monitoramento voluntário há mais de 14 anos, em 2012, a Fumaça foi visitada por 15.970 pessoas de distintas regiões do mundo (Figura 10).



**Figura 10** – Número de visitantes da Cachoeira da Fumaça – 2012.

Fonte: Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão – ACV-VC, 2013.

Observa-se, pelos dados da Figura 8, que os meses de janeiro e fevereiro (considerados alta estação) são os de maior concentração de turistas, embora o turismo ocorra durante todo o ano. Segundo dados mais recentes da ACV-VC nos últimos cinco anos a Cachoeira da Fumaça tem recebido em média 18 mil visitantes anualmente.

Nesta pesquisa, o foco será dado ao Vale do Capão, um pequeno distrito pertencente ao município de Palmeiras e principal portal de acesso ao Parque Nacional da Chapada Diamantina.

## O VALE DO CAPÃO

*Nas margens dos riachos do Vale  
Se escuta uma linda melodia  
É o sabia anunciando  
O começo de um novo dia.*

*E em todas as manhãs  
Um fenômeno lindo acontece  
O manto de nevoada se desmancha  
E um cenário de montanhas verdes aparece.*

*Quando chega à tarde  
O sol se vai com um brilho tímido  
E o seu último reflexo  
Abraça o morro branco se despedindo.*

*Nos olhares dos sábios  
Muitas histórias para contar  
Histórias que adormecem na memória  
E na identidade do lugar.*

*Povo alegre e sorridente.  
Quanta alegria!  
Quanta simpatia!  
Quanta cultura tem a nossa gente.*

*Mariana Almeida*



## **4 O VALE DO CAPÃO**

### **4.1 PROCESSO DE FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO VALE DO CAPÃO**

No início dos anos 1950, o Vale do Capão era predominantemente rural, com a ausência de infraestrutura urbana como energia elétrica, água encanada e serviço de telefonia. As cartas e recados eram a principal forma de comunicação entre parentes e amigos e informações nacionais e regionais chegavam por meio do rádio à pilha, o qual era privilégio de poucos. Nesta época, não havia estrada para carros, apenas trilhas. As pessoas utilizavam animais como burros e cavalos para auxiliarem nas atividades domésticas e no transporte dos produtos cultivados nas roças. (NOGUEIRA, 2003).

Analisando o Vale em 2015, é perceptível que ocorreram muitas mudanças em curto período de tempo e concordando com Bosi (1983) de que velhos lugares são inseparáveis dos eventos neles ocorridos, as pessoas que acompanharam esse processo (antes, durante e após a criação do PNCD) são memórias vivas dessa mudança.

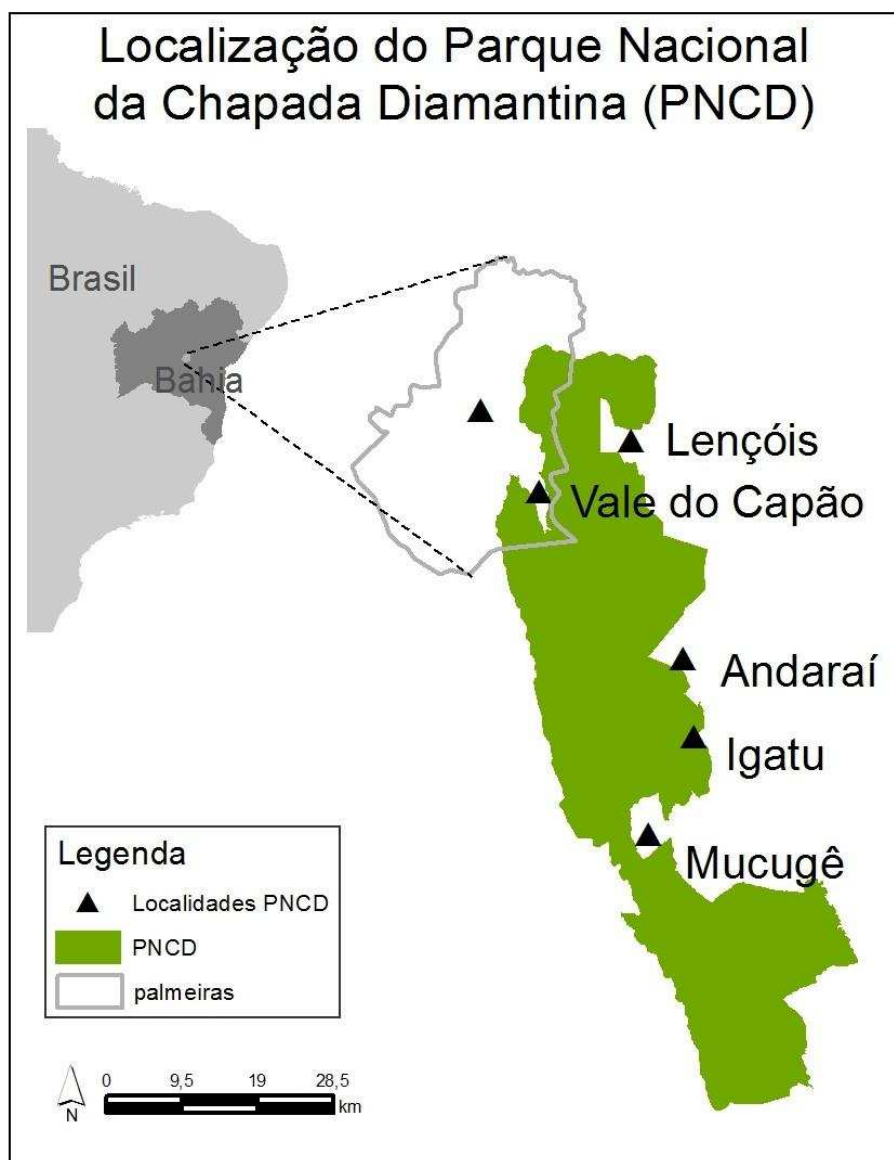
#### **4.1.1 Um Vale entre Montanhas**

Pertencente ao município de Palmeiras (22 km de sua sede) no estado da Bahia, o distrito de Caeté-Açu foi criado pela Lei nº 628, de 30 de dezembro de 1953, com sede no Povoado de Capão Grande o qual foi elevado à categoria de vila com o nome do distrito.<sup>21</sup> Localizado ao sul do município, Caeté-Açu é considerado Zona de Amortecimento<sup>22</sup> do PNCD e possui normas e restrições específicas. A 1.000 metros de altitude e cercado por serras e morros que tornam a paisagem singular, o distrito é mundialmente conhecido por suas belezas naturais e por abrigar espécies endêmicas da fauna e da flora, além de cachoeiras exuberantes e rica cultura popular (Figura 11).

---

<sup>21</sup> <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292350&search=||info%EF3ricos:-hist%EF3rico>, acesso em: 25 de novembro de 2014.

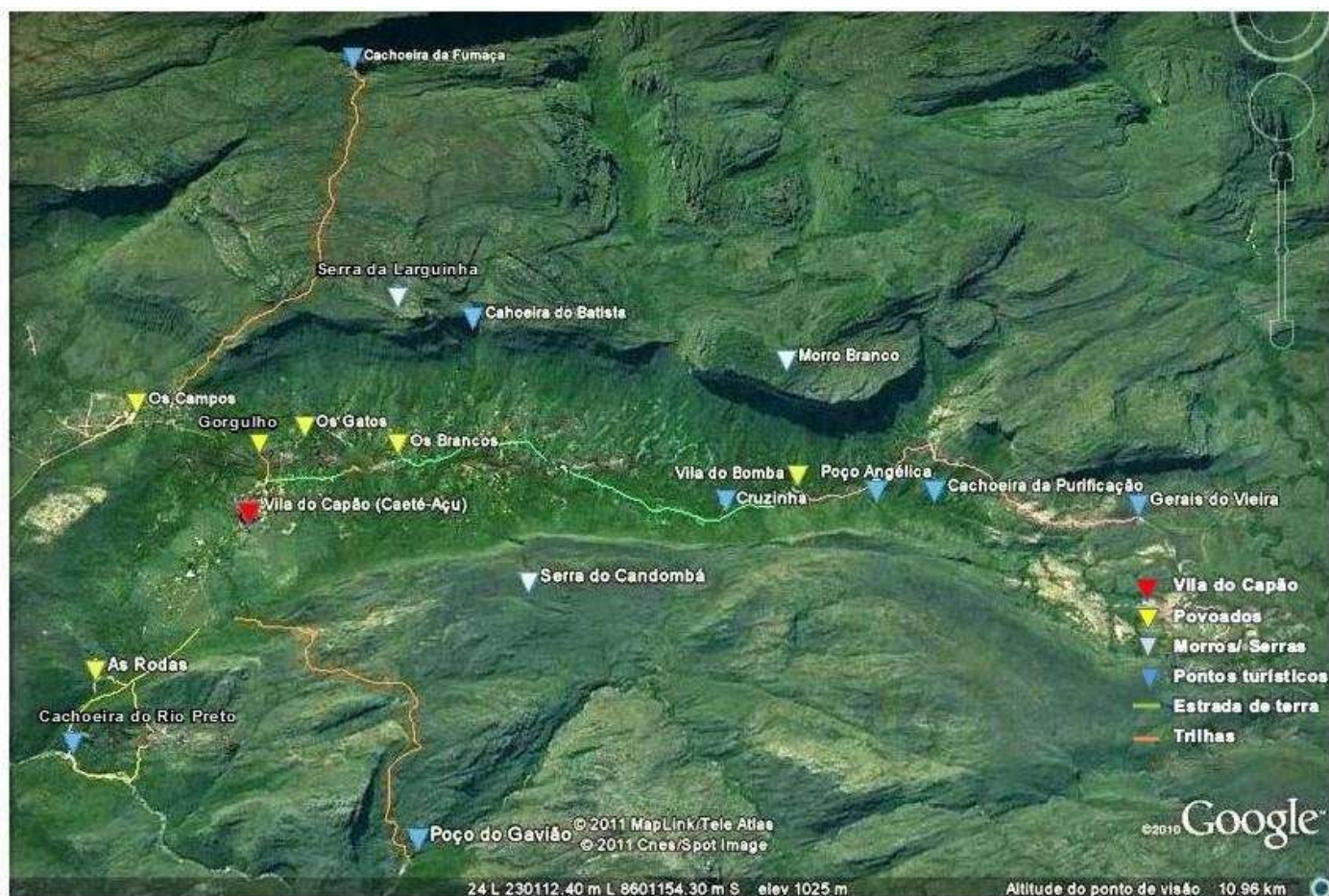
<sup>22</sup> A Zona de Amortecimento foi estabelecida pelo Plano de Manejo visando minimizar os impactos negativos sobre o PNCD.



**Figura 11** – Localização do Vale do Capão no Parque Nacional da Chapada Diamantina  
 Fonte: IBGE (2015) e ICMBio (2015).

De origem Tupi Guarani, o nome Caeté-Açu significa Capão Grande (Caeté = Capão / Açu = Grande), nome este ainda referenciado pelos moradores mais antigos. Em 2015 o distrito de Caeté-Açu é popularmente conhecido como Vale do Capão, no qual o Vale faz jus à sua formação geológica, que tem de um lado a Serra do Candombá (oeste) e do outro a Serra da Larguinha (leste), formando assim um vale (Figura 12).





**Figura 12 – O Vale do Capão.**

Fonte: Google Earth adaptado pela autora (2015).

A população fixa é de aproximadamente 1500 habitantes segundo o Censo 2010, e de 1900 em 2014, segundo dados da Unidade Básica de Saúde adquiridos pelo Projeto Sustentabilidade em Ação. É, em sua maioria, de base familiar constituída por parentes de ex-garimpeiros e agricultores que sofreram, e ainda, sofrem impactos socioambientais decorrentes da implantação do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Estes, em sua maioria, desempenham atividades ligadas, direta ou indiretamente ao turismo.

O percurso de carro até chegar ao Vale do Capão é feito apenas por estrada de terra (mesmo trecho para ida e volta) em precário estado de conservação, o qual é de difícil locomoção em quase todas as épocas do ano, alternando entre poeira nos tempos mais secos e lama nos tempos chuvosos. Muitas vezes se tornam intransitáveis, principalmente durante o período de “chuva das águas” (meses de agosto a novembro) em que ocorrem enchentes que

cobrem as pontes, sendo algumas ainda de madeira. O relevo montanhoso permite que durante o trajeto, a cada curva percorrida, veja-se um ângulo diferente da paisagem (Figura 13).



**Figura 13** – Estrada de acesso ao Vale.

Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

O Vale do Capão possui uma Vila, conhecida pelos moradores como “Rua”. Nela se concentram as principais atividades comerciais e econômicas (mercado, farmácia, loja de material de construção, correio, feira livre e lojas em geral) e é onde se realizam os festejos tradicionais<sup>23</sup> como a Festa de São Sebastião e a Festa Junina. Tais festejos atraem visitantes dos municípios vizinhos, além de pessoas que migraram para os grandes centros urbanos e veem nessa época uma oportunidade de retornar à terra natal. Desde antes da criação do PNCD, depois de seu surgimento em meados do século XIX, a “Rua” já era o referencial do Vale do Capão (Figura 14).

---

<sup>23</sup> Ver página 61. 4.1.5 Arte e cultura: a comunidade do Vale e suas manifestações populares.





**Figura 14** – Vila do Vale do Capão.

Fonte: Blog do George Almeida ([georgealmeida.blogspot.com](http://georgealmeida.blogspot.com)), 2014.

Em 2015, em observação do alto das montanhas foi possível identificar os aglomerados de casas na “Rua” e nos povoados em expansão (Branços, Campos e Gorgulho). As casas no Vale do Capão antigamente<sup>24</sup> eram construídas utilizando materiais do local (madeiras roliças extraídas das matas, adobes<sup>25</sup> de barro da região, pedras, areia dos rios, etc.) (Figura 15). Eram espaçosas, com muitos cômodos para comportar as grandes famílias e geralmente ficavam próximas à estrada principal que corta todo o Vale.

---

<sup>24</sup> Nesta pesquisa, antigamente se refere ao período antes da criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), ou seja, antes de 1985.

<sup>25</sup> Tijolo cru feito com barro amassado e seco ao sol.



**Figura 15** – Adobes secando e construções com adobes.  
Fonte: Arquivo pessoal, 1991 e Jackson Castro, 2014.

Já em 2015, têm-se uma diversificação maior no tamanho das casas (pequenas, casarões e sobrados), sendo algumas mais reservadas entre as matas ou até mesmo próximas às montanhas. Apesar de ainda encontrar construções de adobes, as mais recentes fazem uso de diferentes materiais (tijolos, blocos, pedras, madeiras, etc.). Inclusive há um movimento disseminado com a chegada dos “alternativos”<sup>26</sup> de aproveitamento de materiais e busca por construções que gerem menos impactos ao meio ambiente com sistemas de captação de água da chuva, distintos modelos de fossas ecológicas e placas solares. É comum encontrar garrafas de vidro nas paredes para ampliar a iluminação, parabrisas de carros como vitrô e madeiras e pedras da região na decoração.

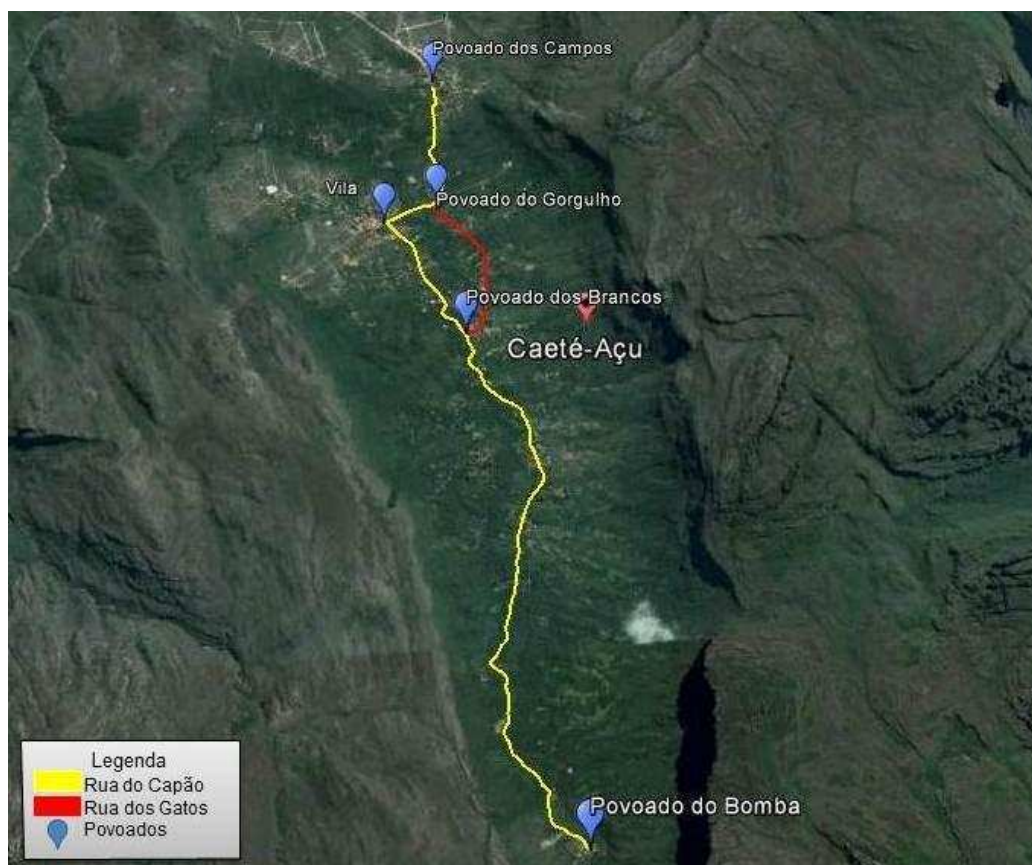
Percorrendo pelo Vale é perceptível, também, uma similaridade no padrão de construção, principalmente na área da “Rua”. Não há edifícios altos, continuam predominando casas baixas, com um ou dois pavimentos que são cobertas com telhados de

---

<sup>26</sup> Ver página 55, 4.1.3 A Chegada dos “Alternativos”.

duas águas feitos de madeira e telhas de cerâmica colonial avermelhada. Na “Rua” prevalecem casas pequenas e simples situadas uma ao lado da outra e com calçadas na frente. As pinturas externas geralmente são de mais de duas cores, diferenciando a cor das paredes da cor das portas e janelas.

Existem duas vias principais bastante utilizadas pelas pessoas que circulam pelo Vale. A Rua do Capão liga o povoado dos Campos, passa pela entrada da Vila e vai até o povoado do Bomba. A outra, denominada Rua dos Gatos, faz ligação entre o Gorgulho, passa pelo povoado dos Gatos e encontra com a Rua do Capão no povoado dos Brancos (Figura 16).



**Figura 16** – Principais vias do Capão  
Fonte: Google Earth adaptado pela autora (2015).

Com o acelerado crescimento nos últimos anos e a criação de loteamentos, estão surgindo novas ruas em várias áreas, porém, somente a Vila e o trecho da estrada principal na parte dos Campos e entre o Gorgulho e a Vila possuem pavimentação. Dentro do Vale, mesmo com o crescente fluxo de motos e carros e da poeira nos tempos de seca, algumas pessoas ainda conservam a tradição de andar à cavalo e muitos andam à pé e/ou utilizam bicicletas para se locomoverem.



O tamanho dos terrenos varia de acordo com a localização. Na “Rua” os lotes são menores que uma tarefa<sup>27</sup>, porém alguns ainda dispõem de espaço onde se tem quintais e são cultivadas ervas medicinais, plantas decorativas, hortas e árvores frutíferas de pequeno e médio porte. Nas outras localidades os terrenos já ultrapassam uma tarefa e os moradores ainda mantêm a cultura de plantar roças diversificadas (bananeiras, abacateiros, mangueiras, goiabeiras, laranjeiras, jaqueiras, cafezais etc.), fazer suas hortas no fundo do quintal com hortaliças e plantas medicinais e cultivar seus jardins.

A maior parte do que é produzido no Capão é para consumo familiar. Algumas pessoas comercializam em suas casas, na feira local (quinta e domingo) ou ainda, em menor quantidade, nas feiras de Lençóis e de Seabra (Figura 17).



**Figura 17** - Cultivo e comercialização de produtos orgânicos no Vale.

Fonte: Arquivo pessoal (2014), Yuri Valland (2015) e Renilson Rocha (2015).

<sup>27</sup> Especificamente, no Vale do Capão utiliza-se o termo “uma tarefa” para medidas de terrenos equivalentes a 3600m<sup>2</sup>.

O abastecimento de água na parte Sul do Vale é realizado por gravidade através de um encanamento implantado no início dos anos noventa. Este capta direto dos rios do Bomba e da Cachoeira do Batista. A manutenção do sistema é efetivado por alguns moradores de forma voluntária e a água não recebe nenhum tipo de tratamento, nem antes, nem depois de ser usada. Já na “Rua”, a água distribuída é de um poço artesiano perfurado pela Prefeitura Municipal de Palmeiras e monitorado por um funcionário público. O abastecimento de água no Vale tem se agravado com o aumento da quantidade de moradores e a precariedade do sistema que não atende mais a demanda. De acordo com dados do Projeto Sustentabilidade em Ação, o Vale possui 52 poços perfurados, sendo 49 particulares e 2 públicos. Dos particulares, 50% foram perfurados há menos de um ano e 28,6% há um ano, no entanto, muitos desses poços não tiveram acompanhamento adequado dos órgãos ambientais responsáveis. Mesmo com essas fontes, várias famílias chegam a ficar dias sem água no período de estiagem ou em feriados prolongados quando há grande fluxo de turistas.

Outra questão agravante são as fossas e os esgotos domésticos. A maioria das casas tem fossas negras construídas nos terrenos e as saídas de água da cozinha e da lavanderia, geralmente, são direcionadas para uma plantação de bananeiras ou inhame. Porém, não há fiscalização quanto à construção e este processo tem apresentado conflitos entre vizinhos e proprietários de lotes pequenos. O lixo produzido no Vale em 2014 é, geralmente, recolhido duas vezes por semana pela Prefeitura Municipal e levado para a cidade de Palmeiras onde, uma parte, o Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP) seleciona e comercializa.

O Vale dispõe de uma Unidade de Saúde da Família com médicos, enfermeiras e outros profissionais que, apesar de também fazerem uso da medicina tradicional, buscam alternativas naturalistas e trabalhos de prevenção e sensibilização comunitária. Dentre essas práticas alternativas destacam-se a troca de mudas de ervas medicinais cultivadas na horta do Posto. A chegada de um médico naturalista na década de 80 é apontada pelos moradores como sendo de grande relevância para melhoria da saúde local. Os trabalhos iniciados por ele e outros “alternativos” reforçaram o poder de cura utilizando métodos naturais e ervas medicinais e, assim, novos conhecimentos foram acrescentados às práticas locais.

O fato das pessoas de faixa etária acima de trinta anos apresentarem baixa escolaridade é justificado pela decadência das escolas de primeiro grau e a inexistência de escolas de segundo grau até meados de 2003. A Escola Municipal formava até a 8ª série (atual 9º ano) e os que se interessavam e tinham disponibilidade percorriam uma hora de

estrada de chão batido para estudar em Palmeiras, sede do município<sup>28</sup>. Esse quadro modificou-se bastante e em 2015 dispõe de contando com a Escola Municipal de 1º Grau de Caeté-Açu, a Escola Comunitária Brilho do Cristal e o Jardim de Infância Vaga-Lume. Ambos apresentam metodologias de ensino distintas que perpassam pela tradicional e vão desde pedagogias pautadas na arte e na educação ambiental até vivências com bases antroposóficas. Além disso, no Vale está localizada a sede do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP), uma organização que atua em vários municípios da região da Chapada Diamantina desenvolvendo ações para melhoria da qualidade na educação pública.

Devido ao difícil acesso ao Vale, revistas e jornais impressos não são muito presentes e a televisão se destaca como principal meio de informação. Nos últimos anos a internet vem ganhando espaço, mas por ser sinal via rádio, o custo é alto e a disponibilidade é para poucos e de pouca qualidade. A torre de celular foi implantada no final de 2014, porém o sinal era de baixa qualidade e só pegou durante alguns meses.

O Vale destaca-se, também, pela sua busca por autonomia política. O anseio da comunidade por melhorias nos diversos setores e a negligência do poder público impulsionaram os moradores a se unirem, por meio de associações (Pais e Mestres, Moradores, Comerciantes, Artesãos, Apicultores, Condutores de Visitantes) e grupos como o Circo do Capão, o Coral e a Capoeira. Essas associações se organizam através de mobilização comunitária realizando mutirões (Figura 18) para criar e executar projetos, fazer reivindicações junto aos órgãos públicos e cuidar da preservação local.

---

<sup>28</sup> Informações adquiridas através das entrevistas de história oral realizadas em setembro e out. de 2013.





**Figura 18** – Cartazes convites para mutirões.

Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

O cenário natural do Vale do Capão é basicamente composto por grandes cachoeiras, áreas de mata densa, montanhas de até 1.500 metros e espécies diversificadas da flora e da fauna (sendo muitas endêmicas) que atraem anualmente turistas do mundo inteiro. (Figura 19). O Vale é cortado por um rio, o “Rio do Capão”, que dispõe de inúmeros afluentes, em destaque o Córrego do Batista e o Córrego dos Gatos.



**Figura 19** – Cenário natural do Vale do Capão.

Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

A paisagem natural, ao ser observada a partir de fotografias aéreas ou dos topos dos morros que circundam o Vale, revela as copas de embaúbas brancas ou prateadas, as quais só se desenvolvem onde há florestas secundárias. Depreende-se, com isso, que a maior parte da floresta virgem foi derrubada, devido ao cultivo da cultura cafeeira que se desenvolveu durante muito tempo.<sup>29</sup>

<sup>29</sup> Ver página 54, 4.1.2. Do Diamante à Cultura Cafeeira.

#### 4.1.2 Do Diamante à Cultura Cafeeira

O Vale do Capão viveu seu auge econômico no período da cultura cafeeira e da extração de diamantes e carbonatos. A vila de Caeté-Açu, no Vale do Capão, desenvolveu-se com a descoberta das jazidas de diamante da Chapada Diamantina. “O povoado contava com várias casas comerciais: armazéns, lojas de tecidos, farmácias e uma subdelegacia” (PINA, 2005 p. 262).

Apesar de haver garimpo apenas nas suas proximidades, o Vale foi formado na sua maioria por famílias de mineradores e agricultores familiares; segundo contam alguns moradores<sup>30</sup>, já foi o local de residência de mais de 250 garimpeiros e meia praça<sup>31</sup>, e os comerciantes locais forneciam alimentos para aqueles que iam se aventurar em busca de pedras preciosas.

Com a decadência da mineração, entre 1951 e 1952, o Vale foi tomado em quase a sua totalidade por grandes plantações de café. O cultivo era feito manualmente e o escoamento das cargas com o auxílio de animais, principalmente burros e cavalos<sup>32</sup>. Mais tarde o café passou a ser beneficiado com a ajuda das rodas d'água implantadas pelos grandes produtores num rio, que, a partir daí, passou a ser chamado de Rio das Rodas.

O clima favorável e o solo fértil propiciaram o cultivo cafeeiro e durante muitos anos, juntamente com o povoado de Vale do Pati, o Capão se destacou como produtor de café para exportação. Como afirma Pina (2005, p.262) “a lavoura de café, que contava na época com mais de 200 mil pés, produzia 30 a 40 mil arrobas por ano”.

Porém, com o declínio do preço do café em meados da década de 1970, a economia do Vale também entrou em recessão e provocou um êxodo em massa para os grandes centros urbanos, principalmente para os estados de São Paulo e Mato Grosso. Os chefes de família, juntamente com os filhos mais velhos, saíram do Vale em busca de trabalho e renda. Devido à

---

<sup>30</sup>A respeito da história do Vale do Capão, consideramos, sobretudo, os depoimentos dos mais velhos dados durante a realização das entrevistas com base na perspectiva da história oral de vida e contextualizados por meio de fontes documentais e pesquisa bibliográfica.

<sup>31</sup> Segundo os moradores era chamada de meia praça a pessoa que fornecia as “despesas” (mantimentos) que os garimpeiros levavam para o garimpo. Em troca disso era dividido o lucro da venda dos diamantes encontrados.

<sup>32</sup> Segundo relato da Moradora 5 (55 anos), chovia muito naquela época e “muitas vezes o café era colocado no terreiro para secar e acabava brotando, devido à umidade”



falta de escolaridade, eram empregados no setor de serviços como caseiros, serventes e auxiliares nos comércios, tais como padarias e pastelarias<sup>33</sup>.

Na paisagem do Vale, até o final dos anos 1990, prevaleciam grandes roças de café com casas dispersas e espaçosas (com dispensas para armazenarem os alimentos cultivados e muitos quartos, devido às famílias serem maiores) e com terreiros ao fundo para secagem do café. De acordo com as entrevistas de história oral e registros fotográficos, percebeu-se que a paisagem foi drasticamente modificada após esse período (Figura 20).



**Figura 20** – Vista do Vale do Capão nos anos 90 e em janeiro de 2015.

Fonte: Adaptado de PINA 2005, p. 267 e arquivo pessoal, 2015.

Apesar da mata ter se desenvolvido mais com a ausência das plantações, do alto das montanhas onde se viam roças e terreiros extensos, em 2015 se veem sobrados e casarões, muitos nas beiras de rios, córregos e pés das montanhas. Uma imagem atual da região da Vila exemplifica essa mudança, com o aumento do número de construções, tanto para moradia, quando para fins comerciais, conforme notado por meio da observação participante.

#### **4.1.3 A Chegada dos “Alternativos”**

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, o Vale do Capão se tornou um ponto de encontro de pessoas “alternativas” oriundas de vários estados do Brasil e também do

---

<sup>33</sup> Informações adquiridas por meio das entrevistas de história oral realizadas em 2013.

exterior. Essas pessoas provenientes do movimento da contracultura<sup>34</sup> tinham como perspectiva uma vida tranquila longe dos centros urbanos, que possibilitasse um maior contato com a natureza e a busca por seu autoconhecimento. Pina (2005, p. 269) se refere aos “alternativos” como “uma mocidade ecológica e culta que tinha informações do que se passava pelo mundo, incluindo conhecimentos sociológicos, étnicos, econômicos, políticos e literários”.

Essas pessoas buscaram envolver-se na dinâmica social do Vale trocando experiências e reforçando as relações comunitárias com base na produção sustentável. Nogueira (2003) descreve tal situação como,

O momento de encontro de dois universos diferentes. De um lado nativos de um Vale encravado num lugar esquecido no interior do estado da Bahia. Do outro lado, chegando para ficar, jovens cabeludos cheios de ideias novas na cabeça e oriundos da cidade grande. (p. 39).

Os primeiros “alternativos” (um grupo de seis pessoas), segundo os relatos de história oral, ficaram acampados em barracas no “Prédio do Rufino Rocha”, um colégio estadual desativado. A chegada dessas pessoas causou estranhamento aos moradores, como relata a Moradora 20.

Naquela época a gente achava muito estranho chegar essas pessoas, uma cultura diferente. A gente ficava observando passar, é, ia pro rio aquele monte de gente, parecia, a gente achava que era cigano, num achava nem que era turista a gente chamava de os cigano. (Moradora 20, 36 anos).

No período em que chegaram os primeiros “alternativos”, as terras não tinham valor comercial. O Vale era pobre do ponto de vista de infraestrutura urbana, acesso à Educação e informações e a economia encontrava-se estagnada. Muitos pais de família haviam migrado para São Paulo e a população era composta basicamente por mulheres, idosos e crianças, os quais cuidavam dos afazeres domésticos, das roças e da comercialização dos produtos cultivados. De acordo com os entrevistados, o grau de escolaridade era baixíssimo (havia apenas escolas multisseriadas até o quarto ano). A mortalidade infantil era elevada e muitas mulheres morriam por problemas na gravidez. Não havia médico e os tratamentos eram feitos com ervas medicinais e remédios caseiros da sabedoria popular indicados pelos mais velhos ou pelos curandeiros.

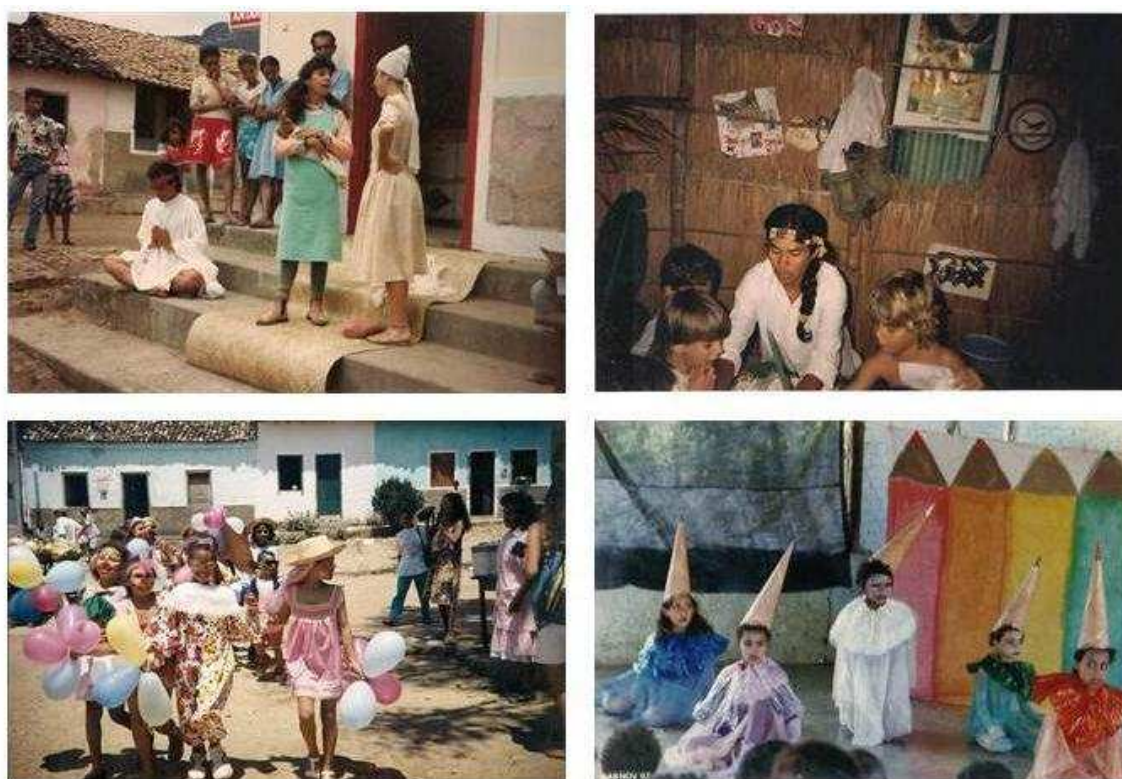
---

<sup>34</sup> Com auge na década de 1960, os movimentos de contracultura buscavam contestar o caráter social e cultural da época.

Estes “alternativos” adquiriram um terreno e fundaram a comunidade Lothlorien tendo como base os princípios da convivência em grupo, do naturismo e do espiritualismo. Visando contribuir com a saúde da população local, os membros do Lothlorien passaram a disponibilizar atendimento médico grátis para os moradores do Vale. As consultas eram realizadas com um médico naturalista e auxiliadas por voluntários.

Mais tarde surgiram as comunidades Campina e Rodas com propostas similares. Cada qual com as suas particularidades e objetivos, essas comunidades foram se firmando e se tornaram grandes parceiros da população local na troca de mercadorias e conhecimentos.

Com a perspectiva de interagir e contribuir com a comunidade, essas “pessoas de fora”, como eram conhecidos pelos moradores mais antigos, envolveram-se na dinâmica social local e desenvolveram diversos trabalhos de arte e educação ambiental, principalmente por meio do teatro-educação. Tais iniciativas visavam as mobilizações para sensibilização ambiental (Figura 21).



**Figura 21** – Arte e educação ambiental no Vale do Capão.  
Fonte: Lothlorien e arquivo pessoal, anos 90.

No setor educacional, os “alternativos” buscaram se inserir como professores da rede municipal e passaram a cobrar melhores condições de estrutura e ensino nas escolas. Em 1991, com uma proposta de currículo construído numa relação dialógica apoiada na Pedagogia Libertadora de Paulo Freire e em parceria com a comunidade do Capão, eles em parceria com a população local fundaram a Escola Comunitária Brilho do Cristal (ECBC), que é referência de ensino na região.

De acordo com Silva (2005):

o Brilho do Cristal tem como princípio educativo a construção do conhecimento a partir do contexto sócio-político-cultural de uma comunidade rural, exercendo o papel de formador de cidadãos criativos, críticos, participativos e autônomos. Possui uma proposta pedagógica na qual o currículo é construído numa relação dialógica valorizando as vozes dos que fazem a escola. (p. 14).

Para tanto, defende o diálogo amoroso e a arte como fundamentais no processo de construção de conhecimento. De fato, a proposta de educação da Escola Brilho do Cristal possibilitou o resgate e valorização das práticas e costumes culturais do Vale do Capão e da região. Além disso, vem proporcionando oportunidades de inclusão da população local como colaboradores na área da educação básica e possibilitando que os pais acompanhem e façam parte da vida escolar dos filhos.

Percebendo o potencial do Vale para a atividade turística, os “alternativos” procuraram alertar a população local para as consequências negativas e positivas da chegada do turismo e passaram a orientar os nativos para que não vendessem todas as suas terras, mas as utilizassem para realizar os seus próprios negócios.

No Vale predominam características de herança dos “alternativos” influenciados pelos movimentos de contracultura, como a busca pela preservação do meio ambiente, a realização de mutirões para atender as demandas comunitárias, a forte presença da arte em suas mais diversas modalidades e as práticas de alimentação saudável (Figura 22).





**Figura 22** – Manifestações artísticas no Vale do Capão.  
Fonte: Arquivo pessoal, entre 2009 e 2014.

Em 2015, boa parte dos “alternativos” que chegaram nas décadas de 1970 e 1980 ainda vivem no Vale. Muitos constituíram famílias e acompanham com estranhamento (junto aos moradores ainda mais antigos), o aumento do fluxo do turismo e os impactos por ele causado, tanto social, quanto ambiental.

#### **4.1.4 Estranhamento necessário? O turismo ecológico**

Após a criação do PNCD, em 1985, a região ganhou maior visibilidade nos grandes meios de comunicação e passou a atrair um público distinto do habitual. Os turistas, pessoas ainda com perspectivas ecológicas, mas não com a proposta de morar, buscavam em breves passagens pelo Vale, conhecer a cultura local e o ambiente natural.

De acordo com as entrevistas de história oral, inicialmente, as casas da população local eram usadas como hospedagem para abrigar os primeiros turistas passageiros que às vezes apareciam. No entanto, o aumento do fluxo do turismo em meados de 1995 provocou



especulação imobiliária na região, impulsionando a construção de imóveis residenciais e comerciais, loteamentos, eletrificação, abertura e melhoria de estradas, *campings* e pousadas para abrigar e atender as demandas desse novo público. Nesse contexto, muitos pais de família que emigraram, principalmente para São Paulo e Mato Grosso na época de decadência das grandes plantações de café, retornaram ao Vale do Capão na esperança de encontrar uma nova oportunidade econômica no local por meio de atividades ligadas ao turismo.

A percepção dessa mudança é evidenciada na fala de Pina (2005), que afirma que com a chegada dos “alternativos” no distrito e com o advento do turismo ecológico, o Capão nasceu para o mundo e para seus filhos que tem melhores condições de vida com perspectiva de um futuro melhor. Sobre a alteração na forma de produção e no ritmo de vida das pessoas, relata a Moradora 7:

Antigamente o pessoal vivia da roça, vivia, né, do que se plantava, se colhia. E hoje não, por exemplo, hoje todo mundo tem televisão, tem geladeira, antigamente não era assim. (Moradora 7, 51 anos).

Essa mudança é reafirmada também na fala do Morador 6 quando diz: antigamente tinha que dormir cedo pra no outro dia, quatro e meia cinco horas já está na roça. Só se falava em roça, não tinha outro trabalho. Para ele, no Capão de antigamente tinha muito serviço, mas o vantajoso era que eles organizavam seus próprios horários, já que se não terminassem em um dia, poderiam terminar no dia seguinte. Atualmente (2015), muitos moradores trabalham como empregados em pousadas e comércios locais. Os que têm seu próprio empreendimento estão sujeitos a acompanhar os horários de funcionamento do comércio e dos fluxos de turistas nos grandes feriados e nos períodos de alta estação (final do ano e período junino).

Tais mudanças também são sentidas na qualidade da alimentação. O Vale, que antes produzia organicamente frutas e hortaliças para comercializar na feira da sede (Palmeiras) e em municípios vizinhos, como Lençóis, Seabra, Andaraí, Ibotirama, entre outros, em 2015 é consumidor de produtos produzidos com uso de agrotóxicos. Essas compras são feitas, frequentemente, sem saber ao certo a origem dos produtos.

A influência do turismo sobre a dinâmica urbana do Vale do Capão e sobre a economia nas áreas de transporte, materiais de construção e abastecimento alimentar irradia-se, principalmente, para os municípios de Lençóis e Seabra (o principal centro comercial da região da Chapada Diamantina), o vilarejo do Vale do Pati, Guiné (devido à trilha de acesso

ao Vale do Pati) e a sede do município de Palmeiras. Acerca do Vale após o advento do turismo, Pina (2005) afirma que,

nem nos tempos de outrora, quando os contos de réis brotavam nas mãos calosas dos garimpeiros e seu povo vibrava nas quermesses, nos leilões das festas religiosas do Padroeiro São Sebastião, celebradas na segunda quinzena de janeiro, desde quando foi inaugurada a capelinha, não havia tanta prosperidade. Na festa do Senhor do Bonfim, comemorada por longos anos no mês de junho, nas festas folclóricas juninas, nos ternos de reis e reisados comemorados na época do advento até a Epifania, nos bailes realizados, periodicamente, nas casas familiares, nunca se viu brotar no rosto de seus filhos tamanha felicidade e orgulho dessa terra. (PINA, 2005, p. 270).

Entretanto, o desenvolvimento da atividade turística no Vale do Capão impulsionou a especulação imobiliária e, conseqüentemente, o crescimento acelerado da região. A inexistência do Plano Diretor do Município de Palmeiras tem contribuído para esse crescimento desordenado. Em 2007 foi proposto o Plano de Referência Urbanístico e Ambiental de Palmeiras – PRUA, que visava dar normas para ocupação urbana no município e estipular os perímetros urbanos da cidade e dos distritos (URPLAN, 1997). Porém o PRUA encontra-se desatualizado e seu real objetivo fracassou por falta de dados técnicos e empenho político.

Em 2013 foi formulada a Política Municipal de Meio Ambiente e Proteção à Biodiversidade com o objetivo de assegurar o desenvolvimento sustentável e a manutenção do ambiente propício à vida. Nesse mesmo ano também foi instituído o Fundo Municipal de Turismo e Meio Ambiente (FUMTURMA) e criado o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA). E, ainda, o Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente (COMTURMA), o qual promovem reuniões mensais abertas ao público no intuito de discutir questões referentes ao turismo e ao meio ambiente referentes ao município de Palmeiras.

#### **4.1.5 Arte e cultura: a comunidade do Vale e suas manifestações populares**

A comunidade do Vale do Capão tem procurado resguardar suas práticas e manter seu calendário de manifestações populares há anos, buscando transmitir valores e conhecimentos de geração em geração. As festas religiosas como o São João (em junho), o Cosme e Damião (em setembro), a do Padroeiro São Sebastião (em janeiro) e o Reisado (também em janeiro) são atrativos para visitantes que apreciam a cultura local, e parentes de moradores que aproveitam a época para retornarem de passeio à região. (Figura 23).



**Figura 23.** Manifestações Culturais no Vale do Capão.

Fonte: Arquivos Lothlorien e Pessoal. Anos 1980, 1990, 2014 e 2015.

A Festa de São Sebastião é a manifestação cultural mais forte do Vale do Capão. Anualmente é selecionada uma comissão de moradores do Vale (os três “festeiros”) para ficar responsável pela organização do festejo. Geralmente esse “festeiros”, com o auxílio de familiares e de outras pessoas da comunidade, passam todo o ano organizando eventos e comercializando produtos locais advindos de doações (os “leilões”) a fim de angariar fundos e organizar os espaços comunitários para a “Festa de Janeiro”. Durante o período festivo acontecem nove dias de forró (as “novenas”), a festa principal e a missa com os batizados. Durante esse período muitos ex-moradores do Vale aproveitam para voltar ao lugar para acompanhar as comemorações e visitar os familiares e amigos.<sup>35</sup>

O São João é outra manifestação bastante comemorada pelos moradores do Vale. As comidas típicas, as brincadeiras (quadrilha, casamento da roça, pau de fitas), as fogueiras de ramo e as fogueiras nas portas das casas, aliadas ao clima frio do inverno na região, deixam o ambiente ainda mais aconchegante e propício aos encontros e prosas. A comunidade do Vale

---

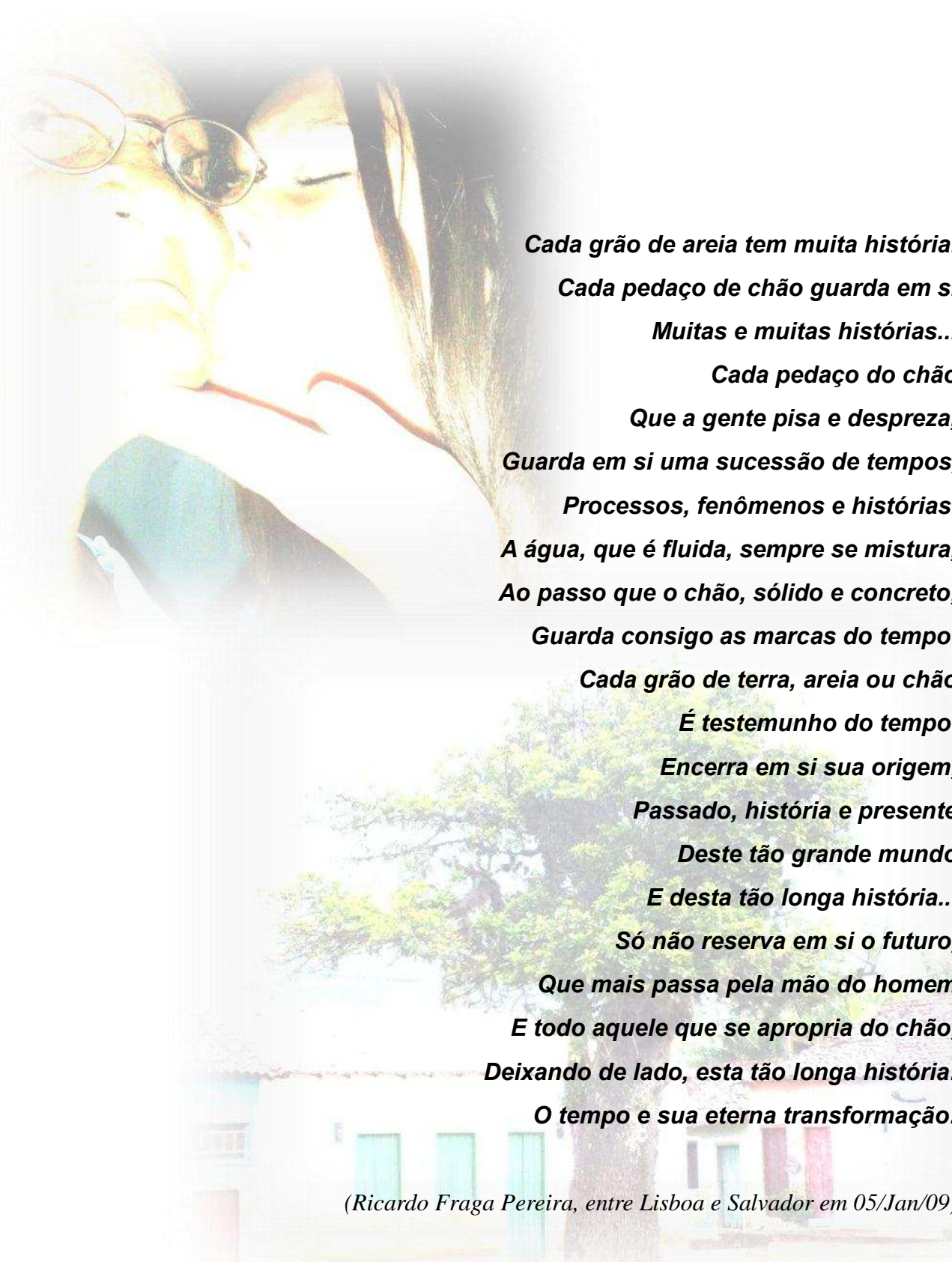
<sup>35</sup> Informações adquiridas por meio das entrevistas de história oral realizadas em 2013.

do Capão busca organizar o festejo resguardando a tradição cultural do autêntico forró pé de serra e incentivando práticas sustentáveis para a sensibilização ambiental. A decoração é feita com bandeirolas, chitas e produtos naturais da região e, às vezes, são distribuídas ou comercializadas canecas para evitar o uso de copos descartáveis.

Apesar de ter acontecido mudanças nos últimos anos, como a diminuição da quantidade de “fogueiras de ramo” (a comunidade mantém apenas uma fogueira comunitária), o São João no Vale do Capão se mantém vivo, conta com a participação de várias gerações, desde as crianças até os idosos e ainda atrai turistas de vários locais.

Deveras, as manifestações culturais no Vale estão relacionadas às crenças religiosas e promessas realizadas por pessoas da comunidade, sendo, a maior parte, ligadas ao catolicismo e ao sincretismo religioso e resguardadas pelo conhecimento, dedicação e devoção das pessoas mais idosas. Outras, aos saberes populares, brincadeiras, hábitos alimentares e invenções da população mais antiga, como o godó de banana com peixe (cortado de banana verde com peixe que geralmente é servido na Semana Santa) e o palmito de jaca (palmito retirado da jaca verde) que antigamente as pessoas comiam por necessidade para saciar a fome e em 2015 é considerado um prato sofisticado e comercializado, muito apreciado pelos turistas.

**O ESPAÇO PERCEBIDO E VIVIDO: A RELAÇÃO ENTRE O PNCD E O VALE DO  
CAPÃO SEGUNDO O OLHAR DOS MORADORES**



***Cada grão de areia tem muita história.  
Cada pedaço de chão guarda em si  
Muitas e muitas histórias...  
Cada pedaço do chão  
Que a gente pisa e despreza,  
Guarda em si uma sucessão de tempos,  
Processos, fenômenos e histórias.  
A água, que é fluida, sempre se mistura,  
Ao passo que o chão, sólido e concreto,  
Guarda consigo as marcas do tempo.  
Cada grão de terra, areia ou chão  
É testemunho do tempo.  
Encerra em si sua origem,  
Passado, história e presente  
Deste tão grande mundo  
E desta tão longa história...  
Só não reserva em si o futuro,  
Que mais passa pela mão do homem  
E todo aquele que se apropria do chão,  
Deixando de lado, esta tão longa história:  
O tempo e sua eterna transformação!***

*(Ricardo Fraga Pereira, entre Lisboa e Salvador em 05/Jan/09)*

## **5. O ESPAÇO PERCEBIDO E VIVIDO: A RELAÇÃO ENTRE O PNCD E O VALE DO CAPÃO SEGUNDO O OLHAR DOS MORADORES**

Este tópico apresenta a análise das entrevistas de história oral temática realizadas com moradores, comerciantes locais, representantes de órgãos que auxiliam na administração do Vale e do PNCD, bem como aspectos da vida local que sobressaíram a partir das observações realizadas pela pesquisadora durante os quatro meses que permaneceu no Capão e as visitas.

Os relatos foram transcritos pelas convenções de transcrição de Jefferson (Loder, 2008), respeitando-se a forma como foram coletados no trabalho de campo e buscando demonstrar os diversos posicionamentos acerca das transformações no decorrer dos processos (antes, durante e após a criação do Parque). Para preservar a identidade dos entrevistados, estes foram designados por uma notação própria, conforme descrito no item Metodologia.

### **5.1 A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO VALE DO CAPÃO**

#### **5.1.1 O olhar dos moradores**

Para os moradores mais antigos (faixa etária 1), foram consideradas pessoas com mais de cinquenta anos e que residiam no local na época de extração de diamantes/carbonatos e das plantações de café. Como o Parque Nacional da Chapada Diamantina foi criado em 1985, essas pessoas teriam em torno de vinte anos na época da criação do Parque e, portanto, puderam vivenciar o seu processo de criação.

Para a faixa etária 2, foram incluídos moradores entre trinta e oito e cinquenta anos. Essas pessoas tinham entre oito anos e vinte anos na época da criação do Parque e, portanto, têm lembranças da criação e do período pós-criação.

Para a faixa etária 3, foram considerados, além dos moradores com idades entre dezoito e trinta e sete anos, pessoas que residem no Vale há cinco anos ou mais, partindo do princípio que, embora não tenham participado da época de criação do Parque, são capazes de vivenciar e entender a dinâmica local.



Os questionamentos acerca do que mais gostava do Vale antigamente e do que mais gosta no Vale hoje foram direcionadas, exclusivamente, ao público da faixa etária I (moradores mais antigos) devido as vivências deles do período anterior a criação do Parque.

a) *Moradores mais antigos - O que mais gostava do Vale antigamente*

Os moradores mais antigos quando questionados acerca do que mais gostavam no Vale antes de 1985 respostas espontâneas e sorridentes indicaram as atividades ligadas ao campo. (Figura 24).



**Figura 24.** O que mais gostavam no Vale antigamente – Faixa etária 1.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Relatos apontaram para a saudade das labutas na roça, pois, segundo os entrevistados, apesar dos serviços pesados que demandavam muito esforço físico, as pessoas eram mais felizes, tinham maior contato com a terra e conseguiam estabelecer relações interpessoais e interação familiar mais consistentes.

*Antigamente nois trabalhava mais. Saia daqui para ir para Palmeiras de pé toda semana nu dia de sábado. Saía daqui três horas da manhã com os condombazão<sup>36</sup> aceso, tiçando, passando rio cheio que não tinha ponte. Chegava, vendia aquelas besteiras, comprava aquelas para voltar para trás, né! Tocando animal de carga, caindo naquelas estradas de pedra. Muito difícil antigamente era, só que o povo tinha mais alegria, dava cada risada. É mermo, o povo dava risada, só via gente nos pé do morro cantando*

<sup>36</sup> Referência à planta candombá (*Vellozia sincorana* L.B.Sm. & Ayensu) uma espécie arbustiva endêmica da Chapada Diamantina que possui caule grosso e fibroso com grande resistência às queimadas e, também, produz uma resina altamente inflamável. O candombá era utilizado pela população para acender fogo e na iluminação de ambientes.

*música e aquela satisfação, e hoje em dia você não vê ninguém.* (Moradora 2, 61 anos).

Segundo os entrevistados, “o Vale de antigamente” era um lugar onde os laços de amizade, reciprocidade e parentesco eram mais fortes.

*Os filho de primero chegava: benção minha mãe, benção, meu pai. Hoje em dia nem os pais num quer, nem benção os pai dá. Os filho passa pelos tí, parece que não tem nem tí, que de primero não era assim, respeitava. Hoje em dia fica até mal, os filho fica mal com as mãe, tá tudo diferente, né? Até com as mãe fica mal. Tudo diferençô aqui.* (Moradora 1, 87 anos).

Ainda sobre a vida no campo, falas lembraram as atividades desempenhadas e práticas culturais de uso e apropriação dos recursos naturais disponíveis na região. Foram recorrentes as críticas às restrições aos moradores impostas pelos órgãos ambientais após a implementação do Parque.

*Uai (sorrindo). Eu gostava de trabaiá panhando café, na enxada, panhando macela, subindo a serra, panhando macela. Hoje em dia não pode mais, não pode mais, não pode mais... caçando lenha, hoje em dia não pode mais tirar um pau de lenha em canto nenhum, cozinhas de fogão, de premera era fogão de lenha hoje é fogão à gás. Não pode mais ir na serra pegar um candombá, nem nada, tudo isso não pode mais, eles reclama.* (Moradora 1, 87 anos).

O modo de vida das pessoas foi apontado como preferência. Em sua fala a Moradora 7 comenta que antigamente as pessoas eram mais inocentes e apresentavam menos desejo por coisas materiais.

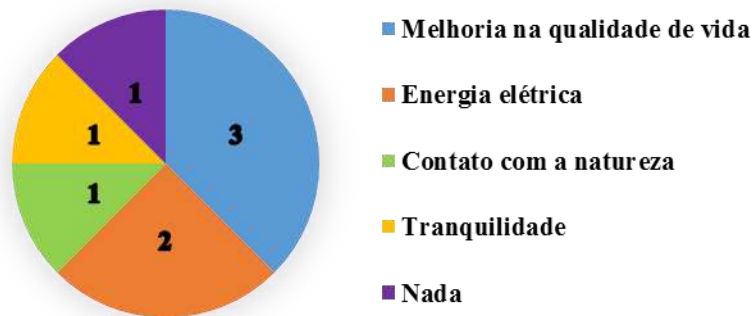
*[...] da inocência das pessoas. As pessoas viviam da roça, se preocupava mais em ser elas mesmas, talvez hoje elas perderam um pouco a inocência e a ambição também mudou um pouco elas.* (Moradora 7, 51 anos).

#### b) *Moradores mais antigos - O que mais gosta do Vale em 2013*

A figura 25 ilustra as preferências dos entrevistados no Vale do Capão durante o período de realização das entrevistas.



### O que mais gosta do Vale em 2013



**Figura 25.** O que mais gosta no Vale em 2013 – Faixa etária 1.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

A melhoria na qualidade de vida dos moradores apresentou maior frequência nessa questão. Os entrevistados dessa faixa etária consideraram a criação do Parque como principal fator de intensificação do turismo na região e ponderaram que, graças ao turismo ocorreu a chegada de bens e serviços e, conseqüentemente, o aumento da qualidade de vida das pessoas.

Nesse sentido, a energia elétrica foi citada por entrevistados como o que mais gostam do Vale hoje. Apesar de que o Morador 4 afirmou que o que mais gostava do Vale antigamente era o “*sossego, a noite sossegada*” que “*não se via barulho*” e “*era bem gostoso pra dormir*”, ele alegou que o Capão está melhor assim do que “no escuro” (referência à luz elétrica) e concluiu que “*continuar viver na Idade da Pedra não tem como mais.*”

*Não tinha televisão, não tinha internet, não tinha barulho no ouvido. Mas apesar disso, hoje não pode mais ficar mais sem isso, né, que a gente acostumou, né! Mas eu acho que tá melhor assim do que o Capão no escuro, entendeu? Mas também é a evolução do tempo, não tem como, né, continuar viver na Idade da Pedra não tem como mais.* (Morador 4, 61 anos).

As melhores condições de vida da população foram associadas ao poder e opção de compra/aquisição de tecnologias que auxiliam na comunicação, conforme atesta a fala seguinte:

*[...] se puder a gente compra um telefone, um computador pra vê ali como é que tá se passando o mundo. Aí eu gosto da coisa do Capão por isso. E antigamente as notícia não era como é agora, né? A gente não sabia de notícia nenhuma, reportagem nenhuma, né? Tem uma televisão, tem um jornal que a gente já tá assistindo tudo que tá se passando pelo mundo, né?* (Moradora 8, 68 anos).

A possibilidade de viver em contato com a natureza e a tranquilidade do Vale quando comparado aos centros urbanos, foram apontadas com apreços pelos moradores.

*c) Aspectos positivos da criação do PNCD e do turismo*

Ilustra-se no quadro 2 as respostas dos moradores das faixas etárias 1, 2 e 3 acerca dos aspectos positivos de implementação do PNCD e chegada do turismo na região.

**Quadro 2 – Aspectos positivos da criação do PNCD e do turismo – Faixas etárias 1, 2 e 3**

Aspectos	Faixa Etária 1	Faixa Etária 2	Faixa Etária 3
Mais oportunidade de emprego/trabalho	8	3	2
Diversificação do Comércio local	8	3	2
Sensibilização ambiental e preservação	6	3	12
Melhoria/Acesso aos meios de comunicação	4	-	-
Melhoria no transporte	3	-	-
Aumento do poder aquisitivos dos moradores	2	3	-
Aumento do turismo	-	-	4
Estabelecimento de restrições	-	-	2
Mais acesso à educação	4	-	2
Melhoria na saúde	3	-	2
Nada/ Não sabe responder	2	-	2

Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo, 2013.

Como aspectos positivos em destaque para os moradores mais antigos (faixa etária 1) têm-se a diversificação do comércio local e maiores oportunidades de emprego/trabalho proporcionados com a chegada do turismo, como atestados nas falas seguintes:

*Melhorou muito. Trabalho mais leve, mais fácil. Antes a gente trabalhava mais na roça, agora não, trabalha com o turismo mesmo. Quem tem seus negócios, quem não tem vai guiar, quem não tem trabalha pros outros e*

*ficou bem mais fácil, bem mais leve do que antes. Porque nem emprego assim você achava, era só na roça. (Moradora 5, 55 anos).*

*Chegou os povo de fora aqui, deu trabalho aos povo daqui, melhorô. Milhorô muito o lugar. Foi bom, porque você tem uma coisa para vendê, a gente tem uma coisa pra vendê, vende. De premeira não vendia, ficava tudo aí, fosse vendê tinha que sair fora, vendê na Palmeira, no Lençóis, que nem eu ia vendê minhas coisinhas no Lençóis. Vendia banana, eu tirava tapioca pra vendê, puba, tudo isso eu fazia pá, pá levar pá vendê. Andú, panhava quatro cinco balaio de andu quando era dia de ir. Pegava, panhava sexta-feira quando era dia de sábado de noite nois ia debuiar, botava tudo no saquin pra levar pra vendê. (Moradora 1, 87 anos).*

O aumento das oportunidades para os nativos pela diversificação/ampliação do comércio local e de opções de trabalho/emprego oriundos da chegada do turismo também foi destacado pela faixa etária 2 e lembrado, em menor proporção, pelos entrevistados da faixa etária 3:

*O turismo foi aquela utopia, o sonho de busca de... eita! [...] Eu digo que o turismo ele veio sim, e hoje o Capão praticamente vive do turismo, o nativo aluga sua casa, o nativo vende seu lanche, o nativo, é, aluga sua pousada. (Moradora 13, 33 anos).*

Na faixa etária 3 o aspecto positivo de maior evidência foi a questão da sensibilização ambiental da comunidade local. Os moradores consideraram que só o fato de se ter instituída uma área de conservação e de quase todo o Vale ser área de amortecimento do Parque, há um respeito maior por parte dos residentes e visitantes. Tal posicionamento é ilustrado na fala abaixo:

*[...] quando você tem instituído o Parque, tem uma visibilidade maior. Então acho que as outras pessoas, mesmo as que não se preocupam com a preservação, acabam tendo um mecanismo para barrar. Então eu acho que evita, é, problemas [...] essa coisa da preservação eu acho que é o principal e acaba trazendo benefícios para as pessoas também que moram em volta, né! É... a questão da sustentabilidade também que as pessoas passam a fazer suas atividades pensando na natureza, até porque o turismo é uma atividade muito... que acaba danificando muito o meio ambiente. E tendo o Parque eu acho que as pessoas têm mais consciência. (Moradora 18, 26 anos).*

A faixa etária 2 também apontou a preservação/ cuidado com o meio ambiente como um dos aspectos positivos de maior relevância proporcionado pela criação do PNCD. Os moradores relacionaram a sensibilização ambiental às ações de arte educação ambiental promovidas por ONG's e "alternativos". Em seu relato a Moradora 10 comentou sobre as

noções de meio ambiente adquiridas nas escolas após os “alternativos” começarem a lecionar e como as crianças e jovens influenciaram a família na mudança de hábitos e costumes visando a preservação.

*[...] chegou um pessoal de fora com essa noção de ecologia e aí começou a passar pra gente e a gente em casa passava pra nossos pais, porque nossos pais tinha um costume totalmente diferente, né? Não tinha noção de preservação, meu pai mesmo. Inclusive ele, pra plantar bananeira ele desmatava o terreno todo, queimava também pra plantar café e arroz e aí a terra foi ficando fraca, a produção acabou caindo mais. [...] meu pai mesmo era caçador e depois que a gente começou a ter essa noção de... de... de preservação na escola e com a orientação das pessoas de fora,<sup>37</sup> que vinham morar aqui, a gente conseguiu passar pra ele a questão de preservar, de não matar os animais e isso funcionou, acredita? Ele parou de matar animal, de caçar. (Moradora 10, 39 anos).*

Apesar de não ter se destacado como aspecto positivo principal, a sensibilização/ preservação ambiental, também, foi apontado pela faixa etária 1 como importante ponto positivo advindo da criação do Parque:

*[...] a criação do Parque alerta as pessoas, né, que precisa cuidar, né! Cuidar do meio ambiente; que tem que ter mais consciência ecológica, né isso? Que precisa saber cuidar da água, não pode fazer queimada, não pode tá queimando as reserva, não pode tá desmatando, isso aí é muito importante, isso é o de bom. (Moradora 7, 51 anos).*

A melhoria nos meios de comunicação, incluindo o acesso a ele, foi apontada nas respostas da faixa etária 1. As falas dos moradores revelaram os benefícios proporcionados pela chegada dos meios de comunicação e a preferência pelo Vale com acesso às informações e novas tecnologias. Não houve citação dos moradores das outras faixas etárias (1 e 2) acerca dessa temática.

A melhoria nos meios de transporte e locomoção, também foi lembrado somente pelos moradores mais antigos (faixa etária 1). Apesar do saudosismo expresso em seu relato, a Moradora 3 evidenciou a precariedade de locomoção pela ausência de transporte e infraestrutura naquela época. Mas, ao ser perguntada do que mais gostava do Vale antigamente, ela se referiu à ida a Palmeiras (aproximadamente 23km), onde muitos iam à pé para comercializar os produtos cultivados no Vale:

---

<sup>37</sup> Denominação atribuída pelos moradores, principalmente, às pessoas que chegaram no Vale do Capão depois dos alternativos.

*A gente gostava de tudo, que as coisa de premera a gente tinha por advertimento, né. Esse negócio de ir pra Palmeira mermo, a gente ia de pé, tinha uns que tinha precisão e outros nem tinha, ia mermo pra advertir. A gente ia toda semana, os menino meu tudo ia, as menina queria ir pra conhecer, tudo de pé, aquela farra. A gente tumava chuva na estrada e num tava nem aí, né, a gente advertia mais, muitcho. (Moradora 3, 67 anos).*

O aumento do poder aquisitivos dos moradores foi citado por entrevistados da faixa etária 1 e da faixa etária 2. Segundo os entrevistados dessas faixas etárias, o turismo “trouxe uma vida mais folgada pra população toda”:

*A vida era muito difícil naquela época e depois da criação do Parque ficou mais fácil pra gente. A gente trabalhava muito na agricultura, muito mesmo, na plantação de café, e pisava café e trabalhava muito na roça. E aí com o turismo melhorou mais as condições financeiras. A gente hospeda o pessoal, tem o carro para fazer transporte e trabalha menos. [...] Pra mim mesmo foi muito bom, foi nota dez, pra mim foi maravilha, que continue o turismo (sorrindo e balançando a cabeça fazendo movimentos de afirmação). A gente trabalhava muito nas roça, panhando café. Essas horas a gente tava nas roça, nos terreiro de café, nas época do café, né? Ajuntado café e trabalhando muito fazendo farinha. Tinha casa de farinha, a gente levantava de madrugada pra fazer farinha pra vender pra ganhar o pão de cada dia, né, e hoje em dia a gente não tá tendo essa dificuldade, né? O turismo ajudou muito, muito mesmo. (Morador 9, 47 anos).*

Apenas os moradores da faixa etária 3 consideraram como aspecto positivo o aumento do turismo. Para a Moradora 15 *aumentou a quantidade de pessoas visitando e, por isso, os políticos passaram a dar mais atenção ao Vale*. Também, exclusivamente, entrevistados da faixa etária 2 apontaram como positivas as restrições impostas pelos órgãos ambientais. Segundo os moradores desta faixa etária a criação do PNCD foi positiva no sentido de estabelecer um ordenamento por meio de restrições, mesmo estas sendo apenas teoricamente impositivas e não havendo fiscalização.

*[...] O Parque é a 1040 metros, né, se não tivesse esse limite do Parque o pessoal ia tá construindo umas construções mais desenfreada ainda do que já tá. Tipo, neguinho tá construindo lá no pico do morro, no pico da serra, estaria construída bem na beira do rio mesmo. Apesar de existir ainda algumas irregularidades, mas nem tantas porque o próprio Parque tá delimitando isso. (Moradora 14, 33 anos).*

O avanço na questão educacional foi lembrado por entrevistados da faixa etária 1 (4 moradores mais antigos) e da faixa etária 3 (2 moradores mais jovens), conforme afirma a fala

seguinte:

*Olha, o que mais mudou no que vejo é que muitos nativos já tem filhos que estão fazendo uma faculdade, saíram daqui para fazer uma faculdade e estão bem na questão financeira, social e educacional. Eu acho que mudou muito então, muito mesmo. (Moradora 7, 51 anos).*

A melhoria na saúde foi mencionada, também, somente pelos entrevistados das faixas etárias 1 e 3. Os moradores relacionaram à chegada dos primeiros “alternativos” e das ações desenvolvidas por eles em parceria com a comunidade. O Dr. Áureo Augusto, médico naturalista e morador do Vale desde a década de 80, é referenciado pelos entrevistados como um dos precursores na valorização dos conhecimentos de cura local e troca de informações e serviços que incentivaram hábitos mais saudáveis e higiênicos e, conseqüentemente, trouxeram benefícios à saúde da população do Capão.

*Muitas coisas mudou, né! E sobre negócio de médico mermo, a gente ia pra Palmeira levar as criança doente de pé, né! E era um trabalho, né! Muithas morria que não tinha assistência. Hoje em dia não, morre porque têm que morrer mesmo, né, mas antes era demais. (Moradora 3, 67 anos).*

Os mais jovens (faixa etária 3) têm menor percepção acerca de melhorias na saúde e apontam o aumento do turismo como positivo, enquanto o turismo é percebido como uma atividade impactante e que causa crescimento desordenado pelos entrevistados das faixas etárias 1 e 2.

O fato de não conseguir associar as mudanças no Vale com a criação do Parque foi lembrado pela faixa etária 2. Segundo a moradora 11 as mudanças começaram a ocorrer com a chegada do turismo que aconteceria independente da criação do PNCD.

*É, eu não saberia ligar as mudanças à criação do Parque. Foi ocorrendo a partir do momento em que teve esse bum e que começou a vir muita gente, muita gente e que começou uma venda de terrenos cada vez mais acelerada. [...] e os terrenos cada vez mais caros, cada vez menores e aí a gente vê esse crescimento assim de casa com casa como na cidade. (Moradora 11, há 31 anos).*

Na faixa etária 3, dois moradores alegaram não saber responder e na faixa etária 1 dois moradores alegaram não conseguir identificar nenhum ponto positivo advindo da criação do



Parque e chegada do turismo na região.

*d) Aspectos negativos da criação do PNCD e do turismo*

Os aspectos negativos decorrentes da criação do Parque também foram enfatizados pelas faixas etárias 1, 2 e 3. A tabela 3 demonstra a insatisfação da população em alguns pontos.

**Quadro 3 – Aspectos negativos da criação do PNCD e do turismo – Faixas etárias 1, 2 e 3**

Aspectos	Faixa etária 1	Faixa etária 2	Faixa etária 3
Restrições para a população	5	2	8
Especulação imobiliária	4	2	4
Consumo e venda de drogas	3	2	3
Mudança nos hábitos alimentares	4	-	2
Crescimento demográfico/Chegada de “pessoas estranhas”	5	3	7
Incremento do turismo desordenado	6	2	6
Enfraquecimento das relações pessoais	7	2	2
Dependência do turismo	8	-	-
Forma como o PNCD foi implantado	-	2	-
Falta de estrutura e pessoal no ICMBio	-	-	5
Exploração de mão de obra	-	-	3
Aumento da poluição sonora e visual	-	-	3
Degradação ambiental	-	-	2

Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo, 2013.

A dependência do turismo foi o aspecto negativo mais relevante para a faixa etária 1. Relatos lamentaram o abandono às atividades relacionadas ao campo e demonstraram preocupação quanto à sazonalidade da atividade turística já que em alguns feriados o Vale é

muito visitado e em outros não.

O enfraquecimento das relações de parentesco, amizade, reciprocidade e vivência em comunidade foi lamentada pelas três faixas etárias, como ilustra o relato seguinte:

*Pra ir na casa de um primo visitar, bater um papo, que nem as pessoas conversavam antigamente, ninguém tem mais isso, isso se perdeu. Num é recebido bem não. Num é que a pessoa não vai receber, é que a pessoa tá ali se envolvida no... no trabalho que quer oferecer ao turista. Antigamente tinha isso, você ia para a casa dos parentes, tomava um cafezinho, brincava, hoje em dia não tem mais isso não, se perdeu. [...] Era muito próximo as pessoas, os moradores do Capão um do outro, era uma relação bem próxima mesmo com relação a visitas, a trabalho, cabou-se. Aí você chega para seus amigos e fala assim, vai lá em casa me visitar, aí eles dizem, não tem tempo não, aí você tem até a intenção de visitar eles, mas se eles não tem tempo, como é que vai le dar atenção, aí fica difícil (risos), se eu não tenho tempo de ir na casa do meu amigo, eu também não vou ter tempo de receber. Se a falta é o tempo. (Moradora 20, 36 anos).*

Os moradores mais antigos (faixa etária 1) referenciaram às práticas de cuidados com os doentes, ao tratamento dado às pessoas mais idosas e criticou-se a ambição das pessoas ao cobrarem por ajuda e favores que antes eram prestados por eles, moradores mais antigos, voluntariamente, sem cobrar honorários ao morador assistido, como exemplo, os partos realizados pelas parteiras:

*Eu acho que mudou assim, que de primeiro a gente tinha assim, o povo, tinha mais assim, consideração às pessoas mais velho. Reunia tudo ali pra fazer uma coisa, reunia todo mundo. Hoje em dia, hoje em dia ninguém qué, tudo é a punho desse (fazendo movimentos com os dedos simbolizando o dinheiro), tudo é a punho desse, entendeu? De primero, de primero se tivesse um doente ali, todo mundo tava ali de cima, hoje em dia ninguém qué saber disso, qué tá de cima a punho desse (repetindo os movimentos com os dedos simbolizando o dinheiro). (Moradora 1, 87 anos).*

Quanto à atividade turística desordenada, moradores das três faixas etárias reconheceram os impactos que esta pode causar quando não há manejo adequado e fiscalização do crescimento proporcionado pelo setor.

*[...] o que eu vejo assim... é que tinha que se respeitar mais. Por exemplo, por causa do turismo teve muitas pessoas aqui, que eu não vou falar quem, que construíram quiosque, que construíram casa, é... é... é, praticamente camping e quiosque, casinhas, pertinho do rio. Isso é errado, não pode, né, a gente tá sabendo que não pode por causa do sistema de esgoto que polui, por causa que teria que preservar. (Moradora 7, 51 anos).*

*Então, as fossa, muita pousada próximo de riacho. As pousada próximo de riacho que acontece, quem fala mais alto é o dinheiro. Vai a alguns órgão do*

*governo, chega lá molha a mão e aí acabou, continua trabalhando sem mudança nenhuma. (Morador 6, 57 anos).*

Os moradores mais jovens apontaram o incremento do turismo desordenado como preocupante e gerador de vários problemas e justificaram que é devido à ausência de *infraestrutura para absorver tanta gente, pois divulgou, mas, porém, não houve um trabalho de base para receber e suportar o turismo*. Sobre essa mesma questão, os entrevistados mais jovens enfatizaram a exploração de mão de obra local e ressaltaram que se deve ter cautela dos impactos negativos que o turismo pode gerar, não só ao meio ambiente, mas também à comunidade local:

*Eu não acho que o turismo seja tão bem estruturado aqui, porque eu acho que tem a questão do... da natureza e tem a questão do retorno para as pessoas que estão aqui e a gente sabe que o turismo acaba sendo uma atividade exploratória e aí explora não só o ambiente, como as pessoas. [...] a questão do turismo ainda é uma atividade que precisa ser mais bem pensada. O Capão, de certa forma, está sendo estruturado em volta do turismo, mas traz muitos danos para o ambiente e conseqüentemente para as pessoas também. Essa questão de o Capão ter crescido muito e a gente não ter estrutura para abarcar essas pessoas, porque assim, tem o turismo das pessoas que vem e depois vão embora e tem aquelas que vem e que ficam e que se estabelecem por aqui. (Moradora 18, 26 anos).*

E ressaltaram também a apropriação no mercado de trabalho da atividade turística pelos “de fora” e os lugares subalternos para a população local, pois, segundo eles, devido a população local *não ter uma escolaridade muito alta*, ficam sujeitos aos *trabalhos de base* e tem poucas expectativas para crescimento profissional.

*[...] tem a questão também do... dos trabalhos que a gente sabe que as pessoas aqui, como elas não tem uma escolaridade muito alta, tem só essa escola, né, ensino médio, as pessoas para terem uma educação além disso tem que ir para outra região, então essas questões também precisam ser pensadas. O turismo vem, mas acho que precisa trazer também outros benefícios para as pessoas e aí o pessoal aqui acaba ficando com os serviços, é... não sei, de base e não dão muita possibilidade pra ninguém crescer mais do que, do que deveria. Então eu acho que ainda tem essas questões de saneamento, de trabalho, de educação que não são tão positivas quanto poderiam ser se fosse uma atividade que fosse projetada para esses benefícios para as pessoas. (Moradora 18, 26 anos).*

Sobre as conseqüências do incremento do turismo desordenado, os moradores mais jovens (faixa etária 3) destacaram a falta de ordenamento do uso da água mostrando indignação quanto a quantidade de poços que foram furados no Vale nos últimos anos, sendo muitos sem outorga. E ainda, as construções próximas aos rios e nos pés das montanhas que

impactam a paisagem e geram dúvida numa parcela da população quanto à sua localização em relação aos limites do PNCD.

*Esse negócio da água tá muito... sei lá! Quando tá época de turistas mesmo, dá cinco horas da tarde você não tem água dentro de casa. Só lá no Riacho do Ouro mesmo tinha três ou era dois poços, uma coisa dessa daí, sem autorga e sem nada. E nessa que a gente foi fazer (uma pesquisa), tem aquele poço do Riacho do Ouro, em cima onde nasce tinha uma barragem, por isso que secou. A gente foi lá ver porque a gente tava querendo saber porque tava secando tão rápido, aí tinha uma barragem que o pessoal tava fazendo pra puxar água dessa barragem pra usar, aí secou. Agora secou totalmente, não tem água nenhuma. (Moradora 21, 20 anos).*

*A gente sabe que tem construções, com fossa, quase dentro do rio, pousadas e tal, a gente sabe disso. Então, é, eu fico assim... triste e assustada às vezes de ver essa coisa tipo uma cidade sem Lei que cada um vai chegando e vai fazendo o que quer aqui no Capão e fica por isso mesmo. [...] eu soube depois que chegou (uma equipe) para uma vistoria de... do tanto de poços que foram furados aqui. Mas para serem furados não tinha critério nenhum, cada um que olhava para seu umbigo que tava sem água ia furando poço. Então eu acho que são coisas que precisariam ser vistas e realmente ter Leis para que não acontecesse esse tipo de coisa. (Moradora 29, há 26 anos).*

*Às vezes você vê, né, aqui mesmo tem várias casa que você olha, pra mim tá na montanha. Falavam que não podia construir a tal altura porque a montanha é do Parque, então ninguém entende direito como funciona isso, uma coisa meio, assim, sem pé nem cabeça, né. Infelizmente, né? Não é uma coisa que está organizada, oficializada, né, não é? É uma coisa assim vaga, o Parque é uma coisa vaga mesmo. (Moradora 27, há 23 anos).*

Também foram recorrentes na faixa etária mais jovem críticas quanto a divulgação do Vale para atrair mais turistas e a falta da estrutura do local para recepcionar o novo público. Eles também abordaram sobre a ambição, a saúde da população e exemplificaram a situação decadente das estradas:

*Teve uma reunião recente de colocar estrada de Palmeiras para o Capão, né. E aqui dentro? Não acham que devia ter saúde aqui dentro primeiro antes dessa estrada? Querem receber um tanto de gente, e a infraestrutura para receber esse povo todo? Querem receber turistas, então só querem ó, o dindim. E a saúde do povo que vive aqui, né. Podia fazer uma estrutura de ruas aqui para que o pessoal não sofresse tanto com a poeira, aqui dentro. Para quê receber mais tanta gente se aqui não tá tendo condição de... de receber mais casas? Do jeito que tá sendo, de qualquer jeito, vendendo o terreno de qualquer tamanho sem uma... um planejamento de... de rede, de... de saneamento básico, né, eu acho complicado, né, o que tá acontecendo, hein? Tá bem bagunçado. [...] e aqui os nativos ficando sem seus terrenos, ficando sem opção, ficando sem ter como sobreviver aqui dentro, né! (Moradora 26, há 19 anos).*

Os problemas decorrentes do crescimento demográfico e da especulação imobiliária foram bastante citados pelos moradores mais antigos. Estes moradores também lembraram as mudanças nos hábitos alimentares que, segundo eles, antes eram mais saudáveis, com frutas e verduras cultivadas pela população residente.

Os entrevistados mais jovens afirmaram que a criação do PNCD e o turismo impulsionaram o crescimento demográfico e isso trouxe também “coisas ruins”, como a perda da liberdade pela chegada de muitas pessoas estranhas e drogas ilícitas, conforme atesta o comentário abaixo:

*[...] não é mais um lugar tão calmo como antes, não tenho mais a mesma confiança de descer (para a Vila do Capão) de noite, meia noite tal. Muitas pessoas desconhecidas muitas drogas entrando ilegais, ilícitas, né, no caso. Não digo nem maconha que eu não sou contra entendeu, não sou contra a pessoa fumar para si próprio, sou contra o tráfico. [...] acho que é pior cocaína, crack. Eu não tenho certeza, mas pode ser que role. Muita gente, não tem nenhuma fiscalização, entendeu? Acho que é muito liberal. (Moradora 15, 22 anos).*

Para a faixa etária 2, o resultado mais representativo quanto aos pontos negativos foi a chegada de um novo público, que os moradores caracterizaram como “pessoas estranhas”. Nos relatos os entrevistados demonstraram temer pelo futuro do Vale e identificaram a situação como preocupante pois,

*antes chegava gente aos poucos e era gente que tinha esse foco da natureza, da educação, da alimentação dos filhos, e hoje não! Hoje chega gente, chega gente, tanto do Brasil quanto de fora e que a gente vê que não tem aquela coisa tão forte, né. [...] eu tenho um certo medo que daqui um tempo vai virar um lugar, assim muito habitado e não vai mais ter tanta natureza, e eu fico assim... as pessoas vêm pra cá porque gostam do Capão porque acham que tem alguma coisa especial, aí chegam aqui e fazem coisas que destroem a natureza. (Moradora 11, há 31 anos).*

Os moradores mais jovens (faixa etária 3) criticaram a postura de alguns moradores mais novos que se dispõem a morar no Vale, mas querem manter os mesmos padrões das grandes cidades, sendo muitas vezes de forma impositiva. A Moradora 24 lembrou-se de sua chegada ao Vale, das propostas que eles (os “alternativos”) tinham de conservação e interação local:

*Logo quando eu cheguei, vamos dizer... de oitenta e oito até noventa e oito, eu acho que muitas pessoas vieram com a intenção de vida e trabalhar*

*pensando nesse Parque que tá aqui, né, que tá ali. Pensando nesse Vale também, né, de proteger a cultura local, de proteger as nascentes, de ter uma vida mais simples, simplificar pra viver em equilíbrio com um lugar maravilhoso como esse. Mas eu acho que fechando o milênio aí, eu fiquei muito amarga assim, porque eu vejo muita gente que só mudou de endereço e quer manter os mesmos padrões de consumo, né, o mesmo ritmo da cidade. Não só manter o seu próprio ritmo como impor as pessoas as quais eles vão dar trabalho, dar serviço, que são os empresários do turismo, né, que chegam querendo manter um ritmo e quem quiser que se acomode a esse ritmo, 'ah, eu assino a carteira'. (Moradora 24, há 28 anos).*

Segundo a Moradora 29, a postura de muitas pessoas que estão chegando nos últimos anos para visitar e morar no Vale difere da proposta dos primeiros “alternativos” e não há interação com a comunidade local:

*Eu lembro que quando a gente chegou aqui a gente procurava encontrar as pessoas do lugar, estar perto delas, conversar com elas. Até a casa quando a gente foi construir foi com as pessoas daqui, fazendo adobe, buscando a madeira na mata. Hoje eu vejo o povo chegar e fazendo as suas casas enormes e um monte de casas fechadas que tem no Capão agora, um monte. Gente que vem como ia para os veraneios nas praias. (Moradora 29, há 26 anos).*

Os entrevistados das faixas etárias 1 e 2 criticaram como o Parque foi criado, estabelecendo restrições sem orientar a população nem dar alternativas para a descontinuidade das práticas culturais que eram desenvolvidas. Pelas falas foi possível identificar a indignação, principalmente, às restrições que dificultam a plantação de roças. Eles classificaram tal situação como “*uma perda para os agricultores*”. Segundo os entrevistados, tal situação gerou desconforto, medo e aversão aos órgãos ambientais por parte dos moradores, conforme ilustram as falas seguintes:

*Massa que seja criado o Parque, mas tem que dar uma oportunidade para as pessoas que sempre viveram daquilo. E aí a pessoa nasceu e vem de gerações que fazem aquela coisa e aí, o quê que vai fazer agora? Não tem mais o que fazer (relacionado às práticas antigas de subsistências). Então tem que ter um estudo para dar opção e vê o quê que vai fazer com esse povo, né! Isso é sério, isso é antigo, né, tanto é que muitos fogos aconteceram por causa disso, né. (Moradora 26, há 19 anos).*

*O IBAMA é igual a polícia pro nativo. Porque eles chegaram aqui multando sempre os pequenos, o IBAMA fez essa merda mesmo de pegar garimpeiro de bateia, de pegar caçador, de pegar pequenos agricultores que fizeram coivaras. Besteira! Agora os grandões nunca ninguém fez nada, nunca ninguém autuou, mas autuar em flagrante os pequeninhos teve. Então criou esse pânico, ficou uma coisa de adversário. (Moradora 24, há 28 anos).*

Além disso, os entrevistados mais jovens criticaram a deficiência de infraestrutura do



ICMBio para gerenciar e fiscalizar o Parque.

*Porque ele existe, mas não, não funciona totalmente como Parque. Não têm as pessoas que... né, que tomariam conta do Parque. Não têm os fiscais, né. O Parque é muito grande, não dá pra tomar conta. E também o que eu achei negativo é que quando eles fizeram o Parque, eles não adaptaram as pessoas que moram aqui, que moravam dentro do Parque, para esse novo momento de ser um Parque, né. (Moradora 27, há 23 anos).*

Os entrevistados de todas as faixas etárias ressaltaram a necessidade de um gerenciamento eficaz para evitar maiores impactos ambientais. Tal posicionamento está ilustrado nas falas abaixo:

*Tinha que ter uma coisa pra... como se diz? Pra gerenciar isso de uma forma que não viesse a prejudicar. Porque senão você enche de gente e não tem como num prejudicar um pouco o lugar, né? Que tá sendo visitado. Então, sendo uma coisa que vá com os guias e que tenha limite de pessoas, que não seja aquela invasão, eu acho que é uma coisa legal as pessoas poderem usufruir disso, né, desses parques. Agora a questão é conseguir organizar a coisa de uma forma que não prejudique a natureza, né! (Moradora 11, há 31 anos).*

#### *e) Atuação dos moradores para preservação da natureza*

Os moradores consideraram que é difícil classificar a atuação dos moradores para a preservação ambiental, pois, segundo eles, alguns são, parcialmente, sensíveis em uns aspectos e outros não, conforme ilustra a fala seguinte:

*Não dá para generalizar, né, tem muita gente que pensa muito na preservação, mas tem gente que não se importa muito não. Deveria ter um... se tivesse essa relação do Parque, da galera que gerencia o Parque com a comunidade, com todo mundo, fizesse um trabalho de educação ambiental eu acho que ajudaria muito. (Moradora 19, 26 anos).*

Dos entrevistados mais antigos (faixa etária 1), três acreditam que os moradores do Vale não preservam. As respostas de que “antigamente preservavam mais” fazem referência ao período de chegada e fixação dos primeiros “alternativos”<sup>38</sup> e ao desenvolvimento de projetos e ações de sensibilização ambiental através de movimentos artísticos/culturais propostos por eles.

---

<sup>38</sup> Ver capítulo 4.1.3. A Chegada dos “Alternativos”, p.55.

#### Quadro 4 – Atuação dos moradores para preservação da natureza–Faixas etárias 1, 2 e 3

Aspectos	Faixa etária 1	Faixa etária 2	Faixa etária 3
Preservam	5	2	5
Preservam pouco	-	1	10
Não preservam	3	-	2

Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo, 2013.

A atuação dos moradores para preservação da natureza e, conseqüentemente do Parque, foi considerada por todos os entrevistados da faixa etária 2 como razoável e mais consciente, apesar das exceções, conforme atesta o relato abaixo:

*As pessoas já sabem que existe o Parque e que certas coisas eles não podem fazer, entendeu? É... tipo desmatar, caçar. Então a maioria aqui no Capão já tem essa noção e já sabe que naquelas áreas não podem, embora muitas pessoas ainda desafiam, né, escondidas... sei lá! Ainda tem gente que ousa a sair, caçar, escondido, né. O que é um problema, porque foi criado o Parque justamente pra preservar, proteger o que tem de fauna, flora, né. (Moradora 10, 39 anos).*

As pessoas que se dizem ambientalistas no discurso, mas na prática se distorcem, também foram lembrados pelos entrevistados das faixas etárias 2 e 3, conforme atesta a fala abaixo:

*Uma pessoa que cuida bem do seu jardim, que cuida, né, bem ou mal não é o caso, que cuida... pô, dificilmente ela vai ter uma relação ruim com o cachorro, com o vizinho, com o pai, com a avó, com a filha. Porque discurso cara, discurso não cuida de nada. Bla bla blá, vou dizer uma coisa, é o que mais tem. Ambientalista de carteirinha tem os montes, mas botar a mão na massa, transformar aquilo ali cuidando, cadê? (Morador 23, morador há 26 anos).*

Os entrevistados da faixa etária 2 indicaram que muitos moradores do Vale, principalmente os que já estão morando há mais de 5 anos, já tem sensibilização quanto às questões ambientais e buscam práticas em prol da preservação. Eles alegaram que o maior problema está no fluxo de pessoas que chegam e saem do Vale, que nem todos tem consciência e por isso deveria haver um trabalho constante de educação ambiental.

*Eu acho que essas pessoas que tão aqui há dez anos, cinco anos, elas tem noção de preservação, né, que não pode é, que não pode tocar fogo, né, que tem que separar o lixo, né, que não pode cortar árvore, né, todo mundo sabe*

*disso, né, quem mora aqui. Como aqui é um lugar turístico, tem esse movimento de pessoas que vai e volta, entendeu? Daí fica muito difícil de controlar, porque a gente põe o lixo no jirau e cê vê, é, tá uma loucura, entendeu? [...] esse ano junto com o secretário, né, o Aruanã, a gente fez coleta de lixo com os alunos. Fizemos um mutirão, limpamos tudo, catamos tudo, bituca de cigarro tudo, mas cê vai agora aí e já tá cheio de lixo de novo, entendeu? [...] eu acho que aqui teria que ser um lugar assim, que quando o pessoal vem teria que ter, quando chega teria que já ter uma cartilha de comportamento sabe, ou nas pousadas, é, em algum lugar que as pessoas chegam, para as pessoas que chegam saber como se comportar, porque as pessoas da cidade quando chegam de outros lugares não tem noção, sabe, que é só fazer um buraco no chão, botar o lixo orgânico, é, lavar tudo. Eles não têm esse costume, não têm essa noção e daí fica bem complicado. (Moradora 27, há 23 anos).*

E ainda criticaram a postura ambiciosa de muitas pessoas que estão mais preocupadas com o lucro do que com a preservação.

*Eu acho que as pessoas estão mais preocupadas em receber seu dinheiro do que receber as pessoas que chegam. Por exemplo, alugam suas casa, não falam nada sobre o lixo, não falam nada sobre preservação do lugar, simplesmente recebem seu, recebem seu dindim e, tá tudo certo. (Moradora 26, há 19 anos).*

#### *f) Relação entre o gerenciamento do PNCD e a população do Vale*

Os moradores mais antigos (faixa etária 1) demonstraram receio em responder diretamente a questão referente ao gerenciamento do PNCD, porém, em outros momentos da entrevista, demonstraram insatisfação e classificaram a relação entre os gestores do PNCD e a população local como conflitiva devido à ausência de informações e às restrições impostas por eles (órgãos ambientais), segundo eles, sem justificativas, sem propostas de manejo nem supostas alternativas de convívio pacífico que beneficiassem os habitantes e gerassem menos impactos socioambientais.

*Não que que tira candombá, não vai. Tirar palmito mesmo ninguém tira mais, porque eles não deixa. De primera a gente ia na serra e tirava palmito, nera? Mocó mermo, num mata mais. (Moradora 1, 87 anos).*

*Eu penso que uns andam satisfeitos com o Parque outros não, tá entendendo? Porque assim: o Parque é bom, mas prejudica muita gente. Por exemplo, cê tem uma terra, cê não pode mais mandar nela, você não pode vender e eles nunca indenizou alguém, tá entendendo? Então isso aí, as piores coisas do Parque é isso, acaba você perdendo o que tem, né, sei lá, de*

*mão beijada como diz o ditado. E acaba ficando para o Parque. (Morador 4, 61 anos).*

Sobre a relação entre o gerenciamento do PNCD e a população do Vale do Capão, os entrevistados da faixa etária 2 alegaram haver uma relação de medo e explicaram que devido às restrições estabelecidas pelos órgãos ambientais a população tradicional passou a ter receio de sofrerem infrações por dar continuidade às suas práticas culturais antigas de uso sustentável dos recursos naturais (tirar lenha, catar macela, tirar candombá) e serem multados ou até presos. A Moradora 24 recordou que quando chegou ao Vale a relação dos moradores com o PNCD era quase de adversários, isso devido às restrições, anseios e insegurança quanto ao como seriam a permanência da população no entorno do Parque.

*Há muito tempo atrás, logo quando eu cheguei aqui eu percebi que eram... a relação do povo com o Parque eram quase adversário, né, por conta da mesma história que eu falei do Pati, né, porque o Parque significava, é, uma limitação nas suas possibilidades de sobrevivência, garimpo, caça, incêndio que era uma coisa normal. Botar fogo todo mundo sabia que era os caçadores e os garimpeiros que queimava, os criadores de gado também. Eu peguei gado lá em cima na fumaça. Eu vim pra cá e você ia pra Fumaça e tinha gado solto lá em cima que vinha da Caatinga, eu lembro disso, né. Então era uma questão mesmo, meio em guerras, né, a gente até dizia que a queimada era criminosa porque era isso, era um ódio que tinha com o Parque e a culpa não é do Parque, a culpa é da má administração do Parque, porque o Parque chega proibindo, invés de chegar abrindo possibilidades viáveis, rentáveis, né! (Moradora 24, há 28 anos).*

Também, foram recorrentes as críticas relacionadas aos diferentes posicionamentos dos gestores do Parque que, segundo os entrevistados, enquanto favorece alguns que constroem grandes casas nos pés do morro, “*implicam*” com outros que causam danos ambientais menores.

*[...] como chegou (gestores do PNCD), né, tira daqui, bota para lá, e a gente que manda, a gente que vigia. Eu acho que deve ter uma conquista, sabe, uma coisa que deve trabalhar em parceria, parceria com a comunidade, não autoridade. Uma convivência sadia, harmônica, porque aí todo mundo ia ter interesse em colaborar, porque acaba que para uns é de um jeito, a gente percebe. A gente vê mansões no morro em um lugar super, né, não apropriado, e depois eles vão implicar com um pobre que corta uma árvore na beira do rio. Então a coisa é muito desequilibrada. Então quem quer plantar sua comidinha é vetado, ah, se o cara tem muita grana e quer fazer uma mansão no pé do morro, o alvará rola que a gente vê, sai rapidinho, cada dia mais mansões em lugares, né, de preservação. E aí, e os poços, né? Todo mundo chega, faz sua mansão, fura seu poço e dane-se a comunidade que tá lá embaixo, que tá por aí. Quem tá preocupado com a comunidade? Cada um por si, né! Cada um cuidando do seu próprio umbigo, eu percebo assim, né. (Moradora 12, há 7 anos).*

O distanciamento físico da sede do ICMBio também foi indicado como um fator que contribui para o distanciamento dos gestores do PNCD e da população do Vale e dificulta a efetividade das ações de monitoramento e fiscalização. Mas houve a cobrança quanto a efetividade na gestão, conforme atesta a fala abaixo:

*Eu acho que podia ser mais efetiva, né, porque fica para a hora das calamidades, o contato com a gente, né, mostrando serviço. Não que eu tenha nada contra pessoalmente, porque inclusive eu até tenho amigos lá né, mas eu acho que, eu acho que vai além deles também, né, burocracia. Por isso que o pessoal daqui age antes que eles cheguem, né, porque se for esperar. (Moradora 26, há 19 anos).*

Como alternativa para melhorar a relação entre os gerenciadores do PNCD e os moradores do Vale do Capão, os entrevistados da faixa etária 2 aconselharam que o ICMBio buscasse formas lúdicas de interação com a comunidade, realizasse mais reuniões para esclarecer a população que a culpa não é só da administração de Palmeiras, mas muitas vezes da falta de repasse de verbas. Além disso, sugeriram que os gerenciadores estejam mais presentes, trazendo informações, explicando para quem não tem conhecimento de como é o Parque, motivando e realizando cursos para aumentar a preservação.

*Eles tinham que fazer reuniões aqui, né, explicar a situação, explicar que muitas vezes a culpa não são deles, das pessoas que gerenciam o Parque mesmo, porque não vem verba. E eles tinha que falar sim, a galera tinha que falar; oh, não vem verba para isso, a gente não tem como fazer isso, porque muitas pessoas acham que a culpa é deles que... que eles não faz porque não quer e não entendem que não fazem porque não vem essa verba para eles, tinha que explicar para os moradores o que acontece de verdade. (Moradora 19, 24 anos).*

*[...] contractar um espectáculo, aí fazer um espectáculo, pode ser até aqui no circo ou fazer na rua. E fazer um espectáculo com a temática do Parque, seria uma forma de... a comunidade se... pode falar das coisas, falar do Parque, inclusive pode ser um espectáculo e depois as pessoas do grupo conversando e aí explicar mais. (Morador 25, morador há 17 anos).*

### **5.1.2 O Olhar dos Comerciantes**

Nesta modalidade, as entrevistas foram realizadas com os moradores proprietários de empreendimentos que abastecem o Vale. No intuito de obter respostas referentes às mudanças no comércio local após a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, os

entrevistados foram selecionados considerando a faixa etária acima de trinta e oito anos, partindo do princípio de que têm lembranças do período de criação do Parque.

a) *Aspectos positivos de criação do PNCD e do turismo*

Como aspectos positivos advindos com a criação do PNCD, os entrevistados apontaram a preservação ambiental, melhoria no comércio local, melhoria nas condições de emprego e o surgimento de novas oportunidades para o mercado de trabalho.

Se referindo ao comércio de antigamente, os comerciantes lembraram a decadência do comércio local, as dificuldades de locomoção, as condições e opções disponíveis no Vale naquela época e elogiaram as novas possibilidades proporcionadas pelo turismo. O Comerciante 3 relatou que o comércio do Vale era constituído de vendas e botecos. A maior parte dos produtos era levada de fora no lombo de animais e na hora de ser comercializado era pesado e embalado em sacos de papel.

*[...] o comércio era fraco, só mesmo roça. E o Capão produzia banana e vendia. Saia pra Lençóis, pra Palmeiras e o mais saia pra fora, né, pra vários lugar, pra Botirama. É, nem tinha transporte, o primeiro transporte foi de seu Dai né, que era seu tio. E não tinha transporte para transportar as coisas, era mais lombo de animas, né, burro. [...] Era boteco, esses negócios... venda. Açúcar era pesado, o açúcar vinha num vasilhame. Não, num papel, nesse papel de... eu nem sei mais o nome desse papel. Ele cortava num pedaço e enrolava na mão. Pesava o açúcar. [...] A maior parte das coisas vinha de fora, tudo no lombo de burro. O Capão produzia só mesmo banana, cana, pra o uso, né, do caldo de cana, uns negócio assim. Café pra vender também, que vendia também o café fora daqui. (Comerciante 3).*

A atividade turística foi considerada, pelos comerciantes, como parcialmente positiva para os habitantes. O Comerciante 1 avaliou o turismo como relevante para melhoria do comércio e ampliação da renda da população, mas sugeriu cautela devido as consequências que ele pode causar quando não há um ordenamento. O Comerciante 3 afirmou que o turismo traz benefícios e malefícios e associou esses malefícios a “*chegada do dinheiro*” e dos atributos provenientes do capitalismo. Como benefícios, ele citou a melhoria na educação e troca cultural e de conhecimentos proporcionada pela chegada das “*pessoas de fora*”.



b) *Aspectos negativos de criação do PNCD e do turismo*

Como aspectos negativos os entrevistados ressaltaram o crescimento demográfico, a intensificação no fluxo de turistas, a falta de fiscalização dos órgãos ambientais e a chegada de drogas ilícitas.

Os comerciantes consideraram a atividade turística como prejudicial ao ambiente natural, conforme ilustra a fala abaixo.

*Pro meio ambiente ele (turismo) não é positivo não, ele é negativo pro meio ambiente. Porque mexe, né, com o meio ambiente, maltrata o meio ambiente. Lixo, o flocos de gente que larga lixo pelas trilha, sujeira, tá entendendo, tomar banho de protetor solar essas coisas tudo... deixar lixo, usar como banheiro. (Comerciante 3).*

Foi criticada, também, a falta de instrução recebida pela população local acerca das possibilidades e benefícios do turismo para a área comercial, conforme ilustra a fala abaixo:

*a gente tem que ter instrução. Como muita gente vendeu seus terrenos lindos por pouco dinheiro porque se soubesse que podia criar uma pousadinha, que se o lugar, se fosse consciente que o lugar é único, bonito e único, nunca teria vendido para comprar sei lá, um terreno em outra cidade, não sei. Mas as vezes a gente vê que as pessoas não sabem valorar seu lugar. (Comerciante 1).*

Os entrevistados, também, identificaram como negativo o consumo e comercialização de drogas ilícitas e evidenciaram a preocupação com os moradores “nativos” que alguns estão se tornando usuários sem ter a noção dos danos físicos e morais que a droga pode causar.

*[...] e tem o lance das drogas que tá chegando, né. É, essas parte aí já é negativa... coisas que a gente não tinha. Drogas mais pesada que já tá no Vale mesmo. Moradores nativos na onda consumindo e sem saber o que é a droga. (Comerciante 3).*

c) *Potencial turístico da região*

Quanto ao potencial turístico da região tendo em vista a infraestrutura e os serviços disponíveis no Vale, os entrevistados afirmaram que “há muito o que melhorar”. O Comerciante 3 enfatizou a defasagem no atendimento ao turista, a ausência de espaços

culturais noturnos fora da Vila (principal ponto comercial do Vale) e a péssima condição das estradas.

*Sempre precisa de melhora, de estrada, de algumas coisas, né. Aqui no meio do Vale, que, quando chove é lama, quando tá de sol é poeira, tudo isso aí, né, que agora tá aumentando as casas, mais moradores. (Comerciante 3).*

d) *Relação entre os gestores do PNCD e a população do Vale*

Quanto à relação do gerenciamento do Parque com os moradores do Capão, 2 dos comerciantes alegaram não saber responder e fizeram referência a analistas ambientais da época em que o Parque ainda era gerido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Para melhoria do diálogo entre os gestores do PNCD e os moradores das comunidades no entorno, os comerciantes sugeriram que, além de disponibilizar mais apoio às associações de guias já existentes, que os gestores montassem uma equipe de guardas parque com moradores da região bem equipados para auxiliar na fiscalização, pois segundo eles o estado está “*deixando a desejar com o parque*”.

*Além dos guias do lugar devidamente cadastrados em uma Associação, deveria ter uma equipe de guardas parque em todo o Parque. Pessoas do Vale do Capão, pessoas de Lençóis, pessoas de Andaraí, pessoas de Guiné, pessoas de Mucugê, com... esses guardas parques, com toda a sua infraestrutura, binóculos, câmera fotográfica, meio de transporte, barracas, tendas, rádios. Aí os caras podem vigilar o Parque para ele ser bem cuidado para sempre, né, porque acho que o estado está deixando a desejar com o Parque. (Comerciante 1).*

Os comerciantes entrevistados ressaltaram a importância da organização comunitária, independente da gestão do PNCD, lamentaram pelos moradores do Capão estarem “*muito desunidos*” e afirmaram que “*o povo tem que ter mais reunião, unir mais e falar mais sobre o turismo, sobre o povo que chega*”.

*O Gerenciamento é isso, é cuidado com o Parque, é cuidado com o movimento do Parque. Para isso tem a Associação de guias (ACV-VC), mas também os guias não têm apoio do município, né, e os guias precisam de infraestrutura, são quase os únicos que apagam incêndios, né, recolhem o lixo todo dia, né. E ainda tem que ter mais apoio para eles informarem, os guias se sentirem mais seguros para informarem os turistas para terem cuidado com o Parque. (Comerciante 1).*

### 5.1.3 O Olhar dos Representantes de Órgãos Públicos

Para essa modalidade foram entrevistados representantes de órgãos que contribuem para a administração do Vale do Capão, quais sejam: os presidentes das Associações de Pais, Educadores e Agricultores de Caeté-Açu (APEA-CA), Associação de Pais, Professores e Amigos da Escola Comunitária Brilho do Cristal (APPA-ECBC) e Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão (ACV-VC), além do chefe do PNCD e do secretário da SEDESP – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Palmeiras. Entre os entrevistados, na época que as entrevistas foram realizadas, apenas o chefe do Parque não residia no Capão.

#### a) *Atividade turística dentro e nas comunidades do entorno do PNCD*

Sobre o desenvolvimento de atividade turística dentro do PNCD, o secretário da SEDESP lembrou que já ocorreram incidentes decorrentes do próprio turismo, como as queimadas em certas épocas do ano. O chefe do Parque ressaltou que o ecoturismo é uma das finalidades do PNCD e lamentou a falta de recursos humanos e financeiros para gerenciar melhor a atividade turística. Ele também comentou a estratégia de parcerias que vêm sendo desenvolvidas com a Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão.

*[...] só que temos limitações de recursos para que a gente faça acontecer essas atividades, né. E aí pra isso realmente a gente conta muito e vem cada vez mais trabalhando e articulando com as parcerias, entendeu, cada vez mais com parcerias. É, no momento a gente tem de informação, de visitação de turismo no Parque, a gente tem os dados da Cachoeira da Fumaça, fornecido pela ACV-VC e támo realizando um perfil de visitante na Cachoeira da Fumaça com uma escola de turismo, uma Escola Técnica de Turismo de Seabra. (Chefe do PNCD).*

O Chefe do PNCD também destacou a necessidade de ter um controle do que pode ou não fazer no Parque, sugeriu que este controle seja feito via educação e expôs seu receio e desagrado para a cobrança ao acesso a Parques, exemplificando a Foz do Iguaçu.

*O esquema de privatizar como você tem lá no Parque de Foz do Iguaçu por exemplo, que dizem que funciona muito bem, isso e aquilo, mas tudo você tem que pagar, realmente eu acho uma pena a gente não ter essa liberdade desse acesso à natureza. (Presidente da APPA-ECBC).*

O presidente da Associação da ECBC manifestou sua preocupação com os impactos que uma pessoa despreparada, morador ou turista, pode causar ao meio ambiente e alegou não haver diferenciação, quando se tratando de pontos turísticos, onde é Parque e onde não é Parque. E ainda expôs que sua preocupação maior não está no turismo, mas sim no crescimento acelerado decorrente do aumento da especulação imobiliária:

*[...] minha preocupação principal é cair na falta de um plano diretor que dê um norte, que norteie o crescimento, o desenvolvimento desse lugar, que é inevitável, ele tá acontecendo e sem controle nenhum. Qualquer pessoa hoje em dia compra um terreno, ou tem um terreno que herdou da família e simplesmente, por falta de informação, por ambição, por diversos fatores que a gente não tem como julgar, mas retalha em pedacinhos: ah eu não consegui vender o terreno inteiro, então eu vou retalhar em vários lotes de trezentos metros quadrados. (Presidente da APPA-ECBC).*

Sobre o desenvolvimento da atividade turísticas nas comunidades no entorno do Parque o secretário da SEDESP alegou ser difícil classificar como positivo ou negativo e, ao relembrar da rotina dos moradores antigamente, ele classificou o turismo como uma necessidade para o Vale.

*O Capão antigamente era o Capão das tradições, da agricultura, né! Então assim, o turismo ele era, ele não fazia parte da vida cotidiana das pessoas. Elas viviam basicamente da produção, dali... da, da agricultura familiar que era revendida nas feiras locais, né. Tinha toda aquela cerimônia, as pessoas se organizarem, de município de cavalo, uma coisa que a gente acompanhou quando era pequeno e, dentro de vinte anos essa cultura acabou, né, e despertou o olhar. O turismo foi de certa forma uma realidade que tá acontecendo agora, uma questão que todo mundo hoje em dia, direta ou indiretamente depende do turismo. (Secretário da SEDESP).*

Já o presidente da APEA-CA considerou o turismo importante para a comunidade por abrir portas e criar novos empregos, criticou a ausência do poder público nas atividades relacionadas ao Parque e ressaltou que “o turismo é um tripé, ele é comunidade, poder público e o setor privado. Se nenhum desses três elos não funcionar, compromete toda a cadeia”. O chefe do Parque alertou para o risco de dependência do turismo que a comunidade pode criar, por conta de ser uma atividade sazonal, e a precipitação e a tendência ao abandono das práticas relacionadas a agricultura familiar.

*[...] o turismo é uma atividade econômica que tem suas sazonalidades, né! Ela reflete muito os problemas da economia do país ou de outros países, então, crise na Europa, por exemplo, se tem crise na Europa a gente vai se sentir afetado porque o europeu não vai vir. [...] a gente ficar dependendo de*

*uma única atividade que a gente não controla é perigoso. É importante que você tenha o turismo como uma atividade complementar a sua economia, né? Então você ter a sua atividade de agricultura, sua atividade, suas diversas outras atividades, do comércio local, enfim e agregar o turismo à região eu acho ótimo. Mas, é, abrir mão de todas as outras atividades históricas, né, a agricultura familiar e tudo mais pra adotar o turismo como única atividade econômica local, é perigoso! (Chefe do PNCD).*

#### b) *Impactos positivos do turismo*

Referindo-se aos impactos positivos da atividade turística, o presidente da APEA-CA considerou, para o meio ambiente, como relevante, pois, segundo ele, devido ao turismo ter se tornado a principal fonte de renda da população do Vale do Capão, as pessoas passaram a se conscientizarem mais para cuidar do local. Nessa mesma linha de pensamento, o presidente da ACV-VC ressaltou que, com o turismo bem feito, bem gerenciado, e bem planejado, a gente pode ter inúmeros benefícios, como a preservação ambiental e a apreciação maior pelo lugar por parte da comunidade tradicional.

Como impacto positivo, também, foi apontada pelos entrevistados a troca cultural proporcionada pela chegada de pessoas de diversas partes do mundo, conforme atesta a fala abaixo:

*O lado positivo é aquela coisa, é aquela salada de frutas que é o Capão assim, né! Gente de toda parte do mundo, aquela cultura que chegou de fora... é circo. Hoje em dia se você for lá, você não sabe nem o que fazer, né! É tanta opção que tem, de aulas de instrumento, de dança, de oficinas, é riquíssimo. (Secretário da SEDESP).*

Quanto ao turismo para a comunidade foi considerado como positivos no que tange ao aumento de oportunidades de emprego/trabalho. O fortalecimento da economia local é apontado pelo presidente da APEA-CA como benefício do turismo para a comunidade. Ele justificou sua afirmativa dizendo que, diferente de outros lugares em que a maioria dos comerciantes são de fora, no Vale a maior parte dos moradores tem seu pequeno comércio, e isso fortalece a economia do lugar e as pessoas não precisam sair para trabalhar fora. O presidente da APPA-ECBC ressaltou a importância do turismo para a população local, mas alertou para os cuidados que se deve ter. Segundo ele,

*muitas vezes a galera vai com muita sede ao pote e acaba matando a galinha dos ovos de ouro que é o Vale do Capão. Porque é um lugar maravilhoso, cheio de natureza, com pessoas legais, nativas, alternativas, outras que não sabem mais nem o que é, e... é um lugar muito rico assim, culturalmente. (Presidente da APPA-ECBC).*

c) *Impactos negativos do turismo*

O presidente da APPA-ECBC associou os pontos negativos à falta de capacitação das pessoas que vão frequentar o ambiente natural e citou impactos como poluição sonora e visual, impactos nas trilhas e incêndios florestais. Já o presidente da APEA-CA apontou a especulação imobiliária como o principal problema do Vale e alertou para a necessidade de se criar o Plano Diretor do município de Palmeiras. Ele também considerou o fluxo de turista durante os feriados como um ponto negativo e sugeriu que *“tem que ter um certo trabalho de não deixar esses carros circular, né, mas para isso você tem que dar uma alternativa para o visitante deixar seu carro ou criar sistema de transporte coletivo que as pessoas possam circular dentro do Capão”*.

Sobre as consequências do aumento da especulação imobiliária no Vale do Capão o chefe do PNCD observou:

*É um lugar que tá com muita visibilidade, crescendo muito, muita vinda de pessoal estrangeiro. Pode causar uma especulação imobiliária que... que, acredito isso pode ser ruim para os nativos porque eles não acompanham, não têm o poder aquisitivo de um estrangeiro ou de uma pessoa que venha de uma grande cidade. Ele não tem como acompanhar o poder aquisitivo dessa pessoa, então se a pessoa vier com um poder aquisitivo e comprar terrenos pelo valor que ela pode pagar, mas que muitas vezes o nativo não pode pagar. Quem vai ficar sempre, é, digamos, segregado, né, ou discriminado acaba sendo o nativo. (Chefe do PNCD).*

Quantos aos impactos negativos do turismo para a comunidade o secretário da SEDESP apontou a mudança de hábitos dos mais jovens e, conseqüentemente, a perda cultural:

*A parte negativa que eu vejo, eu falo mais dos jovens, né, assim, eu vejo que tá, que é uma coisa triste também. Eu vejo deixando a cultura do local, assim, digamos, quase que morrer. Eu não sei se é por vergonha, eu não sei se é falta de interesse ou porque acha que isso não, não, não cabe mais no dia de hoje, mas na verdade quando o turista ele tá lá do outro lado na telinha do computador avaliando o lugar que ele, o destino que ele vai com a família dele, ele avalia uma série de fatores. Ele não avalia só o porquê o lugar é lindo. Lugar lindo a gente tem o Vale do Capão que é lindíssimo, mas têm milhares de lugares lindíssimos no mundo inteiro, né, hoje em dia o mundo tem vários lugares que proporcionam é, diversas, né, atividades. [...] antigamente sempre teve Judas no São João, teve, né, esses eventos culturais que, esses dias mesmo, daqui a pouco já vai começar Cosme e Damião, né, mas assim, se você vê o Cosme e Damião de dez anos atrás e você vê o de hoje, assim, praticamente não tem quase jovens lá, é uma coisa, não sei se*

*eles se sentem envergonhados de tá ali fazendo parte sentados no chão da mesa, isso é uma coisa que me deixa triste assim, a gente tem que fazer de tudo, trazer isso, fomentar esses jovens e não só deixar os jovens assim na coisa do, dos Ipad, Iphone, ai, aifins da vida. [...] Antigamente na rua você brincava de baleada, você brincava de corre-corre, pega-pega e hoje em dia você, você vê assim, mas comparado com antigamente, né, muito pouco, quase não tem mais. Hoje em dia a criança tá lá, às vezes eles ficam até jogando no computador um do lado do outro, um sentado aqui e outro do lado olhando pra tela e às vezes nem se olham, a gente tem que tomar cuidado com essas coisas assim. (Secretário da SEDESP).*

O presidente da APPA-ECBC também falou sobre a perda cultural, criticou a exportação de produtos e serviços comuns nas grandes cidades e a modificação no ritmo de trabalho das pessoas:

*[...] todas essas coisas que a gente acha que são facilidades, de qualquer maneira tá descaracterizando esse, esse turismo alternativo, além de também tá... acaba que deixa para trás muitas tradições locais, né! Fora a questão do turismo, tipo, você tem um feriado que seria, tipo São João. Antigamente todo mundo ia, bom a maioria que morava perto da Vila ia se encontrar lá na rua, Correto, não sei como era na época, no Salão para dançar um forró, e hoje em dia tá todo mundo trabalhando porque realmente é a época que tem muito turista. Tá todo mundo ocupado, não tem tempo mais de visitar o compadre a comadre. Com a televisão muitas pessoas acabam até esquecendo de uma conversa. (Presidente da APPA-ECBC).*

Ainda como impactos negativos foram apontados o crescimento acelerado e desordenado, problemas de falta de estrutura para atender as demandas da população, e a venda de terrenos, como ilustram as falas abaixo:

*Hoje em dia você vê a problemática no fornecimento de água, o sistema de abastecimento que tinha, que foi feito há dez anos atrás pra um número de habitantes já não comporta, né? Quem mora no final do Vale já não consegue mais captar água porque tem vários fatores. Por que aconteceu isso? Porque tem pessoas, por não ter uma norma, uma regra, foi feito, sei lá, reservatórios enormes, cada um fez do jeito que quis, coloca... não tem um plano realmente. (Secretário da SEDESP).*

*[...] a pessoa compra uma área, né, e essa área começa a, a, a fatiar entendeu? Então isso é uma coisa a ser pensada, embora aqui é uma zona rural, né? Não é uma cidade. Mas isso começa a ser preocupante, né? E você compra uma área de mil metros e você divide ela em três quatro, né? Você vai precisar de água, você vai precisar de saneamento, você vai precisar de energia elétrica, né! Então não é tão assim, né, como a gente pensa não, traz impactos imediatos, né! (Presidente da APPA-ECBC).*



d) *Relação entre os gestores do PNCD e a população do Vale*

Os entrevistados classificaram a relação entre o gerenciamento do Parque e a população do Vale como ruim por não haver diálogo e interação, e compreenderam a carência de funcionários para atender as demandas do PNCD, conforme ilustra a fala abaixo:

*O Parque precisa ter mais funcionário para poder tá mais, é, realizando trabalhos com a comunidade, né? Então, assim, infelizmente, essa, essa convivência, esse relacionamento já foi bom, hoje por essa ineficiência eu acredito que não é tão legal. (Presidente da APEA-CA).*

O chefe do PNCD reconheceu como “falha” o estabelecimento de maior relação entre o gerenciamento do Parque e as comunidades residentes no entorno, mas informou sobre os trabalhos de parcerias que vêm sendo desenvolvidos, principalmente, com a ACV-VC e o grupo musical Mundarejo:

*A gente não tem uma conversa com a comunidade como um todo, né? A gente tem com algumas associações, né, com alguns interlocutores, com a associação de guias; geralmente é o nosso maior interlocutor porque é a atividade diretamente ligada a nossa e que eles tão ligados diretamente à Cachoeira da Fumaça que é um atrativo dentro do Parque Nacional, então... é, naturalmente são os parceiros no Vale do Capão que a gente tem mais, mais diálogo. (Chefe do PNCD).*

Ele falou também sobre o Conselho Consultivo em que acontecem reuniões interativas abertas e permitem maior contato com a comunidade, e lamentou as dificuldades de recursos humanos e materiais para buscar alternativas que possibilitem melhorias nessa relação:

*A gente tem também o conselho gestor do Parque, que é o Conselho Consultivo que a gente chama, com várias entidades públicas, privadas e da sociedade civil e com esse Conselho a gente tem a interlocução com a comunidade, não só do Capão, mas de toda a Chapada, né! E essas reuniões são itinerantes, então uma vez é em Lençóis, outra é em Mucugê, outra no Vale do Capão. Já fizemos algumas reuniões no próprio coreto, né, que aí a reunião toda a comunidade tá convidada, né, mas não é uma coisa que a gente faça com muita frequência, né! Mas tem algumas associações que a gente mantém contato pra tentar trabalhar também a educação ambiental, o turismo, enfim. Mas isso, a gente tem uma relação, por falta de recurso humano mesmo, de mobilidade, a nossa interlocução é pontual com algumas associações, entendeu? (Chefe do PNCD).*

O presidente da APPA-ECBC alegou não saber falar muito sobre a relação do gerenciamento do PNCD com os moradores.

Como proposta para melhorar a relação entre os gestores do Parque e a comunidade do Vale do Capão o Secretário da SEDESP sugeriu,

*escutar mais, escutar mais as opiniões de quem tá do outro lado também, porque às vezes você tem um órgão federal que acha que, ou pretende, é, realizar ações dentro de uma área federal e às vezes eles não se abre muito para o que as pessoas locais que tão ali, as pessoas que têm o conhecimento da área vem a oferecer, né? Vem a oferecer como ideias, como justificativas. (Secretário da SEDESP).*

O presidente da ACV-VC ressaltou que deve haver uma presença maior dos gestores do Parque em questões que envolvem a comunidade e exemplifica o fogo.

*Tem algumas questões do fogo que é nítido o porquê que acontece, né? Outras a gente sabe que é apenas vandalismo e maldade da pessoa, mas outras não, outras ainda têm um pouco de... do, dos vestígios da cultura antiga, né? Da criação de animais, disso e daquilo. Então eu acho que existe ainda um pouco disso também, né? Mas acho que o Parque ele têm que tá um pouco mais perto, então, as pessoas não conhecem. Quem sabe quem é chefe de Parque? Quem é? Ninguém! [...] sobre o fogo o que a gente pede como voluntário assim, é que a ajuda venha mais rápido, né? Que a prestação de socorro venha mais rápido para ajudar, porque às vezes a gente é muito pequeno em relação ao que tá acontecendo, então a gente faz a parte da gente, mas se chegar uma força maior vai ser melhor ainda. (Presidente da ACV-VC).*

O Chefe do PNCD reconheceu a necessidade de estar mais presente nas comunidades, mas justificou tal ausência pela falta de recursos,

*a gente precisava ter mais força, mais recurso, principalmente recurso humano, para que tivesse assim, mas tempo e mais disponibilidade de tá indo realmente nas comunidades, de tá realmente mais presente na comunidade, de tá mostrando a comunidade o nosso trabalho, os pontos negativos e positivos, as dificuldades, né? E tá mostrando o Parque Nacional pra quê que serve porque muitas vezes a comunidade não sabe, não tem conhecimento de para quê o Parque serve, né? É... sabe só que cria uma restrição a ela, né? Não pode isso, não pode aquilo, mas afinal para que o Parque serve mesmo? [...] isso é uma falha nossa, a gente sabe, né? Mas a gente muitas vezes não tem perna porque a gente trabalha na verdade com doze comunidade em volta do Parque, né? (Chefe do PNCD).*

Os presidentes da APEA-CA e da APPA-ECBC atribuíram a responsabilidade pela melhoria no diálogo entre os gestores e a comunidade a cada uma das pessoas que moram nas proximidades do Parque, conforme ilustram os comentários abaixo:

*Eu acho que o que a gente precisa é de propor coisas para eles, né? Não esperar. Eles são burocratas também, eles estão muito lá no escritório e a gente precisa cutucar eles, falar ó vei eu tenho uma proposta da gente fazer*

*isso e isso. E de repente eles têm possibilidade de tá apoiando e as coisas funcionam, a gente precisa ser proativo, não só reativo de ficar reagindo e reclamando das coisas. (Presidente da APPA-ECBC).*

## 5.2 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO VALE DO CAPÃO

### 5.2.1 A paisagem segundo o olhar dos moradores

De acordo com os entrevistados de todas as faixas etárias, a paisagem natural, assim como a construída, sofreram muitas mudanças nos últimos trinta anos. Apesar de esses fenômenos ocorrerem em vários lugares como resultados das relações capitalistas, os moradores atribuem as mudanças à criação do PNCD e chegada do turismo na região. De fato, a paisagem do Vale do Capão apresenta, na sua configuração, marcas culturais e possui uma identidade típica, como observado por Schier (2003), ao abordar o conceito de paisagem na Geografia Humana. No período das grandes plantações de café prevalecia uma paisagem de comunidade rural com roças extensas e grandes terreiros para secagem e beneficiamento do produto. Tal processo de revitalização da paisagem natural, segundo eles, teve influência dos primeiros “alternativos”, os quais buscaram valorizar a cultura local e promover ações de sensibilização em prol da preservação ambiental.

Assim, a percepção dos moradores acerca do processo de mudanças no ambiente natural e construído que o Vale vem passando revela a análise defendida por Del Rio e Oliveira (1999), de que as pessoas absorvem de diferentes formas as transformações na paisagem. Falas entusiasmadas e preocupadas dos moradores demonstraram a surpresa de perceber, durante as entrevistas de história oral, o quanto o Vale mudou em tão pouco tempo e lembraram-se dos acontecimentos, das práticas culturais extintas e do estranhamento com a chegada dos “alternativos”. A paisagem percebida pelos moradores tem relação intrínseca com o uso e apropriação dos recursos naturais que a região oferece e que foi sinônimo de sobrevivência das gerações passadas. Este tipo de relação de apropriação do espaço e de pertencimento ao lugar é um aspecto importante da construção da paisagem, conforme Lynch (1980) e Tuan (1980).

De fato, com a decadência dos Ciclos do Diamante/Carbonato e do Café e com a criação do PNCD em 1985 intensificando as restrições dos órgãos ambientais, aumentou o desinteresse dos jovens pelo manuseio das atividades ligadas ao campo. Atrelado a essa situação, as novas oportunidades de emprego e renda proporcionadas pelo turismo intensificaram o desinteresse e, conseqüentemente, ocorreu a diminuição do cultivo das roças

e hortas.

O crescimento da atividade turística provocou a especulação imobiliária na região, impulsionando o aumento dos preços dos terrenos e a construção de imóveis para atender as demandas do setor. As entrevistas apontaram como consequências dessa transformação acelerada e desordenada o aumento do custo de vida local, seguidos da elevação do valor de mercado da paisagem e, conseqüentemente, uma significativa descaracterização da mesma, bem como impactos negativos (econômicos, culturais, sociais e ambientais) devido à ausência de um planejamento turístico de base sustentável.

Em 2015 a paisagem encontra-se em constantes mudanças. O crescimento populacional, a necessidade de infraestrutura para atender a demanda do setor turístico e a ausência de uma política de uso e ocupação do solo vem impulsionando a derrubada das matas. O estudo apoiado no olhar dos moradores do Vale do Capão permitiu compreender a “significância da paisagem”, cuja percepção é muito diferente daquela de quem a observa superficialmente, como ensinam Lynch (1980) e Tuan (1980).

### **5.2.2 Topofilia, espaço e lugar no Vale do Capão**

Falar de lugares e territórios é falar da significação do espaço resultado das experiências pessoais de cada indivíduo, como constata Claval (2009). A desconsideração da comunidade residente no entorno das Unidades de Conservação é visto por muitos pesquisadores (DIEGUES, 1999; LIMA et al., 2012; THOMAS, 2014), não apenas como expropriação e causadora de prejuízos sociais maiores, mas danoso à própria conservação ambiental. Isso devido à negação dos saberes acumulados de uso dos recursos naturais das populações que residem em determinado ambiente há várias gerações. E, ainda, da maior probabilidade de impulsionar a prática de crimes ambientais propositais por parte dos revoltados. Assim como atestam Brito (2005), Botelho (2009), Figueiredo e Souza (2013) e Hübner (2013) há um equívoco histórico na criação/implantação de áreas de proteção sem um diálogo com a população local e, ainda, uma deficiência na introdução dos moradores como sujeitos contribuintes no processo de conservação ambiental ficando, estes, distanciados e desinformados da situação do Parque.

Desse modo, a população do Vale do Capão percebe que parte dos conflitos que lá

ocorrem deve-se a maneira como PNCD foi criado que se apropria e impõe acerca do espaço (Parque). De um lado, o poder público estabelece norma e pune em prol da dita proteção ambiental, de outro, os proprietários/moradores se sentem acuados e muitas vezes sem alternativas ou desinformados sobre o desenvolvimento de atividades mais sustentáveis de uso da terra e dos recursos naturais. Além disso, têm-se a falta de estrutura e pessoal dos órgãos gestores como, também, aspetos que contribuem para a intensificação dos conflitos. O trabalho de parceria entre gestores de Unidades de Conservação e a população residente no entorno é de fundamental importância, pois, os moradores podem contribuir na fiscalização e, conseqüentemente, na manutenção da biodiversidade do parque, conforme expõe Thomas (2014).

É perceptível, a partir das falas dos entrevistados, o sentimento de pertencimento ao Vale evidenciado pelos moradores, principalmente os mais antigos. A topofilia (elo afetivo entre a pessoa e o lugar) é resultado das experiências e das percepções de cada indivíduo e pode influenciar nas posturas e atitudes frente a preservação ambiental, como atesta Tuan (1980). Durante a realização das entrevistas foi solicitado pela pesquisadora que o morador fizesse uma breve apresentação e o que chamou atenção foi o fato de eles se identificarem, com orgulho, como “nativos”, nascidos e criados no local. Muitos ressaltaram que saíram para morar em São Paulo e demonstraram alegria pela oportunidade de retorno à terra natal proporcionada, principalmente, pelo aumento de alternativas de trabalho após o advento do turismo. Tais atitudes justificam o que foi abordado por Machado (1999), de que há diferença quando experienciamos e vivemos um cenário, pois como nativos de lugares adquirimos e assimilamos informações diferentemente do que fazemos quando estamos viajando, e isso nos permite ampliar a relação afetiva como o lugar.

Nas entrevistas vários moradores criticaram a postura de alguns visitantes de falta de cuidado com o lugar não respeitando as regras de bom convívio local e não preservando o ambiente natural. Porém, percebe-se que ocorreram transformações nas relações das pessoas que vivem no Vale com o ambiente e interpessoais. Do ponto de vista do significado de lugar enquanto sentimento de pertencimento notam-se transformações contínuas na visão dos moradores, principalmente dos mais jovens diante da implantação e evolução das tecnologias de comunicação após, principalmente, a chegada da energia elétrica e aumento no fluxo do turismo. Segundo os relatos, antigamente havia uma interação mais forte entre os familiares e amigos e, conseqüentemente, um maior compartilhamento dos lugares.

### **5.2.3 O impacto do turismo no Vale do Capão segundo o olhar dos moradores**

O turismo é visto pelos moradores, de maneira geral, como parcialmente positivo. Para o ambiente natural, de um lado têm-se a convicção de que é altamente impactante, principalmente quando não há um manejo, nem um estudo de capacidade de carga. Do outro, há evidências de que a atividade turística pode ser um fator estimulante à preservação ambiental, principalmente, quando se torna a principal fonte de renda da população local. Sobre isso, Beni (1997) alega que se a atividade turística não for bem planejada pode causar impactos negativos para o meio ambiente, para a economia e para a cultura das comunidades tradicionais.

O desenvolvimento da atividade turística no Vale do Capão e região atraiu pessoas do mundo inteiro. Para atender as demandas dos visitantes, a comunidade local e os espaços precisaram se adequar. Houve mudanças drásticas e repentinas na rotina e formas de prestação de serviços, além da criação e diversificação de estabelecimentos comerciais. O acesso dos moradores a bens e serviços característicos do capitalismo presente nas grandes cidades é um expressivo retrato da transformação do modo de vida da população do Vale. Portanto, devido a paisagem ser resultado da acumulação de tempos, está em constante alteração para acompanhar as transformações da sociedade, conforme atesta Santos (2009).

Esse novo público provocou um crescimento acelerado e desordenado, impulsionou a especulação imobiliária na região, provocando o aumento dos preços dos terrenos e a construção de imóveis comerciais e residenciais. A ausência

Uma das consequências dessa transformação acelerada e desordenada é o afastamento da população do cultivo de produtos orgânicos. Os moradores deixaram de cultivar suas hortas e roças e passaram a consumir alimentos industrializados ou com agrotóxicos.

A prática de pequenas e diversificadas roças e das hortas no fundo do quintal foram trocadas por trabalhos ligados ao turismo, diminuindo o cultivo de produtos orgânicos e ocasionando mudanças alimentares. Além disso, têm-se o aumento do custo de vida local e a preocupação com uma possível elitização do espaço, que são fatores presentes em diversos lugares no Brasil, como Morro do São Paulo e Itacaré, ambos na Bahia. Os preços dos produtos e serviços no Vale têm subido de maneira tal que os antigos moradores estão com dificuldades de acompanhar.



Ainda, percebe-se na fala dos entrevistados o desconforto pela chegada de algumas “pessoas de fora”, em que, as posturas diferem dos primeiros “alternativos” os quais contribuíram (troca de saberes, saúde, educação, comércio, incentivos etc.) com a comunidade. Algumas pessoas que estão chegando são, aparentemente, bem instruídas e com discursos de ambientalistas, porém, buscam persuadir a comunidade local a vender seus terrenos por preços baixos ou trocá-los por carros e motos. E, na maior parte dos casos, ocorre exploração da mão de obra da população local, pois, os moradores são contratados para prestação de serviços braçais sem garantias trabalhistas e com baixos salários e extensas jornadas de trabalho.

A ausência de uma legislação urbanística consolidada de uso e ocupação do solo e a flexibilização da Lei em relação aos ricos é observada em um passeio pelo Vale onde se nota a quantidade crescente de casas de veraneio, muitas delas em áreas irregulares (beiras de córregos e rios ou na subida das montanhas). Percebe-se que, alguns proprietários têm pouca interação com a comunidade e com os eventos que nela ocorrem. Alguns circulam pelo Vale de carro com vidros fumê suspensos, contratam caseiros, colocam câmeras de segurança e placas com dizeres, tais como, “monitorado 24h”, “proibido a entrada” ou “propriedade privada”. Além dessas questões que segregam a luta comunitária, todos esses impactos negativos têm resultado na descaracterização do ambiente natural e construído e, conseqüentemente, na marginalização da comunidade local.

Diante dessa situação, especificamente no Vale do Capão, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas de ordenamento, uso e ocupação do solo que considerem a cultura da comunidade, garantindo a qualidade de vida da população residente, conciliando interesses e minimizando os impactos negativos causados pela utilização dos recursos naturais. A relação entre Unidades de Conservação e as pessoas residentes em seu entorno deve ser trabalhada no sentido de buscar o entendimento e o apoio das populações locais, para promoção do desenvolvimento socioeconômico das comunidades e o estabelecimento de processos participativos comunitários que garantam padrões de sustentabilidade para todos, como afirma Hübner (2013).

## 6. CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender o impacto das atividades turísticas decorrentes da implantação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, na paisagem e na comunidade residente em seu entorno, a partir da percepção dos moradores do Vale do Capão. Especificamente buscou-se compreender os principais conceitos envolvidos com a implantação de parques; caracterizar o processo de formação e transformação do Vale do Capão; caracterizar o processo de criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina na etapa em que inclui a área no entorno do Vale do Capão; e analisar a percepção dos moradores do distrito do Vale do Capão acerca das transformações ambientais, no ambiente natural e construído, ocorridas após a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Para tanto, optou-se por uma pesquisa descritiva e exploratória, amparada numa abordagem qualitativa. A metodologia foi composta por pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Para coleta de dados utilizou-se técnicas como história oral temática e observação participante. Para a análise dos dados empregou-se a técnica de análise de conteúdo.

A paisagem que se vislumbra no Vale do Capão em 2015 ainda mostra as marcas do passado, principalmente pela presença das antigas construções, e mantém viva as lembranças das pessoas num tempo em que no Vale prevalecia uma paisagem e um ritmo de vida unicamente rural.

As recordações das trilhas de acesso ao garimpo, das grandes roças de café, das labutas familiares nas plantações e casas de farinha e da vida pacata no Vale estiveram presentes nos depoimentos dos moradores mais antigos, revelando um sentimento de tranquilidade vivido na época e remetendo, também, a uma comparação com a urbanização atual que, para muitos, traz insegurança.

Os resultados das entrevistas indicaram que as mudanças na paisagem no ambiente natural e construído comuns do sistema capitalista são atribuídas pelos moradores à criação do PNCD e intensificação do turismo. De fato a percepção da paisagem se distingue para os grupos sociais caracterizados por diferentes faixas etárias, que vivenciaram a criação do PNCD sob modos e tempos diferentes, aspectos que são apontados por Santos (1988; 2009) quando se refere ao conceito de paisagem.

A compreensão das mudanças na paisagem sob a ótica dos moradores do Vale do Capão traz contribuições importantes para os estudos de Percepção Ambiental, pois revela o

impacto e a avaliação que os usuários fazem sobre seu ambiente e sobre os projetos que nele são introduzidos. No entanto, ainda há espaço para estudos mais aprofundados sobre a dinâmica de ocupação e de territorialização tanto no entorno quanto no interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, M. W. B. **Populações tradicionais e unidades de conservação**. Campinas: Unicamp, 1994.

AMARAL, W. A. N. do; BRITO, M. C. W. de; ASSAD, A. L. D; MANFIO, G. P. **Políticas Públicas em Biodiversidade: Conservação e uso Sustentado no País da Megadiversidade**. Disponível em: <[www.hottopos.com/harvardl/politicas...publicas...em\\_biodiversi.htm](http://www.hottopos.com/harvardl/politicas...publicas...em_biodiversi.htm)>. Acesso em: 06 jul. 2013.

BANCO DO NORDESTE. **Manual de Impactos Ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1999.

BANDEIRA, R. L. S. **Chapada Diamantina: história, riquezas e encantos**. Salvador: Editora Onavlis, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e das outras providências. **Portal do Planalto**. Brasília, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2013.

BRASIL. Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. **Portal do Planalto**. Brasília, 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D84017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2014.

BRASIL. Decreto nº 91.655, de 17 de Setembro de 1985. Cria o Parque Nacional da Chapada da Diamantina. **Senado Federal – Portal de Legislação**. Brasília, 1985. Disponível em: [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=91655&tipo\\_norma=DEC&data=19850917&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=91655&tipo_norma=DEC&data=19850917&link=s). Acesso em: 24 jul. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2004.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 1997.

BOMFIM, L. F. C; CAVEDON, A. D. (Coord.). **Projeto Chapada Diamantina: Parque Nacional da Chapada Diamantina – BA: informações básicas para a gestão territorial: diagnóstico do meio físico e da vegetação.** Salvador: CPRM/IBAMA, 1994.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos.** São Paulo: T. A. Queiroz Editora; 1983.

BRITO, F. E. M. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina.** Salvador: EDUFBA, 2005.

BOTELHO, E. S. **Conflitos na gestão de parques: o caso do Parque Estadual dos Três Picos (RJ).** Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CLAVAL, P. **A volta do cultural na geografia.** Revista Mercator, América do Norte, 15 01 2009.

COSTA, J. S; CARVALHO, A. W. B. Transformações da paisagem no Vale do Capão-BA a partir da implantação do Parque Nacional da Chapada Diamantina. In: 3º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA AEAULP - Arquiteturas do Mar, da Terra e do Ar - Arquitetura e Urbanismo na Geografia e na Cultura, 1, 2014, Lisboa. **Anais.** Lisboa, Portugal: Academia das Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2014.p.507-516.

DELGADO, L. A. N. **História oral: memória, tempo, identidades.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira.** 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. **O nosso lugar virou parque: estudo sócio ambiental do Saco de Mamangá-Parati-Rio de Janeiro.** São Paulo: NAPAUB (USP), 1999.

FIGUEIRÊDO, T. C.; SOUZA, A. V. M. **Conflitos socioambientais em áreas protegidas: o**

Parque Nacional da Serra de Itabaiana, em Sergipe. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, n. 14, 2013. p. 141-163. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/2912/2618>>. Acesso em: 20 out. 2014.

FUNCH, R. **Um guia para a Chapada Diamantina**. 3.ed. Cruz das Almas: Gráfica Editora Nova Civilização, 2007.

GAGO, P. C. Questões de transcrição em análise de conversa. **Revista Veredas**, Juiz de Fora, MG, v.6, n.2, p.89-113, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap051.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013.

GANEM, R. S.; VIANA, M. B. **História ambiental do Parque Nacional da Chapada Diamantina**. DEPUTADOS, C. L. D. C. D. Brasília, 2006.

GEERTZ, C. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUANAES, S. A. **Meu Quintal não é Parque!:** Populações Locais e Gestão Ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA. Campinas, SP: [s. n.], 2006.

HÜBNER, D. B. **Um turismo de base comunitária para o Parque Nacional do Itatiaia:** estudo sobre conflito socioambiental em unidade de conservação. 2013. 276 f. il. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Brasília, 2007.

IRWING, M.; AZEVEDO, J. **Turismo:** o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de H. Monteiro; F. Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 1999.

LIMA, G. S. et al. **Gestão, pesquisa e conservação em áreas protegidas**. Viçosa, MG: Os Organizadores, 2012.

LODER, L.; JUNG, N. (Orgs.). **Fala-em-interação social**: introdução à análise da conversa etnometodológica. Porto Alegre: Mercado de Letras, 2008.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MACHADO, L. M. P. **Paisagem valorizada**: a Serra do Mar como espaço e como lugar. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MATOS, M. P. **A sensibilidade do lugar**: uma proposta metodológica para aplicação da percepção ambiental nos planos de emergência a derrames de óleo. 2010. 172 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2010.

MEIHY, J. C. S.B. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

NOGUEIRA, A. C. C. **Nativos, alternativos e crescimento urbano – Vale do Capão – Chapada Diamantina BA 1983-2003**. Monografia Universidade Estadual da Bahia, 2003. Professora orientadora: Debora Nunes.

ORLANDO, H. *et al.* **Ações participativas para conservação do Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Mimeo, 2000. Disponível em < [www.uefs.br/pro\\_parque/artigo\\_congresso.rtf](http://www.uefs.br/pro_parque/artigo_congresso.rtf)> Acesso em: 10 dez. 2014.

PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. (Org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

PARNASI. **Dados gerais**. 2009. Disponível em: <<http://serradeitabaiana.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

PEREIRA, M. M. **A descoberta do meio ambiente**: Itatiaia e a política brasileira de Parque Nacionais. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Pesquisa e



Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2013.

PINA, Z. **Encontro com a Villa Bella das Palmeiras**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.

PINTO, A. R. et al. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**. Viçosa, MG, 2011. 70 p. Disponível em:<<http://www.bbt.ufv.br/>>. Acesso em: 05 out. 2014.

RELATÓRIO do **Encontro de pessoas interessadas na conservação do Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Lençóis, 16 de jun.2000.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Espaço & método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SEABRA, G. F. **Natureza, cultura e turismo em unidades de conservação**. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. F.; QUEIROZ, O. Te. M. M (Org.). Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local: João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

SCHIER, R. A. **Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia**. Curitiba: R.Ra'E GA, n.7, p.79-85, 2003.

SILVA, A. A.; SILVA, W. C. **O Planejamento ambiental como fator minimizador dos impactos ambientais no Parque Nacional Serra de Itabaiana**. In: I Simpósio Regional de Desenvolvimento Rural-NPGEO/UFS, 2010, São Cristóvão. I Simpósio Regional de Desenvolvimento Rural, 2010.

SILVA, R. L. da. **O teatro-educação enquanto elemento curricular no meio rural: o caso da Escola Comunitária Brilho do Cristal**. 2005. 177 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2005.

SILVA, V. D. da. **Conflitos socioambientais da atividade turística em unidades de conservação:** a área de proteção ambiental de Guadalupe- Pernambuco. 2011. 142 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Recife, 2011.

SILVEIRA, C. F. A. **Lá e aqui:** estudos das práticas de transformação da paisagem em comunidades rurais da Zona da Mata mineira. 2008. 126 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, PROCAM, São Paulo, 2008.

SOBRAL, I. S.; GOMES, L. J.; SANTOS, J. **Proposta de monitoramento dos impactos do ecoturismo no Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe.** Revista Nordestina de Ecoturismo, Aracaju, v.2, n.1, p.6-24, 2009.

THOMAS, B. L. Unidades de Conservação e populações tradicionais: por que a presença humana também é importante para a manutenção da biodiversidade? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS, 3, 2014, Viçosa, MG. **Anais.** Viçosa, MG: UFV, DEF, 2014. p. 28-34.

TUAN, Y. **Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

\_\_\_\_\_. **Espaço & lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

URPLAN, Grupo de Planejamento, Urbanismo e Arquitetura Ltda: PRUA – Plano de Referência Urbanística Ambiental do Município de Palmeiras. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1997.

ZELLER, R. H. Populações humanas no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA: presença ilegal e modificações indesejadas. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 2002, Fortaleza. **Anais.** Fortaleza: Rede Nacional Pró- Unidades de Conservação: Fundação o Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p.327-337.

#### **Sites consultados:**

ICMBio. <http://www.icmbio.gov.br/portal/>. Acesso em: 23 maio 2013.

**IBAMA.** <http://www.ibama.gov.br/>. Acesso em: 23 maio 2013.

**PORTAL DE PALMEIRAS.** <http://portalpalmeiras.com.br/novo/>. Acesso em: 23 maio 2013.

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.**

[http://www.ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/palmeiras/doi/index.cfm?pagina=listagem\\_panorama](http://www.ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/palmeiras/doi/index.cfm?pagina=listagem_panorama). Acesso em: 24 maio 2013.

**INFOCHAPADA.** <http://www.infochapada.com/>. Acesso em: 28 maio 2013.

**PROJETO SUSTENTABILIDADE EM AÇÃO.**

[www.sustentabilidadevaledocapao.blogspot.com](http://www.sustentabilidadevaledocapao.blogspot.com). Acesso em: 22 jan. 2014.

**PARNASI.** <http://serradeitabaiana.blogspot.com.br/>. Acesso em: 14 ago. 2014.

**PARNA CHAPADA DIAMANTINA.** <http://parnachapadadiamantina.blogspot.com.br/>.

Acesso em: 04 de mar. 2015.

**CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.**

<http://sistemas.mma.gov.br/portalcnuc>. Acesso em: 04 de mar. 2015.

APÊNDICE A

**Síntese do histórico de criação e implantação do PNCD**

	<b>Fase</b>	<b>Resumo</b>
<b>Período</b>	<b>Histórico de criação e implantação do PNCD</b>	<b>Fonte</b>
1871	Declínio da exploração do Diamante na Chapada Diamantina	BRITO, 2005, p. 89
1880	Começo da exploração do Carbonato na Chapada Diamantina	SALES, 1975; MORAES, 1991, apud BRITO, 2005, p. 89
1980	Mobilização de movimentos sociais em defesa do meio ambiente e criação do SOS Chapada	BRITO, 2005, p.129
1985	Criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina	DECRETO nº 91.655, de 17 de setembro de 1985
1994	Jornada em Caeté-Açu promovida por diversos grupos ambientalistas em prol da preservação dos ecossistemas da Chapada	BANDEIRA, 1997, p.122
1997	Realização do Seminário “Meio Ambiente e Patrimônio Cultural-Integração para o Terceiro Milênio, realizado pela Procuradoria da República	ORLANDO <i>et al</i> , 2000
1998	Levantamento fundiário da área do PNCD	ORLANDO <i>et al</i> , 2000
2000	Criação do Núcleo Pró-Parque Nacional da Chapada Diamantina	Relatório do encontro, 2000, p. 4
2001	Criação do Conselho Consultivo do Parque Nacional – CONPARNA	BRITO, 2005, p.181
2004-2007	Elaboração do Plano de Manejo do PNCD	ICMBIO, 2014
2009	Publicação do Plano de manejo do PNCD	ICMBIO, 2014

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE B

### **Entrevistados, faixa etária ou quantidade de anos morando no Vale e Profissão.**

As informações a seguir foram utilizadas na Análise de Conteúdo, na qual se buscou identificar a percepção ambiental dos moradores do Vale do Capão acerca das transformações, no ambiente natural e construído, após a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Para manter o anonimato dos entrevistados, estes foram designados por uma notação própria, conforme descrito no item Metodologia.

### **Período antes da criação do Parque - Pessoas acima de cinquenta**

<b>Entrevistados</b>	<b>Faixa etária ou quantidade de anos morando no Vale</b>	<b>Profissão</b>	<b>Duração da entrevista</b>
Moradora 1	87	Lavadora Aposentada	35min
Moradora 2	61	Lavadora Aposentada	21min
Moradora 3	67	Lavadora Aposentada	23min e 28s
Morador 4	61	Lavrador aposentado	27min e 7s
Moradora 5	55	Lavadora	6min e 20s
Morador 6	57	Lavrador	27min e 29s
Moradora 7	51	Doméstica	33min e 55s
Moradora 8	68	Lavadora Aposentada	23min

Total: 8 entrevistas.

Duração total: 3h17min

### **Período de transição - Entre trinta e oito e cinquenta anos ou pessoas que já moram há vinte e oito anos ou mais no Vale**

<b>Entrevistados</b>	<b>Faixa etária ou quantidade de anos morando no Vale</b>	<b>Profissão</b>	<b>Duração da entrevista</b>
Morador 9	47	Lavrador	16min e 41s
Moradora 10	39	Vendedora	20min e 58s
Moradora 11	31 anos morando	Professora	34min e 30s

Total: 3 entrevistas.

Duração total: 1h12min

**Período atual - Pessoas entre dezoito e trinta e sete anos ou que morando no Vale há mais de cinco anos e menos de vinte e oito anos**

<b>Entrevistados</b>	<b>Faixa etária ou quantidade de anos morando no Vale</b>	<b>Profissão</b>	<b>Duração da entrevista</b>
Moradora 12	7anos morando	Educadora	13min e 48s
Moradora 13	33	Professora	42min
Moradora 14	33	Lavadora	11min e 48s
Moradora 15	22	Doméstica	11min
Moradora 16	23	Estudante	8min
Morador 17	7 anos morando	Artista Plástico	8min e 41s
Moradora 18	26	Estudante	16min e 24s
Moradora 19	24	Estudante	7min e 43s
Moradora 20	36	Professora	28min e 8s
Moradora 21	20	Doméstica	9min e 44s
Moradora 22	28	Artista Circense	8min
Morador 23	26 anos morando	Administrador	21min e 58s
Moradora 24	28 anos morando	Professora	48min e 16s
Morador 25	17 anos morando	Artista Circense	20min e 39s
Moradora 26	19 anos morando	Designer	28min
Moradora 27	23 anos morando	Professora	38min e 18s
Morador 28	11 anos morando	Guia da ACV-VC	4min e 41s
Moradora 29	26 anos morando	Dançarina	23min e 59s

Total: 19 entrevistas.

Duração total: 6h3min

### **Proprietários dos empreendimentos que abastecem o Vale**

<b>Entrevistados</b>	<b>Profissão</b>	<b>Duração da entrevista</b>
Comerciante 1	Proprietário de Café	18min e 48s
Comerciante 2	Proprietária de Cantina	6min e 20s
Comerciante 3	Proprietário de Pousada	18min

Total: 3 entrevistas.

Duração total: 43min8s

## Representantes de órgão que contribuem para a administração do Vale

Entrevistados	Profissão	Duração da entrevista
Secretário da SEDESP	Secretário de Meio Ambiente	37min
Chefe do PNCD	Chefe do PNCD	32min e 11s
Presidente da APPA-ECBC	Presidente da APPA-ECBC	36min
Presidente da APEA-CA	Presidente da APEA-CA	11min e 39s
Presidente da ACV-VC	Presidente da ACV-VC	12min

Total: 5 entrevistas

Duração total: 2h8min

Total de entrevistados: 37

Duração total das entrevistas: 13h24min

## APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

### MORADORES DO VALE DO CAPÃO

Período antes da criação do Parque - Pessoas acima de cinquenta anos (pessoas com 22 anos quando o PNCD foi criado):

1. Você acha que muitas coisas mudaram no Vale do Capão após a criação do PNCD?  
Em sua opinião o que mais mudou?
2. Do que você mais gostava no Vale antigamente?
3. O que você mais gosta no Vale hoje?
4. Em sua opinião, quais são os aspectos positivos da criação do PNCD?
5. Em sua opinião, quais são os aspectos negativos da criação do PNCD?
6. Como você vê a relação do PNCD com o dia a dia dos moradores do Vale do Capão?
7. O que você acha da atuação dos moradores para preservação da natureza no Vale do Capão?
8. A atividade turística no Vale é positiva ou negativa para o meio ambiente? E para os habitantes?
9. O que você acha da relação entre o gerenciamento do PNCD e a população do Vale do Capão?

Se a resposta for negativa, perguntar:

10. O que você considera importante para melhorar o diálogo entre os gestores do PNCD e a comunidade residente em seu entorno?

Período de transição - Entre trinta e oito (pessoas com 10 anos quando o PNCD foi criado, portanto, têm lembrança da criação) e cinquenta anos, ou pessoas que já moram há vinte e oito anos ou mais no Vale:

1. Você acha que muitas coisas mudaram no Vale do Capão após a criação do PNCD? Se sim, em sua opinião o que mais mudou?
2. Em sua opinião, quais são os aspectos positivos da criação do PNCD?
3. Em sua opinião, quais são os aspectos negativos da criação do PNCD?
4. Como você vê a relação do PNCD com o dia a dia dos moradores do Vale do Capão?
5. O que você acha da atuação dos moradores para preservação da natureza no Vale do Capão?
6. A atividade turística no Vale é positiva ou negativa para o meio ambiente? E para os habitantes?
7. O que você acha da relação entre o gerenciamento do PNCD e a população do Vale do Capão?

Se a resposta for negativa, perguntar:

8. O que você considera importante para melhorar o diálogo entre os gestores do PNCD e a comunidade residente em seu entorno?

Período atual - Pessoas entre dezoito e trinta e sete anos ou que moram no Vale há mais de cinco anos e menos de vinte e oito anos:

1. Em sua opinião, quais são os aspectos positivos da criação do PNCD?
2. Em sua opinião, quais são os aspectos negativos da criação do PNCD?
3. Como você vê a relação do PNCD com o dia a dia dos moradores do Vale do Capão?
4. O que você acha da atuação dos moradores para preservação da natureza no Vale do Capão?
5. A atividade turística no Vale é positiva ou negativa para o meio ambiente? E para os habitantes?
6. O que você acha da relação entre o gerenciamento do PNCD e a população do Vale do



Capão?

Se a resposta for negativa, perguntar:

7. O que você considera importante para melhorar o diálogo entre os gestores do PNCD e a comunidade residente em seu entorno?

#### PROPRIETÁRIOS DOS EMPREENDIMENTOS QUE ABASTECEM O VALE

1. Você acha que muitas coisas mudaram no Vale do Capão após a criação do PNCD?

Para pessoas acima de trinta e sete anos, perguntar:

2. Como era o comércio antes da implantação do Parque?
3. A atividade turística ajudou a melhorar o comércio local e regional?
4. A atividade turística no Vale é positiva ou negativa para o meio ambiente? E para os habitantes?
5. Como você avalia o potencial da região para o turismo, tendo em vista a infraestrutura e os serviços existentes no Vale?
6. O que você acha da relação entre o gerenciamento do Parque e a população do Vale do Capão?

Se a resposta for negativa, perguntar:

7. O que você considera importante para melhorar o diálogo entre os gestores do PNCD e a comunidade residente em seu entorno?

#### REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS QUE CONTRIBUEM PARA A ADMINISTRAÇÃO DO VALE.

1. Qual seu posicionamento sobre o desenvolvimento de atividades turísticas dentro do PNCD? E nas comunidades em seu entorno?
2. Quais os impactos positivos da atividade turística para o ambiente natural no Vale do Capão? E os negativos?
3. Quais os impactos positivos da atividade turística para a comunidade local do Vale do Capão? E os negativos?
4. Quais os impactos positivos da atividade turística na áreas urbana e rural do Vale do Capão? E os negativos?
5. Você acha que muitas coisas mudaram no Vale do Capão após a criação do PNCD?
6. O que você acha da relação entre o gerenciamento do Parque e a população do Vale do

Capão?

7. O que você considera importante para melhorar o diálogo entre os gestores do PNCD e a comunidade residente em seu entorno?